

Número: 31/2005



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

HERBERT LOPES DE OLIVEIRA

As atuações do Estado, da Sociedade Civil e do Terceiro Setor na dinâmica sócioespacial da
Favela de Paraisópolis, em São Paulo

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como
parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em
Geografia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Célia Bega dos Santos

CAMPINAS - SÃO PAULO

Janeiro/2006

© by Herbert Lopes de Oliveira, 2006

**Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca
do Instituto de Geociências/UNICAMP**

Oliveira, Herbert Lopes de
As atuações do Estado, da Sociedade Civil e do Terceiro Setor na dinâmica
sócioespacial da favela de Paraisópolis, em São Paulo / Herbert Lopes de
Oliveira.-- Campinas,SP.: [s.n.], 2006.

Orientador: Regina Célia Bega dos Santos.

**Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Geociências.**

1. Favela – São Paulo (SP). 2. Terceiro setor. 3. Geografia Urbana. I.
Santos, Regina Célia Bega dos. II. Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Geociências. III. Título.

Título em inglês: The participation of government, civil society and third way in the social-
spatial dynamics of Paraisópolis' shanty-town in Sao Paulo city.

Keywords: - Paraisópolis's slum ;
- Third way;
- Urban geography.

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia

Banca examinadora: - Regina Célia Bega dos Santos;
- Márcio Antônio Cataia;
- Amália Inés Geraiges de Lemos.

Data da defesa: 30/01/2006



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

AUTOR: HERBERT LOPES DE OLIVEIRA

As atuações do Estado, da Sociedade Civil e do Terceiro Setor na dinâmica sócioespacial da Favela de Paraisópolis, em São Paulo

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr.^a. Regina Célia Bega dos Santos

Aprovado em: ____/____/____

EXAMINADORES:

Prof.^a. Dr.^a. Regina Célia Bega dos Santos _____ - Presidente

Prof. Dr. Márcio Antônio Cataia _____

Prof.^a. Dr.^a. Amália Inés Geraiges de Lemos _____

Campinas, 30 de janeiro de 2006

Dedico este trabalho
à minha família e amigos
pelo que representam para mim

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado não existiria se eu não tivesse a ajuda e o apoio de pessoas tão valiosas. Peço desculpas se alguém ficar de fora dessa lista, mas saibam que, de uma forma ou de outra, todas as pessoas que conviveram comigo nesses últimos 30 meses fizeram parte desse trabalho e contribuíram para sua conclusão.

Gostaria de agradecer à Professora Regina pela amizade, cumplicidade, confiança e pelos anos de acompanhamento aqui na Unicamp que culminaram com a realização desta dissertação e pela sua atenção e dedicação nesta orientação. Agradecer, também, aos demais orientandos da Regina (Fernanda, Mônica, Marina, Veridiana e Wilson) que sempre deram contribuições importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Marcio Cataia e Amália Inês, pelas contribuições pertinentes na Qualificação e por aceitarem participar da banca de defesa também.

Não posso deixar de fora dessa lista os funcionários e professores do Instituto de Geociências da Unicamp que tanto contribuíram com sua presteza, amizade e respeito. Meu muito obrigado às funcionárias da Secretaria de Pós Graduação, Valdirene e Edinalva, sempre dispostas a tirar as dúvidas, às vezes mais de uma vez a mesma dúvida. Obrigado aos funcionários da Biblioteca, do Setor de Informática e Setor Financeiro sempre ajudando naquilo que eu precisava. Aos professores que muito me ensinaram na graduação e na pós graduação. E ao Senhor Aníbal, uma grande pessoa, presente nas conversas informais para descontrair um pouco o ambiente da redação da dissertação.

Agradeço aos anônimos moradores da Favela da Paraisópolis, que sempre me receberam bem e contribuíram enormemente para a elaboração desta dissertação, e àqueles que participam das reuniões do Fórum de Multi-Entidades, onde se buscavam novas soluções para antigos problemas da favela. Agradeço, também, às pessoas que deixaram suas impressões da Favela de Paraisópolis através do *orkut*.

Ao Paulo Uehara, da Prefeitura de São Paulo, que atendeu a um pedido meu e forneceu arquivos sobre a favela de Paraisópolis para auxiliarem nesta pesquisa.

Aos amigos do curso de Geografia da Unicamp: Marcel, Rogério, Fabiano, Alexandre, Fabrício. Valeu pelas dicas, pelas conversas, pelo apoio e também pelos incentivos.

Phablo, Vanessa e Neto, três grandes amigos que tenho, dividiram casa comigo por um bom período e também nunca me deixaram desanimar, sempre me apoiaram e me incentivaram. Uma parte deste trabalho tem as mãos de vocês também. Valeu!

Agradeço às pessoas que trabalham comigo na Prefeitura de Campinas, em especial à Leda que me proporcionou um horário flexível, de modo que eu pudesse concluir esse mestrado; ao Gustavo, que me ajudou muito com a edição e plotagem das plantas que constam neste trabalho; à Simone, Renata, Fabiana e José Ricardo sempre me incentivando e me dando moral para seguir em frente; ao Ralpho, pelas ajudas, incentivos e pelo empréstimo da máquina fotográfica para tirar as fotos na Paraisópolis; à Tatiana por cobrir minhas ausências e por estar sempre ali dando um grande apoio.

À Valéria, que me acompanha por esses anos me ajudando, dando força, entendendo minha correria, palpitando quando possível, me incentivando e não me deixando desanimar. Obrigado por tudo! Você é algo maravilhoso que apareceu na minha vida e é muito importante para mim.

E agradeço, muito, à minha família, por me apoiar e me ajudar sempre que preciso. Aos meus irmãos por estarem sempre ali me dando condições de desenvolver meu trabalho e me incentivando também; minhas cunhadas pelas ótimas pessoas que são; às minhas crianças (meus lindos sobrinhos e lindas sobrinhas) pela alegria que dão naqueles momentos em que você acha que não vai conseguir ou está super cansado; à minha outra sobrinha, a Fernanda, por sempre estar ali perto, do outro lado do micro, me ajudando de uma forma ou de outra; ao meu pai que, mesmo distante, sempre se preocupou com o andamento do trabalho, sempre se interessou pelo que eu fazia; e à minha mãe, uma mulher batalhadora, de fibra e extraordinária que sempre me ensinou, e ensina, a buscar o que quero e não desistir nunca, que sempre buscou o melhor para mim e meus irmãos, que nunca se deixou abater com as dificuldades que a vida colocou em seu caminho e que sempre me apoiou em tudo nesta vida. Amo vocês todos! E todos são especiais para mim! Obrigado por tudo.

Amigos, agradeço por vocês me acompanharem e me ajudarem sempre a alcançar mais este objetivo na vida. Um forte abraço a todos!

Campinas dezembro/05

SUMÁRIO

Lista de Gráficos.....	ix
Lista de Mapas.....	ix
Lista de Tabelas.....	ix
Lista de Plantas.....	x
Lista de Fotos	x
Resumo.....	xii
Abstract.....	xiii
Introdução.....	01
Capítulo I – O Estado, o Mercado e a Sociedade Civil.....	08
1.1 – Estado, Mercado e Comunidade.....	08
1.2 – Sociedade Civil.....	11
1.2.1 – Movimentos Sociais Urbanos.....	12
1.2.2 – Terceiro Setor.....	14
Capítulo II – Atuação dos Agentes.....	17
2.1 – Atuação do Estado.....	19
2.2 – Imunidade Tributária do Terceiro Setor	21
2.3 – Solidariedade.....	28
Capítulo III – Urbanização.....	31
3.1 – Breve Histórico.....	31
3.2 – São Paulo.....	33
3.3 – Exclusão/Segregação Espacial.....	47
3.4 – Surgimento das Favelas.....	51
3.5 – As favelas e sua relação com a cidade.....	57
Capítulo IV –Paraisópolis e Morumbi.....	64
4.1 – Histórico.....	64
4.2 – Características gerais da Favela de Paraisópolis.....	64
4.3 – Trabalho de Campo.....	73
4.3.1 – Violência.....	74
4.3.2 – Comércio/Serviços.....	75

4.3.3 – Urbanização de Paraisópolis.....	77
4.3.4 – Emprego.....	83
4.3.5 – Projetos Sociais.....	86
4.3.6 – Morumbi.....	88
Considerações Finais.....	97
Bibliografia.....	102

Lista de Gráficos

Gráfico 2.1 – Distribuição das empresas por tipo de ação social realizada (1998).....	24
Gráfico 2.2 – Distribuição das empresas por tipo de ação social realizada (1998).....	24
Gráfico 2.3 – Área de atuação social das empresas (1998).....	25
Gráfico 2.4 – Área de atuação social das empresas (2003).....	25
Gráfico 2.5 – Distribuição da assistência por grupos (1998).....	26
Gráfico 2.6. – Distribuição da Assistência por grupos (2003).....	26
Gráfico 2.7 – Motivo das realizações sociais pelas empresas (1998).....	27
Gráfico 2.8 – Frequência das realizações das ações sociais pelas empresas (1998).....	28

Lista de Mapas

Mapa 3.1 – Densidade Populacional Bruta 1996 – Cidade de São Paulo.....	38
Mapa 3.2 – Quota Residencial – 1999 m ² residencial por habitante.....	40
Mapa 3.3 – Taxa de Crescimento Populacional – 1991/1996 – Cidade de São Paulo (% crescimento anual).....	41
Mapa 3.4 – Renda Média Domiciliar – 1997 (em Reais).....	42
Mapa 3.5 – População que vive em condições precárias.....	43
Mapa 3.6 – Concentração de moradias precárias.....	44
Mapa 3.7 – Discrepância dos distritos pelo acesso à água pelos domicílios.....	44
Mapa 3.8 – Perfil Socioeconômico.....	46
Mapa 3.9 – População Favelada.....	56

Lista de Tabelas

Tabela 2.1 – Possíveis combinações entre Público e Privado	19
Tabela 3.1 – Número de Favelas por ano de surgimento	53
Tabela 3.2 – Distribuição das favelas por região da cidade	53
Tabela 3.3 – Quantidade de favelas por Distrito, segundo as Regiões da HABI	54
Tabela 3.4 – Quantidade de favela por propriedade do terreno onde se localizam	55
Tabela 4.1 – Tipo de atividade nos últimos cinco anos	85
Tabela 4.2 – Grupos ocupacionais dos trabalhadores de Paraisópolis	85

Lista de Plantas

Planta 1 – Localização de Paraisópolis	06
Planta 4.1 – Loteamento Original – 1919	90
Planta 4.2 – Uso do Solo	91
Planta 4.3 – Drenagem	92
Planta 4.4 – Padrão Construtivo	93
Planta 4.5 – Cadastro de energia elétrica e iluminação pública	94
Planta 4.6 – Cadastro rede de água	95
Planta 4.7 – Cadastro rede de esgoto	96

Lista de Fotos

Foto 1 – Foto aérea Paraisópolis.....	07
Foto 4.1 – Viela	65
Foto 4.2 – Viela	65
Foto 4.3 – Ocupação sobre córrego	66
Foto 4.4 – Ocupação nas áreas de córrego	67
Foto 4.5 – Contraste entre a Favela de Paraisópolis e as casas do bairro do Morumbi	68
Foto 4.6 – Contraste entre a Favela de Paraisópolis e as casas do bairro do Morumbi	69
Foto 4.7 – Contraste entre a Favela de Paraisópolis e as casas do bairro do Morumbi	69
Foto 4.8 – Ocupação populacional com construções em alvenaria	70
Foto 4.9 – Ocupação populacional com construções em alvenaria e construções	71
Foto 4.10 – Ocupação populacional com construções em alvenaria e construções em madeira	71
Foto 4.11 – Ocupação populacional com construções em alvenaria e construções em madeira	71
Foto 4.12 – Construção para aumento da casa na forma de “puxados”	72
Foto 4.13 – Construções para aumento das casas na forma de “puxados”	73
Foto 4.14 – Vista rua comercial	76
Foto 4.15 – Casas da Favela e condomínios lado a lado	78
Foto 4.16 – Fios de eletricidade na forma de “gatos”	79
Foto 4.17 – Fios de eletricidade na forma de “gatos”	79

Foto 4.18 – Detalhe da ligação clandestina saindo do poste	80
Foto 4.19 – Casas construídas em mais de um pavimento	81
Foto 4.20 – Casas construídas em mais de um pavimento	81
Foto 4.21 – Casas construídas em mais de um pavimento	82
Foto 4.22 – Casa construída no meio da rua. Sob ela passa um córrego	82



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Pós-Graduação em Geografia

As atuações do Estado, da Sociedade Civil e do Terceiro Setor na dinâmica sócioespacial da Favela de Paraisópolis, em São Paulo.

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Herbert Lopes de Oliveira

Esta dissertação discute a dinâmica sócioespacial da Favela de Paraisópolis, em São Paulo, que está localizada em meio às mansões e condomínios de alto padrão do bairro do Morumbi. Abordaremos a atuação do Estado, da Sociedade Civil e do Terceiro Setor nesta dinâmica, procurando relacionar esses três agentes. O Estado não se mostra capaz de suprir todas as necessidades da população e o Terceiro Setor passa, então, a oferecer serviços que deveriam ser ofertados pelo Estado, como saúde e educação. Cabe à Sociedade Civil reivindicar os serviços, seja ele oferecido pelo Estado ou pelo Terceiro Setor. Esta substituição do Estado ocorre em virtude da tendência neoliberal de substituição do Estado pelo Mercado também na esfera do oferecimento dos serviços públicos para a população. Para isso são oferecidos incentivos fiscais às empresas, porém, nem toda a população terá acesso a esses serviços, o que acaba gerando uma segregação. Veremos que em Paraisópolis há muitos projetos sociais sendo desenvolvidos que visam uma melhor qualidade de vida para a sua população, mas muitas vezes os moradores não têm voz ativa nesses projetos e acabam apenas usufruindo o serviço oferecido. Não há uma consulta para saber qual a área que necessita de mais ajuda. As empresas acabam tendo um poder de decisão sobre o uso do território muito maior que o Estado, que é quem deveria ter esse controle. Dessa forma, o Terceiro Setor vem crescendo no país em função da ausência cada vez maior do Estado. Esse aumento pode ser comprovado pelos dados mostrados nesta dissertação. Através do trabalho de campo realizado pode-se verificar as condições físicas da favela, como local de construção e tipos das casas (se alvenaria ou madeira, um, dois ou mais pavimentos etc), os relatos e as impressões que os moradores têm do lugar em que moram, o comércio existente, a dinâmica de movimentação das pessoas no interior e no entorno da favela, as discussões nas reuniões existentes dentro do Fórum de Multientidades de Paraisópolis etc..Outro ponto abordado é a urbanização da cidade de São Paulo e o surgimento das favelas com uma análise da localização das mesmas na cidade, os anos de surgimento e a dificuldade no acesso à terra e moradia por parte da população mais pobre da cidade, contribuindo para a expansão horizontal da ocupação da cidade.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Pós-Graduação em Geografia

The participation of Government, Civil Society and Third Way in the social-spatial dynamics of Paraisopolis' shanty-town in Sao Paulo city

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado

Herbert Lopes de Oliveira

This dissertation discusses the social and space dynamics of Paraisopolis Slum, in Sao Paulo, located among mansions and high-level condominiums at the Morumbi burgh. We will study State, Civil Society and Third Sector's attitudes towards this dynamic, trying to relate these three agents. As the State reveals itself unable to supply all the needs of the population, the Third Sector, then, offers services which should be State's duty, like health and education. Civil Society has to ask for these services, offered either by the State or Third Sector. This substitution of the State occurs due to a neoliberal tendency of substitution of the State by the Market also in the sphere of public services. Tax reduction policies are offered to the companies, but these services will not be accessible to all the population, causing segregation. We will observe that in Paraisopolis there are many social projects being developed in order to improve its population's quality of life, but many times the citizens do not have an active participation on these projects and end up just making use of the services provided. There is no research to know which area needs more help. The companies, as a result, have a power upon the use of the territory much greater than the State, which should be in control. Therefore, Third Sector has been raising its activities in the country due to the State's growing absence. Such growth can be verified by the data shown in this paper. Through the field work performed it was possible to verify the physical conditions of the slum, like the site of the constructions and layout of the houses (brickwork or wood, one, two or three floors, etc.), the dwellers' reports and impressions about the place they live, the commercial area, the dynamic of people's moves in its interior and surroundings, the discussions inside the Paraisopolis' Multientity Forum, etc. Another point approached is Sao Paulo's urbanization and the arise of slums with an analysis of their localization in the city, the years they arouse and the difficulty of access to land and habitation by the poorest population, contributing to the horizontal occupation of the city.

Introdução

Esta dissertação de mestrado começou a ser desenvolvida em 2001, quando teve início a elaboração da minha Monografia de Conclusão de Curso de Geografia, aqui mesmo na Unicamp. No final de 2002 apresentei-a com a proposta de continuar estudando a Favela de Paraisópolis no Mestrado.

Na monografia intitulada “*As redes de solidariedade na Favela de Paraisópolis, em São Paulo*” foram relatadas algumas das ações de caráter assistencialista, ali desenvolvidas, no intuito de compreender os modos de atuação dos diversos agentes dentro da favela e abordar a relação dos moradores da favela com aqueles projetos sociais.

Alguns fatores nos levaram a estudar especificamente a Favela de Paraisópolis. Entre eles, as notícias sobre seu baixo índice de violência, quando comparado com outros lugares da cidade de São Paulo. O seu tamanho também nos chamou a atenção, com quase 80 mil habitantes e mais de 23 mil famílias, como também a localização, em meio às mansões e condomínios de alto padrão do bairro do Morumbi (Planta 1: Localização de Paraisópolis e Foto aérea 1: Paraisópolis).

Outro fator que nos motivou a estudar a Favela de Paraisópolis foi os diversos projetos sociais ali desenvolvidos com a intenção de contribuir para melhorar as condições de vida dos moradores da favela.

Nesta dissertação de mestrado pretendemos entender como a atuação dos diversos agentes sociais presentes na Favela de Paraisópolis contribui para a sua estruturação sócioespacial.

No Capítulo I trabalhamos com a sistematização dos conceitos de Estado, Mercado, Comunidade e Sociedade Civil, para poder analisar a atuação desses agentes na estruturação sócioespacial da favela. Nesta dissertação a participação da Sociedade Civil será enfocada a partir da atuação dos Movimentos Sociais e do chamado Terceiro Setor.

O Estado é visto como o responsável por normatizar as ações que irão determinar a dinâmica sócioespacial dos lugares e a ele compete intermediar as relações entre Comunidade e Mercado. Porém, o enfraquecimento do Estado, no período neoliberal, fará com que outros agentes venham a oferecer os serviços que deveriam ser ofertados pelo Estado, como saúde e educação, por exemplo. Muitas vezes, esses serviços serão oferecidos pelo setor empresarial, que

atende aos interesses do Mercado e tem como alvo de sua atuação o lucro, ou o aumento da lucratividade. As intervenções nas questões sociais são feitas através de entidades sem fins lucrativos, que teoricamente visam o bem estar da população atingida por suas ações.

O Terceiro Setor faz, pode-se dizer, a intermediação entre o Estado e o Mercado. Ele terá elementos que o caracterizam como membro da Sociedade Civil mas pode ser gerido por setores do Mercado, defendendo no limite os interesses do setor empresarial.

Mas é esse setor empresarial que também atuará na especulação imobiliária da terra urbana, fazendo com que a população mais pobre seja expulsa para áreas cada vez mais desvalorizadas.

Também analisaremos a atuação dos moradores da Favela de Paraisópolis na organização do seu espaço urbano. Nosso objetivo é tentar desvendar se eles têm poder de decisão sobre o que ocorre dentro da favela ou se simplesmente são passivos diante do jogo de interesses do Estado e do Mercado.

No Capítulo II iremos analisar como se organiza e se estrutura o Terceiro Setor no Brasil e os motivos que levam ao desenvolvimento de projetos sociais. Para isso apresentaremos os resultados de algumas pesquisas realizadas com o mesmo.

Abordamos a atuação do Estado através das ações do poder público, procurando entender esta atuação e, principalmente, identificar a quem vai beneficiar mais diretamente. Uma dessas formas de atuação ocorre através da imunidade tributária dada pelo Estado para grupos que atuam nas políticas sociais, principalmente saúde e educação.

No capítulo III, analisamos o processo de urbanização das cidades procurando entender a totalidade na qual a cidade está inserida. Para isso, recorreremos ao conceito de solidariedade utilizado por Milton Santos para a compreensão da dinâmica da sociedade capitalista – já que esta representa, de fato, a verdadeira totalidade que buscamos compreender através da estruturação do espaço da Favela de Paraisópolis.

Além disso, a compreensão do fenômeno *favela* e do que ocorre em Paraisópolis, passa pelo entendimento do que vem a ser a crise habitacional relacionada ao processo de urbanização das cidades contemporâneas.

O conceito de totalidade, portanto, é de fundamental importância para este tema uma vez que, através dele, poderemos entender toda a dinâmica que envolve a Favela de Paraisópolis,

pois ela é organizada de acordo com as alterações que também ocorrem ao seu redor, e não somente nela. Por isso que é necessário um estudo de seu entorno e da cidade de São Paulo.

Segundo SANTOS (1999:94), *“a totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, ou seja, em suas relações, em seu movimento”*. A totalidade está sempre em movimento, num processo de totalização; ela é a sociedade em movimento.

Santos lembra ainda que a totalidade é sempre incompleta, pois ela está sempre buscando totalizar-se, está sempre em processo de totalização. Cada totalização cria novos indivíduos e dá às velhas coisas um novo conteúdo. É a idéia da sociedade em movimento.

Os lugares vão se caracterizar e se definir em virtude dos impactos que acolhem. E cada lugar vai receber de uma forma diferente as determinações do todo, tanto qualitativamente quanto quantitativamente. É o princípio da verticalidade, que consiste na *“transferência de elementos culturais de uma camada da sociedade a uma outra. Pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”* (SANTOS, 1999: 224-225).

Através deste estudo mais amplo pudemos entender a ocupação do bairro do Morumbi e a especulação imobiliária na região que resultou em vários vazios urbanos. E, em um desses vazios foi formada esta favela.

Partimos, portanto, de um problema concreto do lugar. No nosso caso, partimos da Favela de Paraisópolis, com seus projetos desenvolvidos com o auxílio de empresas, mas a pesquisa abordou as ações das empresas de forma geral, e não somente das que atuam em Paraisópolis.

De um lado e de outro, passa pelas ações dos indivíduos que ali moram e de grupos de moradores que fazem a mediação entre o lugar e as ações das empresas. De quem é a iniciativa? São as empresas que intencionalmente procuram o lugar, ou foram os moradores organizados que foram buscar as empresas dispostas a investir em projetos sociais naquele lugar? Há ainda a possibilidade da concomitância, isto é o encontro de empresas e moradores com objetivos semelhantes.

Paraisópolis tem a sua importância na formação sócioespacial na qual está inserida. *“É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma”* (SANTOS, 1999: 271).

O lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual. O território é a arena da oposição entre o mercado – que o singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, à geografia da produção e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 1999: 206-207).

Essa análise do Capítulo III foi feita, também, através de mapas que mostraram dados populacionais e habitacionais sobre a cidade São Paulo. Esses mapas aliados aos dados sobre o número de favelas e os anos de suas formações nos deram uma visão do tamanho da crise habitacional que a cidade de São Paulo enfrenta, resultando no aumento da população favelada. Por isso, foi feita uma abordagem da relação das favelas com a cidade.

A Favela de Paraisópolis, de forma mais específica, é estudada no Capítulo IV desta dissertação, com seu histórico, suas características, projetos sociais e as impressões obtidas com a realização dos trabalhos de campo.

Os trabalhos de campo realizados não tiveram um roteiro pré-definido. Fizemos caminhadas pela favela e entabulamos conversas aleatórias com os moradores. Dessas conversas coletamos suas impressões sobre a organização da favela, sua dinâmica, os pontos positivos e negativos.

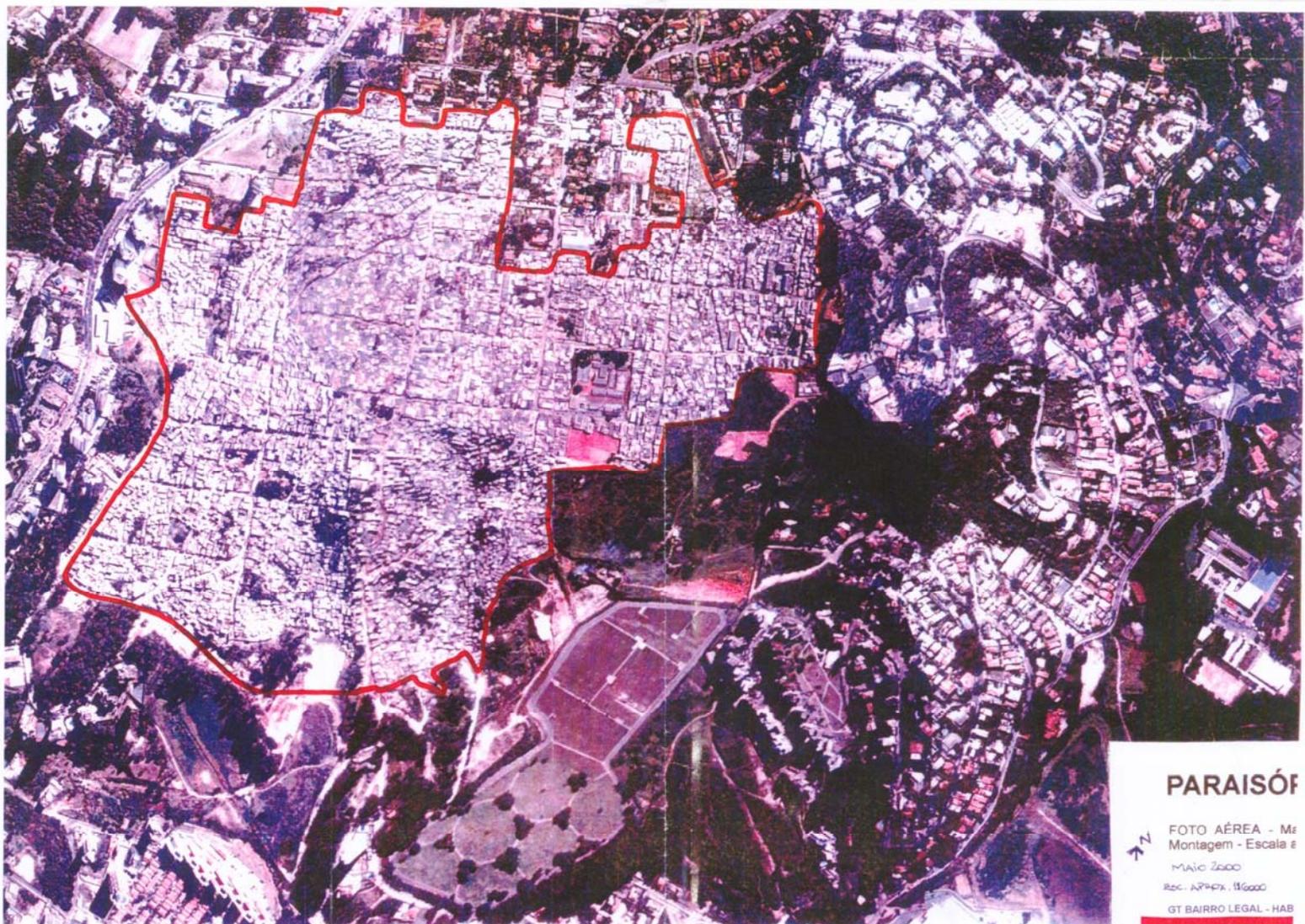
Uma outra parte do trabalho de campo foi o acompanhamento das reuniões mensais do Fórum de Multi-Entidades da Favela de Paraisópolis, que consiste em encontros entre representantes das entidades que desenvolvem projetos sociais na favela, da União de Moradores da Favela de Paraisópolis, das escolas públicas e centro de saúde da favela. Tais reuniões são abertas ao público.

Participamos das discussões sobre o andamento dos projetos sociais na favela, o surgimento de novas entidades e os resultados alcançados e que poderiam ser alcançados também. Assim pudemos conhecer um pouco mais de cada entidade e o projeto por ela desenvolvido.

Nas atividades de campo foram tiradas inúmeras fotos e selecionamos algumas para ilustrar essa dissertação, referentes à Favela e também ao seu entorno.

Fizemos uso de algumas plantas obtidas junto à Prefeitura Municipal de São Paulo e através das mesmas pudemos ter uma idéia da organização, dos tipos de moradia e da localização das mesmas, muitas em áreas de risco e sobre os córregos. Essas plantas nos mostraram, também, algumas infra-estruturas e serviços oferecidos na Favela de Paraisópolis.

Finalizando, desenvolvemos algumas considerações finais, abordando alguns dos resultados que esperávamos alcançar com o desenvolvimento deste trabalho.



PARAISÓF

↑ N
FOTO AÉREA - Ms
Montagem - Escala 1:5000
MAIO 2000
Rec. ARPA, 11/000
GT BAIRRO LEGAL - HAB

Capítulo I – O Estado, o Mercado e a Sociedade Civil

1.1 – Estado, Mercado e Comunidade

O referencial para a análise a ser feita a seguir é dado por Boaventura de Sousa Santos que discute o paradigma cultural da modernidade. Para este autor, este paradigma constitui-se antes da consolidação do capitalismo e será extinto antes do capitalismo deixar de existir. Por ser obsoleto, passa por um processo de superação, que ocorre porque já cumpriu o seu papel e a obsolescência decorre da incapacidade de produzir novas atividades.

O paradigma cultural é sustentado por dois pilares: regulação e emancipação. O pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado (Hobbes), princípio do Mercado (Locke) e princípio da Comunidade (Rousseau). O pilar da emancipação é constituído por três lógicas de racionalidade: estético-expressiva da arte e da literatura; moral-prática da ética e do direito; racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica (SOUSA SANTOS, 1997).

Este autor ainda destaca que cada racionalidade é ligada a um princípio. A racionalidade estético-expressiva está ligada ao princípio da Comunidade, pois é esta que desenvolve os valores artísticos e culturais, difundindo-os.

Será a Comunidade, por exemplo, a responsável pela organização de moradores. Essa organização, baseada também no princípio de solidariedade¹ que será tratado especificamente no próximo capítulo, pode ter por finalidade buscar melhorias para o lugar onde moram. Na Favela de Paraisópolis, objeto de estudo desta dissertação, essa organização se dá em torno da União de Moradores da Favela da Paraisópolis.

Os moradores estão sempre trocando experiências e a União de Moradores será, muitas vezes, a instância mais próxima, a quem eles recorrem em caso de necessidade.

A racionalidade cognitivo-instrumental está associada ao princípio do Mercado, com a concentração das idéias de individualidade e concorrência, essenciais ao desenvolvimento da ciência e da técnica, em razão, também, da visível conversão da ciência numa força produtiva.

O Mercado e sua racionalidade buscarão o lucro sempre. Ele será marcado pela individualidade em detrimento do coletivo. O Mercado não medirá forças para alcançar seu objetivo, que é sempre o lucro máximo.

¹ SANTOS, Milton. 1999. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo – Razão e Emoção*. Hucitec, São Paulo.

A racionalidade moral-prática liga-se ao princípio do Estado, uma vez que a ele compete definir e fazer cumprir um mínimo ético para o que é dotado do monopólio da produção e da distribuição do direito (legalização das normas).

O Estado pode ser visto como Estado de direito, como Estado concebido principalmente como órgão de produção jurídica e, no seu conjunto, como ordenamento jurídico. Mas, o Estado também é, através do direito, uma forma de organização social e que, como tal, não pode ser dissociado da sociedade e das relações sociais subjacentes. Dessa forma, o Estado é responsável por normatizar as ações e organizar o espaço geográfico.

Ao Estado compete intermediar essa relação entre Comunidade e Mercado. E o Estado faz essa intermediação através de normas que só ele pode definir. Através disso, busca manter a ética nas relações sociais.

Vincular os pilares da regulação e emancipação assegura o desenvolvimento harmonioso de valores tendencialmente contraditórios: justiça/autonomia, solidariedade/identidade, emancipação/subjetividade, igualdade/liberdade. Nenhum deles se sobrepõe e tensões são reguladas por princípios complementares.

Cada um dos pilares tem lógicas ou princípios próprios, buscando a maximização. No caso do pilar da regulação, a maximização é do Estado, do Mercado ou do consumidor. No pilar da emancipação, busca-se a esteticização, a juridificação ou a cientifização.

O trajeto histórico da modernidade está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo. A partir da II Guerra Mundial temos a supremacia do capitalismo financeiro, capitalismo monopolista de Estado e capitalismo desorganizado. Nesse período o projeto de modernidade tem consciência de que o déficit social acumulado é irreparável e não será cumprido. O cumprimento em excesso de algumas metas/promessas inviabiliza o cumprimento das demais.

O crescimento do Mercado e a procura deste em colonizar o princípio do Estado e o princípio da Comunidade vão marcar este período. As empresas multinacionais se fortalecem e a rematerialização da Comunidade (ocorrida anteriormente) é enfraquecida. As classes trabalhadoras diferenciam-se internamente em estratos e frações cada vez mais distintos.

O Mercado busca, mais do que nunca, o seu lucro. É um capitalismo voraz que vê na Comunidade o seu grande mercado consumidor, fonte para seus lucros. No Estado, esse Mercado

vê uma espécie de parceiro, que irá criar políticas que aumentarão os lucros das empresas capitalistas.

A sua (Estado) articulação cada vez mais compacta com o mercado evidencia-se na progressiva regulamentação dos mercados, nas ligações dos aparelhos do Estado aos grandes monopólios, na condução das guerras e de outras formas de luta política pelo controle imperialista dos mercados, na crescente intervenção do Estado na regulação e institucionalização dos conflitos entre o capital e o trabalho. Por outro lado, o adensamento da articulação do Estado com a comunidade está bem patente na legislação social, no aumento da participação do Estado na gestão do espaço e nas formas de consumo coletivo, na saúde e na educação, nos transportes e na habitação, enfim, na criação do Estado-Providência (SOUSA SANTOS, 1997: 84,85).

A Comunidade sofre um enfraquecimento enquanto grupo coletivo, pois seus integrantes visam o próprio bem em detrimento do coletivo. Há um empobrecimento dos moradores. O Estado se afasta da regulação produtiva e social em face do seu enfraquecimento.

O ímpeto das transformações no mercado e na comunidade sobre o princípio do Estado tem sido enorme, embora se deva salientar que as transformações do Estado ocorrem, em parte, segundo uma lógica autônoma, própria do Estado. O Estado nacional parece ter perdido, em parte, a capacidade e em parte, a vontade política para continuar a regular as esferas da produção e da reprodução social (SOUSA SANTOS, 1997: 88-89).

Há um enfraquecimento do tipo de Estado e não o fim do Estado. Para uns é a crise do Estado democrático, que não consegue mais fazer frente às demandas provenientes da sociedade e por ele mesmo provocadas. Para outros essa crise é do Estado capitalista, que não consegue mais dominar o poder dos grandes grupos de interesse em concorrência entre si.

A fraqueza do Estado é compensada pelo seu autoritarismo. Este autoritarismo é exercido pela burocracia do Estado e por suas políticas destinadas à Sociedade Civil.

Todas essas transformações parecem apontar para uma desregulação global da vida econômica, social e política. Na verdade, nenhum dos princípios da regulação, quer seja o mercado, quer seja o Estado, quer seja a comunidade, parece capaz de, por si só, garantir a regulação social em situação de tanta volatilidade, mas o mais trágico é que a articulação de todos eles no sentido de convergirem numa regulação parece ainda mais remota. (...) Tudo parece negociável e transformável ao nível da empresa ou da família, do partido ou do sindicato, mas ao mesmo tempo nada de novo parece possível ao nível da sociedade no seu todo ou da nossa vida pessoal enquanto membros da sociedade (SOUSA SANTOS, 1997: 89).

Para uma harmonia do lugar e das pessoas que vivem neste espaço faz-se necessária uma articulação e uma atuação conjunta do Estado, do Mercado e da Comunidade, formando um tripé de governo. Segundo o autor mencionado, sozinho nenhum desses agentes consegue garantir a regulação social e, articulados, também não estão conseguindo.

Na Favela de Paraisópolis há um movimento que articula essa organização entre moradores, Mercado e Estado buscando garantir a regulação social. Cada um dos três agentes atuará de uma forma harmônica e em conjunto com os outros dois agentes para a organização do espaço geográfico.

1.2 – Sociedade Civil

O estudo da Sociedade Civil é importante, pois ela será um dos agentes que atuará na organização do espaço geográfico, ao lado do Estado e do Mercado. Suas formas de organização proporcionarão um elemento importante para entendermos a dinâmica de organização da Favela de Paraisópolis.

Segundo BEGA DOS SANTOS (no prelo) é em Hegel que a idéia de Sociedade Civil será transmutada para um conjunto de forças que se opõe dialeticamente ao Estado.

Bega dos Santos cita Engels, para o qual o Estado é uma força que, embora proveniente da Sociedade Civil, não corresponde a ela. Trata-se de uma organização política cujo papel é manter a soberania e a unidade territorial mediante normatizações e coerções.

Para BOBBIO (1987:33,34) Sociedade Civil “*corresponde à esfera das relações sociais entre os indivíduos, entre grupos e classes sociais que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam relações estatais*”.

Em busca da distinção entre Estado e Sociedade Civil, BOBBIO (1987) afirma que, antes do Estado, os indivíduos se associam buscando satisfazer seus interesses e que o Estado se superpõe a elas para regula-las, mas sem vetar-lhes o desenvolvimento. “*A sociedade civil seria a infra-estrutura e o Estado a superestrutura*” (35).

Sociedade Civil pode, também, indicar o lugar onde se manifestam todas as instâncias de modificação das relações de dominação, formando o grupo que luta pela emancipação do poder político, adquirindo força os assim chamados contra-poderes. Do ponto de vista do Estado, nesta definição a Sociedade Civil é vista como germes de desagregação.

A Sociedade Civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais tem o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão.

BEGA DOS SANTOS (no prelo) lembra que a Sociedade Civil situa-se entre o Estado e o Mercado e dela fazem parte a escola, os meios de comunicação, as instituições religiosas, as associações de classe, os movimentos organizados etc.

Ela acentua que existem três concepções distintas para Sociedade Civil. A primeira seria a Sociedade Civil na concepção burguesa, que é o Mercado onde seria reproduzida a relação social, para assegurar a superioridade da classe dominante.

Há, também, uma concepção ingênua de Sociedade Civil que corresponde à organização de cidadãos que atuam contra as injustiças sociais. Seriam as ONGs, setor não mercantil da economia e as instituições de interesse comum, educativas, de saúde e filantrópicas.

Por fim, há a concepção popular de Sociedade Civil representando os grupos sociais mais desfavorecidos e oprimidos.

Neste trabalho enfocaremos os Movimentos Sociais e o chamado Terceiro Setor, como parte da Sociedade Civil. O segundo tem, basicamente, organização de empresa e atua como tal, porém sem vislumbrar o lucro.

Diferente dos movimentos sociais, que também compõem a sociedade civil, o Terceiro Setor constitui-se na institucionalização de interesses privados que não estão diretamente associados ao lucro. Enquanto os movimentos sociais respondem à uma demanda imediata de um grupo de indivíduos, as instituições do chamado Terceiro Setor buscam a perpetuação, a sua objetivação (SOARES, 2004:38).

Ou seja, a atuação dos movimentos sociais é mais pontual e com respostas objetivas a serem alcançadas em curto prazo. Já o Terceiro Setor tem um caráter mais abrangente e com objetivos a longo prazo.

Em Paraisópolis teremos uma gama de organizações da Sociedade Civil. Desde a União de Moradores da Favela de Paraisópolis até projetos sociais instalados e mantidos por empresas do chamado Terceiro Setor, passando por entidades assistenciais, Igrejas e anônimos.

1.2.1 – Movimentos Sociais Urbanos

Segundo SOUSA SANTOS (1997:257), os movimentos sociais vinculam-se a “*um setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem social e*

política existente e que os persegue por vias não institucionalizadas, invocando potencialmente o uso da força física ou da coerção”.

Segundo BEGA DOS SANTOS (no prelo), os movimentos sociais urbanos usam mais a coerção política do que a força física contra o poder público para terem atendidas suas reivindicações. Esses movimentos sociais podem atuar sobre a questão da *“problemática urbana relacionada com o uso do solo, com a apropriação e a distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos”*.

Essa problemática urbana surge das contradições inerentes ao processo de urbanização capitalista, que leva a um empobrecimento das camadas populares que reivindicam melhores condições de vida. Esses movimentos reivindicatórios auxiliam na conscientização dos participantes quanto aos seus direitos sociais e explicita a segregação sócio-espacial existente nas cidades. *“É a partir da transformação da questão social em questão de direito que ocorre a integração do Estado com a sociedade civil”* (BEGA DOS SANTOS, no prelo).

Nos países europeus onde se disseminou o Estado do Bem Estar Social (Welfare State) o trabalhador, além de receber a remuneração pelo seu trabalho, tem acesso a políticas públicas de qualidade. Assim, o cidadão tem assegurado seu sustento além de ter garantido os serviços de saúde, educação, cultura, saneamento básico etc.

Já nos países de desenvolvimento tardio os salários pagos pela força de trabalho não são suficientes, além das políticas públicas não serem eficientes e não atingirem todo o conjunto da população. Em virtude da insuficiência desses salários as famílias vão buscar novas formas de complementar a renda familiar, como o trabalho doméstico, por exemplo.

Foi este o tipo de explicação estrutural utilizada para justificar a eclosão de movimentos sociais durante as décadas de 1970 e 1980. Isto é, a impossibilidade de sobrevivência com dignidade nas cidades era explicada pela existência de um amplo exército industrial de reserva, criado também pelas altas taxas de natalidade e pelos fluxos migratórios para as cidades, sem deixar de considerar que a formação de uma população excedente é fruto, fundamentalmente, da própria expansão da acumulação capitalista. A dinâmica do capital produz e reproduz o seu excedente populacional; desemprega e barateia a força de trabalho. Os movimentos sociais surgiram, assim, em decorrência da necessidade de se lutar pelas condições necessárias para a reprodução da força de trabalho (BEGA DOS SANTOS, no prelo).

Com a vigência das políticas neoliberais, o Estado realiza privatizações das empresas públicas com o objetivo de enxugar seus gastos. O gasto excessivo governamental com políticas sociais públicas é visto como nefasto para a economia, pois gera déficit orçamentário. A

regulação do Mercado feita pelo Estado também é vista negativamente, pois inibe o jogo mercantil e desestimula investimentos capitalistas. Esta é a visão do pensamento neoliberal, em contradição ao Estado do Bem Estar Social.

Porém, o Estado continua com seu papel intervencionista pois ele “*passa a ser financiador, consumidor, sócio, podendo, portanto, intervir cada vez mais, desde que seja na defesa de interesses localizados*” (BEGA DOS SANTOS, no prelo).

O Estado tem o poder de intervir, mas a intervenção leva em conta os interesses de determinados grupos, em geral os hegemônicos. Muitas vezes, o grupo que prevalece é o ligado ao Mercado, sendo o representante desses interesses.

1.2.2 – Terceiro Setor

O Terceiro Setor não deixa de ser um Movimento Social, relacionado ao Mercado em alguns casos. Atualmente, muitas empresas que visam ao lucro possuem algumas atividades nos chamados projetos sociais. Essas empresas se auto-intitulam ‘empresas-cidadãs’, pois ajudam aqueles que têm mais necessidade.

Dessa forma, o Mercado atua próximo aos movimentos sociais através do Terceiro Setor. E essa atuação é favorecida e estimulada pelas ações, ou falta delas, realizadas pelo Estado, que deixa de cumprir suas obrigações básicas com a população, como por exemplo, um atendimento de saúde qualificado. Esse atendimento será feito por outras entidades ou empresas, que recebem benefícios do Estado para atuarem. Um dos requisitos para receberem esses benefícios é ser uma empresa que não visa ao lucro, ganhando o título de filantrópica ou beneficente.

Para COELHO (2000) esta situação relaciona-se à crise do Estado e de suas atribuições. Passa-se, portanto, a procurar novos caminhos para o desenvolvimento social, com uma refuncionalização dos diferentes atores.

FERNANDES (1994:19) cita SALAMON para falar em Terceiro Setor:

Embora a terminologia utilizada e os propósitos específicos a serem perseguidos variem de lugar para lugar, a realidade social subjacente é bem similar: uma virtual revolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo ‘Terceiro Setor’ global, que é composto de (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparato formal do Estado; (c) que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário.

Podemos observar três setores de atividade na sociedade: o Mercado (primeiro setor), o governamental (segundo setor) e o das atividades sem fins-lucrativos, denominado terceiro setor. No Mercado, as atividades envolvem trocas de bens e serviços visando o lucro. No setor governamental a ação é legitimada e organizada por poderes coercitivos. Este enquadramento legal faz com que seja limitado e regula sua ação, o que o torna previsível. O Terceiro Setor é aquele onde as atividades não são nem coercitivas e nem visam o lucro.

Adaptando-se à idéia difundida por SOUSA SANTOS (1997) do tripé de governo, que já expusemos aqui, para garantir a regulação social, teremos a Comunidade substituída pelo Terceiro Setor.

Com relação à terminologia, é importante ressaltar que muitos termos têm sido utilizados sem nenhum critério em relação às organizações que surgem na Sociedade Civil: organizações sem fins-lucrativos, organizações voluntárias, Terceiro Setor, ONGs. Porém, cada uma dessas terminologias pode significar coisas diferentes. Genericamente todas as organizações privadas, sem fins-lucrativos e que visam à produção de um bem coletivo estão sendo agrupadas. Entretanto, devemos tomar cuidado para não confundir ‘bem coletivo’ com ‘bem público’. Nem todas as instituições do Terceiro Setor possuem fins públicos. É o caso de organizações com fins coletivos privados, voltado a um objetivo que só interessa a quem participa dessa organização, como, por exemplo, os sindicatos de classe.

Porém, nem todas as prestadoras de um serviço público se encaixam na caracterização anterior, como o que acontece com uma empresa que possui uma concessão de telefonia ou energia elétrica: ela presta um serviço público, porém visa ao lucro.

COELHO (2000:59) diz que “*As organizações de fins públicos são aquelas que produzem bens ou serviços de caráter público ou de interesse geral da sociedade*”. E continua “*essa questão do fim público é importante porque cumprir essa finalidade é o enquadramento obrigatório para que essas organizações obtenham o status legal e sejam consideradas de utilidade pública no Brasil*” (ibid: 60).

Ser reconhecida legalmente como uma organização sem fins lucrativos tem conseqüências importantes, pois independente do fato de ela visar a fins públicos, a instituição terá uma série de isenções fiscais federais, estaduais e municipais. Essas isenções significam um importante subsídio governamental.

Alguns autores argumentam que o avanço do capitalismo nos países desenvolvidos favoreceu o desenvolvimento do Terceiro Setor, pois os aumentos do tempo de lazer e da renda familiares da classe média são os ingredientes necessários para o desenvolvimento de atividades voluntárias.

O trabalho voluntário sempre existiu associado à organizações religiosas e étnicas. Família, amigos, vizinhos e Igreja eram as primeiras instâncias a serem procuradas nos momentos de necessidade e, somente depois é que a busca se direcionava para outros níveis institucionais mais elevados.

As ONGs, grandes ou pequenas, demonstram a mesma tendência: a de um espaço autônomo de atuação em relação à lógica das empresas, dos partidos, das igrejas. Elas contribuem para o fortalecimento da sociedade civil, para que se possa influir nas políticas públicas, ampliando-se os espaços de participação da sociedade (BEGA DOS SANTOS, no prelo).

As ONGs, entidades ou instituições terão, nos dias de hoje, o papel da Comunidade na concepção do paradigma cultural proposto por SOUSA SANTOS (1997). Elas serão o braço mais próximo dos moradores, daqueles que têm mais necessidades. Será nessas organizações que os moradores procurarão auxílio, pois aí o atendimento de seus pedidos será mais rápido.

Capítulo II – Atuação dos Agentes

Para a compreensão da organização do espaço geográfico e a forma como ela se dá é fundamental entender a atuação de diversos agentes para que ela ocorra, dentre eles o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil, que atuam articuladamente

Utilizaremos na pesquisa o conceito de espaço geográfico desenvolvido por Milton Santos – conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. Os objetos são mediadores entre homem e sociedade e entre homem e sua situação material. Eles se individualizam e ganham expressão e significado, quando a serviço da sociedade.

São os objetos e as técnicas que caracterizarão um dado período. Novos objetos surgirão como resposta ao surgimento de novos sistemas técnicos. Surgem, também, novas formas de ação. É o espaço em constante mutação. É o espaço que redefine os objetos que o formam.

Um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações formam o espaço. (...) Sistemas de objetos e sistema de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço mostra a sua dinâmica e se transforma (...) A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfológicamente quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim que as épocas se distinguem umas das outras (SANTOS, 1999: 51-52; 77).

As ações, em conjunto com os objetos, formarão o espaço geográfico. Na Favela de Paraisópolis as ações têm a intenção de criar entidades que têm por finalidade ajudar uma população mais carente. São construídos objetos para atingir essa finalidade. Ou seja, as ações levam à criação de objetos e, esses objetos levam, também, à novas formas de ações. É o espaço sempre se modificando.

Como já expomos anteriormente, o poder pode ser exercido por um tripé formado pelo Estado, empresas e Sociedade Civil. O Estado é o responsável por criar normas que influenciarão na organização do espaço geográfico. Muitas vezes essas normas são criadas a pedido de empresas, para que elas possam se instalar e se desenvolver. A instalação dessas empresas vai alterar o cotidiano do lugar. É dessa forma, também, que o Estado atua na organização do espaço.

Segundo SANTOS (1997:16-17) território e mercado passam a ser sinônimos na globalização. Os Estados vêm-se na necessidade de atrair empresas e para isso investem muito dinheiro para adequar o território à dada empresa. Assim, “o Estado acaba por ter menos

recursos para tudo o que é social”. O Estado abandona sua obrigação com Previdência Social, saúde e educação e se retira da política, que passa a ser feita no Mercado. Esta situação de empresas assumirem obrigações que antes eram (e são) responsabilidades do Estado (saúde/educação, por exemplo), surge de um enfraquecimento do poder do Estado.

Apesar das políticas sociais governamentais terem procurado dar respostas às necessidades postas pela sociedade, elas não foram suficientes em relação à demanda existente. Mais uma vez volta-se a discutir as funções do Estado e as dos demais agentes que interagem com ele. Do Mercado passa a ser cobrado maior participação e contribuição para a solução de questões sociais. O Estado, muitas vezes, sujeita-se aos desejos de grupos hegemônicos e toma decisões político-jurídicas para favorece-los.

A serviços de grandes empresas privadas, o território nacional conhece, em certos lugares, uma adequação técnica e política que permite a tais empresas uma produtividade e um lucro maiores. Em última análise, trata-se de uma racionalidade privada obtida com recursos públicos. Em outras palavras, tal racionalidade representa sempre uma drenagem de recursos sociais para a esfera do setor privado (SANTOS & SILVEIRA, 2001:306).

Essas grandes empresas utilizam-se do poder financeiro que possuem para conseguir vantagens jurídicas que cabem ao Estado determinar. E nessas decisões do Estado, muitas vezes a população lindeira não tem voz de decisão e sempre são atingidas por essas decisões. O neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica de bens e serviços.

A prática do neoliberalismo acarreta mudanças importantes na utilização do território, tornando esse uso mais seletivo do que antes e punindo, assim, as populações mais pobres, mais isoladas, mais dispersas e mais distantes dos grandes centros e dos grandes centros produtivos (SANTOS & SILVEIRA, 2001:302).

Um dos objetivos desta pesquisa é mostrar o papel da população nessas decisões. Saber se ela se comporta passivamente ou ativamente nas discussões e nas ações empreendidas. Ou seja, se ela tem algum poder decisório na organização do seu espaço. Em Paraisópolis iremos verificar se há a participação popular na instalação das entidades.

O espaço geográfico possui uma forma que é definida pela hegemonia de uma classe social. *“É no âmbito do Estado, portanto, que se estabelecem os relacionamentos entre interesses divergentes que darão o conteúdo para as formas espaciais. Elas poderão ser mais ou*

poderão ser menos excludentes, ou segregacionistas dependendo das características daquele ‘bloco histórico’” (BEGA DOS SANTOS, no prelo).

O Terceiro Setor vai intermediar as relações entre Estado e Mercado no tocante às questões sociais. A idéia de um Terceiro Setor nos leva a pensar uma dinâmica da vida pública que se dê entre três pólos, que não se sobrepõem e que a um só tempo se opõem e atraem. Essa tríade também aparece quando pensamos em interesses públicos e particulares. Surge uma terceira possibilidade, que pode ser concebida como uma entre as quatro combinações da conjunção entre o ‘público’ e o ‘privado’.

Tabela 2.1 – Possíveis combinações entre Público e Privado

AGENTES		FINS		SETOR
Privado	para	Privado	=	Mercado
Público	para	Público	=	Estado
Privado	para	Público	=	Terceiro Setor
Público	para	Privado	=	(corrupção)

Fonte: FERNANDES, 1994:21

Não é porque o Terceiro Setor é não lucrativo e não governamental que ele está além das esferas de influência do Estado e do Mercado, ou contrário aos outros condicionamentos sociais. As instituições deste setor geram recursos e suas conseqüentes disputas pela sua distribuição. Assim como as empresas capitalistas tradicionais elas influenciam a legislação em seus mais variados domínios e condicionam os orçamentos dos governos, das empresas e dos indivíduos. Diante disso, as empresas do Terceiro Setor absorvem as problemáticas do interesse e do poder.

Ressalta-se, entretanto, que apesar da horizontalidade formal do mercado possuir ou não propriedade e recursos financeiros faz uma enorme diferença, principalmente na montagem dos lobbies que atuam junto aos poderes legislativo e executivo. As empresas possuem um enorme poder de pressão para a aprovação de medidas políticas e econômicas que as favoreçam (COELHO, 2000:41).

2.1 – Atuação do Estado

Segundo Boaventura de Sousa Santos há duas visões contraditórias na atuação do Estado. Em uma delas o Estado, de maneira cada vez mais autoritária, tenta penetrar ou absorver

a sociedade civil. Essas formas têm sido chamadas de “*autoritarismo regulador, democracia vigiada, neocorporativismo, fascismo benévolo*” (1997:116). Em outra visão o Estado é tido como ineficaz, “*incapaz de desempenhar as funções a que se incumbem*” (*ibid*). Esta incapacidade do Estado é explicada pela falta de recursos financeiros ou debilidade institucional ou ainda por não possuir traquejos de Mercado em sua atuação.

Para GAMBLE (1982:45 *apud* SOUSA SANTOS, 1997:117) “*o Estado é uma realidade construída, uma criação artificial e moderna quando comparada com a sociedade civil*”. “*As sociedades formam-se, mas os Estados são feitos*” (HAYER, 1979:140 *apud* SOUSA SANTOS, 1997:117).

Estado e Sociedade Civil possuem características próprias. O Estado tem sua organização formal, unidade interna e soberania absoluta, além de sistema jurídico unificado e centralizado. Já a sociedade é marcada pelo domínio da vida econômica e relações sociais espontâneas orientadas pelos interesses privados e particulares.

Ou seja, o Estado é artificial, engessado em suas formas de atuação e em suas fronteiras. A sociedade pode ser considerada natural, com uma forma de atuação mais dinâmica, apesar de também sofrer um engessamento por parte da atuação do Estado.

O direito e a política como papel da esfera pública, exclusivamente, encobrem o fato de só funcionarem dentro de um sistema jurídico e político mais amplo, onde se incluem outras formas antidemocráticas de direito e de política.

Hildebert Isnard, em 1982, assim como Milton Santos, em 1997, já fazia menção a uma aproximação entre mercado e território. “*O poder pretende trazer para aí, onde faltam os equipamentos coletivos, as atividades econômicas que fixarão os homens e as coisas no espaço*” (SANTOS, 1997:55). O lugar ao qual o trecho citado diz respeito está sendo ‘aparelhado’ com infra-estrutura e outras vantagens para atrair empresas. É o que Isnard vai chamar de divergência entre a política do espaço e a do capitalismo. “*Sociedade e Espaço apresentam-se tal como a relação entre criador e criação. Esta permite àquele realizar-se segundo a sua própria razão de ser, nela refletindo a sua imagem fiel. Entre elas, a identificação é total*” (ISNARD, 1982:75).

A definição de espaço geográfico dada por Isnard ajuda a compreender a atuação da Sociedade Civil em Paraisópolis. Para o mesmo, espaço geográfico é criação humana. “*O espaço geográfico aparece como a projeção no solo da sociedade que o criou obedecendo à mesma racionalidade*” (ISNARD, 1982:40).

Ou seja, o espaço será organizado tal qual a sociedade que nele vive. Neste caso estamos nos referindo a uma escala mais ampla quando falamos em sociedade. Nos referimos às três formas de poder que atuam na organização do espaço. O espaço será reflexo das atuações do Estado, Mercado e Sociedade Civil.

O projeto das sociedades constituem, pois uma das chaves do conhecimento do seu espaço, resultam do sistema de valores, tradição, atitudes culturais, sociais e políticas, numa palavra, da ideologia na qual cada sociedade colhe as suas motivações e as suas razões de agir (ISNARD, 1982:37).

Em outro trecho, o mesmo autor salienta que: “*O espaço geográfico cai nas mãos do homem que modela e utiliza os elementos retirados ao meio natural para os submeter ao seu projeto de sociedade. (...) uma sociedade adapta sempre o espaço à sua imagem do momento: a sincronia é impressionante*” (ISNARD, 1982:237). O espaço geográfico transforma-se sem parar para acompanhar a evolução da sociedade alcançando níveis de organização cada vez mais complexos.

2.2 – Imunidade tributária do Terceiro Setor

As ONGs, no Brasil, beneficiam-se de uma legislação que lhes concede isenções tributárias, justamente por serem consideradas de interesse público e social e também recebem doações ou aplicações de recursos financeiros, provenientes na maioria as vezes do exterior, em prol de determinadas causas consideradas sociais (BEGA DOS SANTOS, no prelo).

Uma das formas que o Estado irá utilizar para compensar sua ausência, ou distanciamento, das políticas sociais, será através de incentivos fiscais e/ou isenções tributárias aos grupos que resolverem atuar nesses setores, principalmente saúde e educação.

O artigo 150, inciso VI, alínea *c* da Constituição Federal de 1988 determina que é vedado à União, Estados, Distrito Federal e municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

O referido texto constitucional remete a uma outra lei, com seus requisitos, para que se alcance a imunidade. A lei em questão é o Código Tributário Nacional – CTN – que em seu artigo 14 determina que as entidades deverão atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
- aplicar integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

O primeiro requisito visa impedir que pessoas de má fé criem entidades educacionais e/ou assistenciais tendo por objetivo a sua própria assistência.

A aplicação integral no país dos recursos tem por objetivo assegurar aos Estados que o dinheiro que ele deixou de arrecadar com impostos sejam investidos aqui mesmo, através das entidades. Dessa forma o Estado, que é incapaz de atender a todas as demandas da sociedade, utiliza a renúncia fiscal como uma forma de incentivar os cidadãos para a realização de atividades visando o desenvolvimento social do país. O envio de verbas ao exterior só é permitido quando for para financiar a capacitação de profissionais em cursos ministrados por empresas idôneas que não estejam disponíveis no Brasil. Além disso, é preciso justificar que tais cursos são essenciais para as entidades melhorarem seus desempenhos nos objetivos sociais.

O terceiro e último requisito, da escrituração das receitas e despesas em livros, visa assegurar o correto cumprimento dos itens precedentes.

Para manter o enquadramento legal de entidade sem fins-lucrativos e usufruir a imunidade assegurada pela Constituição, a organização deve cumprir os requisitos fixados no artigo 12 da Lei 9.532/97, que diz em seu *caput*:

Para efeito do disposto no artigo 150, inciso IV, alínea “c”, da Constituição, de 5 de outubro de 1988, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos”. A organização deve cumprir os requisitos fixados nos diversos incisos desse mesmo artigo 12, a seguir apresentados:

I. não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;

II. aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;

III. manter a escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que assegure a respectiva exatidão;

IV. conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer atos ou operações que venham modificar sua situação patrimonial;

V. apresentar anualmente Declaração de Rendimentos em conformidade com o disposto e ato da Secretaria de Receita Federal;

VI. recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;

VII. assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou encerramento de suas atividades, ou a órgão público;

VIII. outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

E o artigo 15 dessa mesma lei define quais são as instituições que terão isenção: *“Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos”*.

Talvez aqui possa estar a explicação para o surgimento dessas entidades e suas atuações. E também a explicação para empresas do Mercado atuarem neste segmento, pois assim elas obteriam alguma isenção fiscal.

O aumento no número de empresas que realizam atividades sociais foi objeto de estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) em 1998 e 2003.

A pesquisa mostra que, em 1998, 67% (300 mil) das empresas realizaram algum tipo de atividade social que beneficiasse a comunidade. Este beneficiamento pode ter sido realizado tanto por pequenas doações como por meio de grandes projetos estruturados. Há ainda 16% de organizações que não realizaram qualquer tipo de ação social (Gráfico 2.1). Em 2003 esse índice de atividade social chegou a 71%.

Ao agruparmos as empresas por setor de atividade, teremos as comerciais, industriais e serviços entre as que mais desenvolvem atividades sociais com, respectivamente, 70%, 68% e 64%. Setores agrários, como agricultura, silvicultura e pesca, possuem participação em torno de 40% (Gráfico 2.2).

Entre as ações mais realizadas por essas empresas, em 1998, 57% são classificadas de assistência social, que serão aquelas destinadas à manutenção da vida de cada indivíduo. Entre essas ações temos creches, asilos, centros de convivência, de atendimento a portadores de necessidades especiais, socorros emergenciais em situações de calamidade, campanhas de doação de agasalhos etc. A área de alimentação e abastecimento é atingida por 37%, educação por 14% e saúde por 13% (Gráfico 2.3).

Em comparação com os dados de 2003, a assistência social sofreu uma queda para 39%, e o setor de alimentação teve um aumento para 49%, assim como educação (18%) e saúde (21%) (Gráfico 2.4).

Dentro das ações realizadas o grupo mais assistido é a criança, com 63% (1998) e 61% (2003). Isso se explica pelo fato deste grupo ser considerado mais vulnerável e que, portanto, necessita de uma atenção especial. Esse investimento maior nas crianças tem por objetivo, também, reconstruir a sociedade com outro patamar de consciência, formando indivíduos com uma postura humanitária.

Pelos dados da pesquisa, podemos concluir que a preocupação com o gênero ainda não é prioritária, visto que apenas 7% das empresas disseram realizar atividades que beneficiassem diretamente as mulheres. Entretanto, podemos entender esse baixo índice de atendimento à mulher pelo fato dela já estar, indiretamente, sendo abordada pelas outras variáveis. Ou seja, quando se aborda a família, a mulher está sendo contemplada também, assim como entre os jovens e adultos, por exemplo (Gráficos 2.5 e 2.6).

Entre os motivos que levam as empresas a realizar ações sociais, 81% são por motivos humanitários. Isso mostra que a filantropia é o grande motor social das empresas. Atender aos indivíduos necessitados é o que motiva as organizações de pequeno (83%) e médio portes (80%) em sua missão. Já para os dirigentes de 61% das empresas de grande porte, o que os mobiliza é o atendimento à comunidade que habitam a vizinhança da empresa (Gráfico 2.7).

Na pesquisa realizada em 2003, foi indagado o que levaria as empresas que não realizaram atividades sociais a praticá-las. “Necessitaria de mais recursos nas empresas” foi citado por 45% dos empresários; 26% cobram mais incentivos governamentais e outros 10% afirmam que “nada faria realizar ações sociais”.

Esses dados nos mostram que não basta ter motivos humanitários para realizar alguma atividade social. É preciso que haja recursos ou ainda participação governamental.

Em 1998 também foi perguntada a frequência com que as empresas realizam ações sociais. Foi verificado que 57% realizam tais ações habitualmente e em torno de 35% as realizam eventualmente (Gráfico 2.8).

Pelos dados da pesquisa do IPEA, observamos que é considerável o número de empresas que praticam ações sociais junto às comunidades pobres. E, o grupo mais atingido é o das crianças. A forma como a atuação se faz mais presente é através da alimentação. Chama a

atenção o motivo que leva as empresas a praticarem ações sociais: mais de 80 disseram praticar essas ações por motivos humanitários. Apenas 13% praticam ações sociais para complementar ações do governo. Apenas 8% das empresas declararam utilizar as deduções fiscais permitidas em lei.

2.3 – Solidariedade

Para compreender a dinâmica organizacional da Favela de Paraisópolis, podemos interpretar a atuação da União de Moradores a partir do conceito de solidariedade proposto por Milton Santos.

Milton Santos (1999 e 2001) vai falar em solidariedade orgânica e solidariedade organizacional. A orgânica será resultado da interdependência entre ações e atores e terá como consequência uma evolução e reconstrução locais relativamente autônomas e apontando para um destino comum.

A solidariedade organizacional será relacionada aos arranjos organizacionais impostos pelas regiões, criadores de uma coesão, também organizacional, baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos de sua existência e definição. Ela será produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis, mutáveis em função de fatores de mercado. *“Ocorre uma solidariedade entres os lugares, obtida através da circulação, do intercâmbio e do controle”* (SANTOS, 1999:126).

Esse acontecer solidário, que define um subespaço, região ou lugar, apresenta-se, segundo Milton Santos, sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico.

O acontecer homólogo gera contigüidades entre os lugares O acontecer complementar é aquele das relações entre os lugares. No acontecer hierárquico as ordens são provenientes de um lugar e desenvolve-se, como trabalho, em outro.

No caso do acontecer homólogo e do acontecer complementar (...) o território atual é marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são localmente formuladas ou reformuladas. Neste caso, as informações utilizadas tendem a se generalizar horizontalmente. Quanto ao acontecer hierárquico, trata-se, ao contrário, de um cotidiano comandado por uma informação que é segredo e é poder. No acontecer homólogo e no complementar, temos o domínio de forças localmente centrípetas, enquanto no acontecer hierárquico o domínio é de forças centrífugas (SANTOS, 1999:133).

Nos aconteceres homólogo e complementar a primazia é das formas com a relevância das técnicas. No caso do acontecer hierárquico, a primazia é das normas e a relevância é da política, não da técnica. A primeira situação supõe contigüidade, sendo esta o fundamento da solidariedade. No acontecer hierárquico as relações podem ser pontuais, com a solidariedade independentemente da contigüidade. Portanto, os aconteceres homólogo e complementar vão representar as horizontalidades, que atuarão junto com as forças centrípetas. Enquanto que com o acontecer hierárquico teremos os vetores da verticalidade, da relação entre os agentes, atuando junto com as forças centrífugas.

Na época atual, o Estado neoliberal, junto com a difusão do sistema técnico comandado pelas técnicas informacionais, cria uma modalidade de centrifugismo e centripetismo ainda uma vez combinados. De um lado, as atividades modernas tendem a se dispersar em função das virtualidades oferecidas nos subespaços, distantes dos centros estabelecidos mas cobiçados pelas grandes empresas. Por outro lado, há uma concentração de comando (SANTOS & SILVEIRA, 2001:303).

As forças centrípetas serão forças de agregação, de convergência e aglomeração. As forças centrífugas são desagregadoras, pois o lugar não tem comando sobre ele mesmo. São agentes externos que se impõem em Paraisópolis e temos como exemplo o quiosque de venda de sorvetes do *Mc Donald's*, que vendia um sorvete de massa por um valor mais elevado que as sorveterias existentes na favela. Após um período, o quiosque foi retirado, pois não estava obtendo sucesso nas vendas.

“A solidariedade interna ao subespaço, providenciada pela forças centrípetas, está permanentemente perturbada pelas forças centrífugas e deve permanentemente ser refeita”. (SANTOS, 1999: 228).

A solidariedade é criada e recriada ali mesmo, na Paraisópolis. Dessa forma, segundo SANTOS (1999:260) *“avultam as relações de proximidade, que também são uma garantia de comunicação entre os participantes. Nesse sentido, os guetos urbanos, comparados a outras áreas da cidade, tenderiam a dar às relações de proximidade um conteúdo comunicacional ainda maior e isso se deve a uma percepção mais econômica ou cultural”.*

E continua *“... por serem ‘diferentes’, os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a*

tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também para novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva” (ibid: 261).

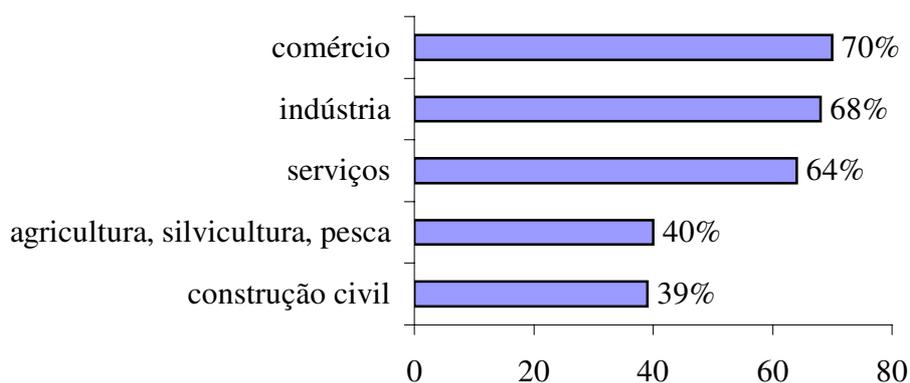
A organização dos moradores em torno da União de Moradores e dos projetos desenvolvidos em prol do bem estar demonstram essa solidariedade exposta por Milton Santos e está relacionada ao acontecer homólogo, ou seja do cotidiano compartilhado de acordo com os usos consensuais entre os moradores, criadores de regras formuladas ou reformuladas localmente.

Gráfico 2.1 Distribuição das empresas por tipo de ação social realizada (1998)



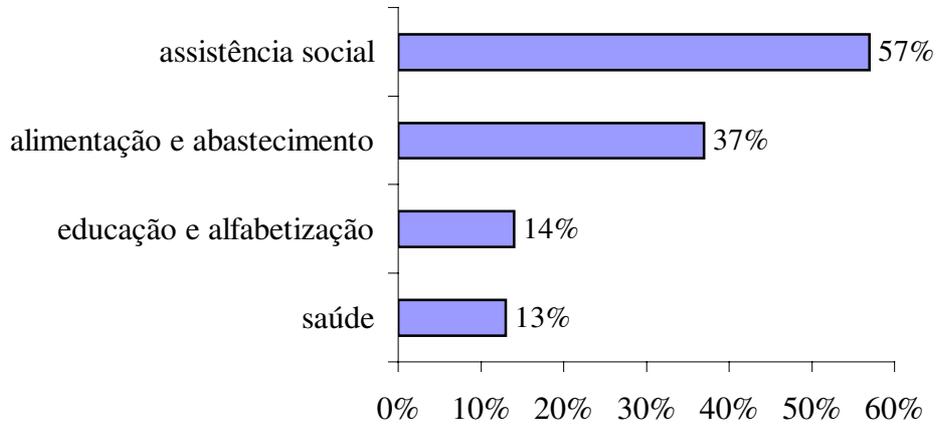
Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas – IPEA

Gráfico 2.2 Distribuição das empresas por tipo de ação social realizada (1998)



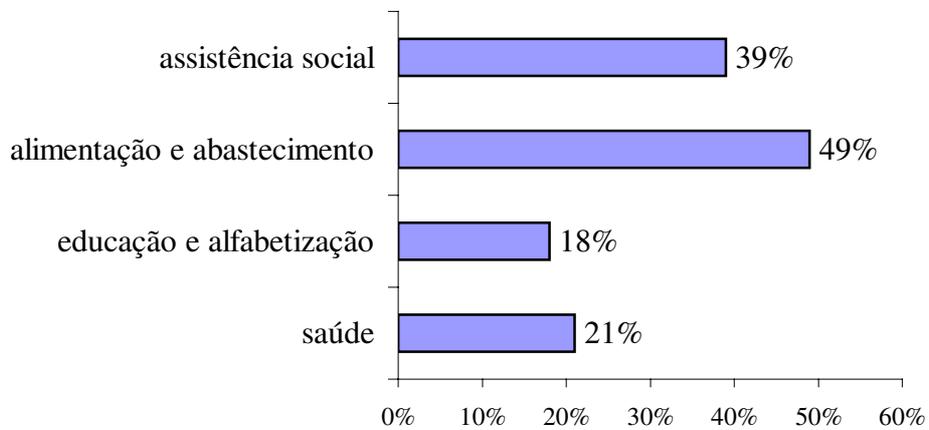
Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas – IPEA

Gráfico 2.3 Área de atuação social das empresas (1998)



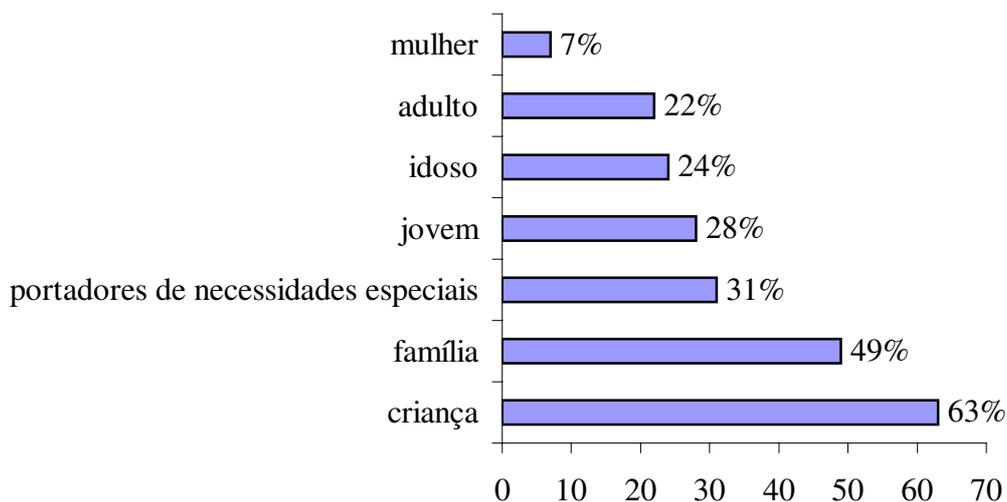
Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas – IPEA

Gráfico 2.4 Área de atuação social das empresas (2003)



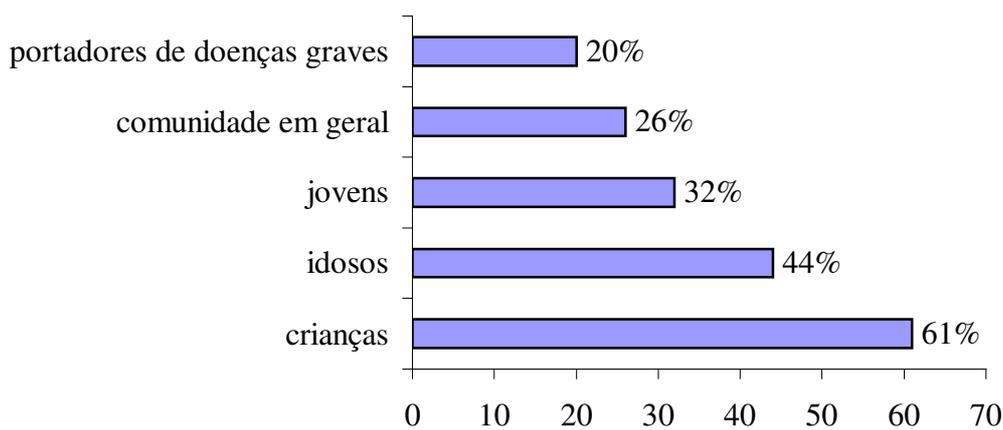
Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas – IPEA

Gráfico 2.5 Distribuição da assistência por grupos (1998)



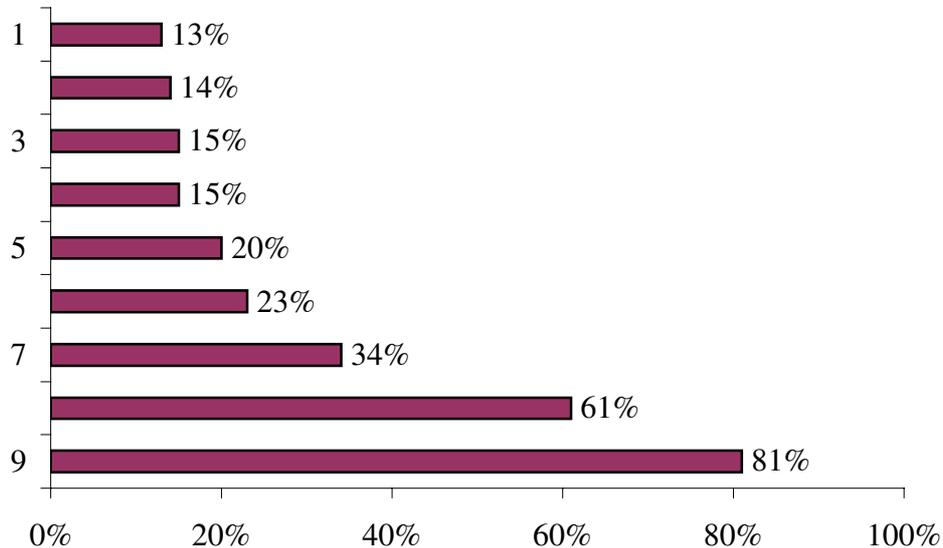
Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas – IPEA

Gráfico 2.6. Distribuição da Assistência por grupos (2003)



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas – IPEA

Gráfico 2.7 Motivo das realizações sociais pelas empresas (1998)



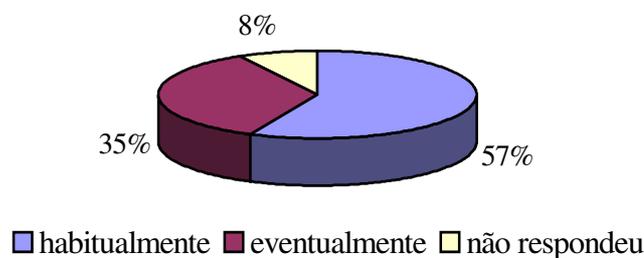
Legenda

1 – complementar a ação do governo
 2 – atender a apelas de campanhas públicas
 3 – aumentar a satisfação dos empregados da empresa
 4 – melhorar a imagem da empresa
 5 – atender a solicitações de amigos/políticos

6 – atender a motivos religiosos
 7 – atender a pedidos de outras entidades governamentais ou comunitárias
 8 – atender a comunidades próximas ao local da empresa
 9 – atender a motivos humanitários

Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas – IPEA

Gráfico 2.8 Frequência das realizações das ações sociais pelas empresas (1998)



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas – IPEA

Capítulo III – Urbanização

Neste capítulo abordaremos a urbanização, com um breve histórico desta, tentando-se compreender a segregação sócioespacial a partir do surgimento das favelas em uma grande metrópole – no caso São Paulo. O trabalho de campo foi realizado na Favela de Paraisópolis, no Morumbi, escolhida para estudo de caso, de acordo com as justificativas já apresentadas.

3.1 – Breve Histórico

Segundo PAUL SINGER (1998), a cidade é o local para onde o campo transferirá o seu excedente de produção. Ela passa a existir quando o desenvolvimento das forças produtivas na área rural for suficiente para garantir a subsistência do campo. A partir de então, o excedente alimentar produzido no campo será transferido ao núcleo urbano.

Mas este não é o único fator que leva ao surgimento das cidades. Para que haja pessoas na cidade para receber esse excedente de produção é preciso que os homens tenham uma participação diferenciada no processo produtivo e de distribuição. Ou seja, deve existir uma sociedade de classes.

Essa organização pressupõe uma classe dominante, que poderia ser uma classe que se dedique apenas a uma atividade não produtiva, como por exemplo, guerra ou religião. Essa classe dominante recebe do restante da sociedade bens materiais para continuar exercendo suas funções. Guerreiros e sacerdotes possuíam servos especializados que se agrupavam nas proximidades consolidando a estrutura de classes. Assim, a classe dominante foi, cada vez mais, isolando-se espacialmente do restante da sociedade. Começa-se a se configurar uma espécie de segregação urbana.

A cidade medieval surge ao redor do mercado em função do desenvolvimento do comércio. Mas ela não o inventa, e sim o transforma de meio de escambo irregular de produtos agrícolas em trocas regulares de bens de luxo. Com a cidade surge a produção regular e especializada desses bens mais sofisticados, o que tornará possível a ampliação da divisão social do trabalho.

A população cresce e com isso os solos cultiváveis vão sendo gradativamente ocupados até que, devido ao contínuo crescimento populacional, forma-se um excedente em relação ao desenvolvimento das forças produtivas agrícolas, que se dirige para as cidades. Com o

incremento dessa população, a cidade passa a ser, também, um centro de produção e uma nova classe social se forma. A cidade se insere na divisão social do trabalho.

A expansão da divisão do trabalho intra-urbana acarretará numa divisão do trabalho entre diferentes núcleos urbanos. A especialização torna-se mais ampla e faz-se necessária uma integração política dessa rede urbana. É a partir da unificação de cidades-estado em impérios que há condições para uma ampla divisão interurbana do trabalho.

Esse processo culminará na especialização dos homens em determinadas funções, retalhando antigos ofícios em pequenas partes. Os homens tornam-se, como assalariados, apenas uma parte do todo, utilizando as ferramentas do empregador. É o surgimento do fabricante, das fábricas, que exigirá um grande número de homens ao seu redor.

A cidade comercial dá lugar, assim, à cidade industrial. Essas fábricas, quando não estão nas cidades, formam as cidades ao seu redor, em razão do volume de produção, serviços e infraestrutura que movimentam.

Na Europa, a urbanização ocorre concomitantemente à industrialização, com o advento do capitalismo. A Revolução Industrial contribuiu para o crescimento e para o aumento das cidades. Nos países subdesenvolvidos o crescimento da população urbana é um processo mais recente, anterior à intensificação da industrialização com a modernização capitalista e, a partir da década de 1950, a urbanização torna-se mais intensa pela incorporação desses países à uma nova ordem mundial.

Enquanto nos países desenvolvidos os efeitos do processo de industrialização apareceram gradativamente, nos países subdesenvolvidos a indústria se desenvolve sob o efeito das descobertas científicas realizadas pelos países desenvolvidos, acirrando a dependência econômica e tecnológica. Além disso, o mercado de empregos tem um crescimento limitado, pois as grandes indústrias que se instalam no país, o fazem utilizando tecnologia poupadora de mão-de-obra.

Nos países subdesenvolvidos também há importantes centros de pesquisas, desenvolvendo tecnologias específicas para combater as doenças típicas desses países, por exemplo. E desde o final do século XIX, a questão do saneamento melhora significativamente.

Este processo é acompanhado pela queda da taxa de mortalidade da população em geral o que, embora tenha contribuído significativamente para o aumento da urbanização, não teve a

mesma importância que o êxodo rural – o grande responsável pelo crescimento da população urbana em nosso país.

A urbanização, além de propiciar à população um maior acesso aos serviços de saúde, por exemplo, também permite que as pessoas possam fazer um planejamento familiar, com o intuito de terem menos filhos, não só pelas dificuldades que o meio urbano apresenta, relacionado às necessidades do casal ter que trabalhar para garantir o sustento da família, mas também pela tendência à total mercantilização do custo da reprodução da força de trabalho, inviabilizando a produção doméstica de valores de uso mesmo quando a mulher não trabalha fora. Mas, claro, que essa tendência não se aplica à totalidade da população urbana.

Para MILTON SANTOS (1994) embora a criação de empregos não tenha acompanhado o crescimento demográfico nas grandes cidades, nos países subdesenvolvidos a população urbana parece ter um papel dinâmico próprio, ou seja, essa população tem capacidade de estimular novas atividades, gerando novas ocupações e empregos típicos do crescimento urbano, como camelôs, motoristas e cobradores de lotação no transporte coletivo público, por exemplo.

Quando a cidade não é capaz de dar resposta às novas necessidades de produção de bens, serviços e empregos, esse crescimento da população urbana pode aumentar os níveis de pobreza.

Os investimentos externos tiveram, e têm ainda, um importante papel no crescimento das cidades dos países subdesenvolvidos. Porém, os lucros obtidos com esses investimentos não são reinvestidos na própria cidade. *“Ao mesmo tempo em que a cidade deve importar capitais, ela os exporta, tendo assim duplo prejuízo”* (SANTOS, 1981:80).

Com isso, cria-se um crescimento urbano provisório e irregular. As cidades se aproveitam dos investimentos e, depois, sofrem com o estancamento. Além disso, as cidades industrializadas serão aquelas que mais receberão investimentos, pois já terão passado por um processo de evolução urbana importante, o que contribui para aumentar as disparidades regionais.

3.2 – São Paulo

A urbanização da cidade de São Paulo tem as características da urbanização ocorrida nos países subdesenvolvidos. No atual período técnico-científico, quando os setores informacionais são os mais relevantes, o poder de decisão pode estar em qualquer outro lugar.

A base industrial foi o alicerce para que São Paulo hoje se tornasse uma cidade informacional, um centro internacional de serviços. São Paulo é, agora, relativamente menos forte, em produto e em emprego industrial, mas sua força aumentou, no País e no mundo, graças ao fato de que a atividade de serviços se desdobra, criando um expressivo setor terciário de comando, baseado na informação (concepção, direção, coordenação, controle) (SANTOS, 1994:15).

Com a nova divisão internacional do trabalho que leva a uma mundialização dos lugares, fruto do processo de globalização pelo qual passamos, São Paulo torna-se uma metrópole global. Na nova divisão territorial do trabalho, São Paulo exerce uma polarização em relação às demais áreas do país. Muitas das atividades exercidas no país necessitam dos serviços prestados em São Paulo que, dessa forma, fica presente em todo o território nacional, graças a esses novos geradores de fluxos de informação indispensáveis ao trabalho produtivo.

Sem deixar de ser a metrópole industrial do País, apesar do movimento de desconcentração da produção recentemente verificado, São Paulo torna-se, também, a metrópole dos serviços, metrópole terciária ou, ainda melhor, quaternária, o grande centro de decisões, a grande fábrica de idéias que se transformam em informações e mensagens, das quais uma parte considerável são ordens (SANTOS, 1994:40).

MILTON SANTOS (1994) distingue três etapas na mundialização de São Paulo. A primeira será o comércio (fins século XIX e início século XX), a segunda baseada na indústria (até os anos 60) e a fase atual, a da “*metrópole global, cujas atividades hegemônicas se utilizam da informação como base principal do seu domínio*” (SANTOS, 1994:43).

Para adaptar-se à modernidade contemporânea os países periféricos necessitam de recursos para a instalação da infra-estrutura econômica a serviço das grandes firmas. Porém, esse investimento ocorre em detrimento dos investimentos sociais exigidos por uma demografia e urbanização intensas. Mas esses benefícios deixaram fora uma parcela importante da atividade urbana e da população. A modernização contemporânea é, portanto, seletiva e não-igualitária para o conjunto da população. E, para a maior parte da população, é perversa.

Dessa forma, o sistema urbano de São Paulo é resultado dessa associação das lógicas dos subsistemas internacional, nacional e local, e a paisagem urbana é o reflexo dessas influências.

“*A metrópole, tomada como totalidade, funciona como um subsistema de estrutura, um sistema global constituído de subsistemas interdependentes e complementares*” (SANTOS, 1994:94). É a idéia da cooperação desigual. Cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista.

MILTON SANTOS (1994:93) lembra que Marx afirma que a grande cidade necessita de associação desigual de modos de trabalho, de tempos de trabalho, de condições de trabalho, de remuneração de trabalho, enfim, uma cooperação desigual.

A seletividade entre os lugares atinge diferentemente os atores econômicos, o que faz do Estado um motor de desigualdades, favorecendo concentrações e marginalizações. As divisões social e territorial do trabalho dependem de decisões políticas. Assim, o futuro das cidades cabe aos atores do jogo político e à forma como o espaço urbano reage à cada reorganização.

A importância desse tipo de enfoque sobressai tanto mais quanto o Estado intervém, direta ou indiretamente, nas relações de trabalho, estimula de forma seletiva e freqüentemente discriminatória as diversas atividades, estabelece os usos do solo, impondo regalias e interdições (...). Cada parcela do território urbano é valorizada (ou desvalorizada) em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pelo Estado (SANTOS, 1994:126).

O espaço, portanto, vai se modificando a cada dia em virtude das necessidades exigidas pelas grandes firmas. Isso ocorre de forma repetida e com intervalos pequenos e a cidade vai se tornando inviável e viável, sempre após novos períodos de reconstrução do espaço urbano e às custas dos cofres públicos.

A cidade, ao mesmo tempo em que moderniza uma de suas frações, provoca envelhecimento às demais. E, quanto mais extensa e mais populosa a cidade, maior a tendência para a existência de frações com características próprias. O trabalho acumulado na forma de infra-estruturas interage com o trabalho presente realizado sobre as formas passadas, resultando no espaço.

As exigências, quanto ao entorno geográfico, das grandes empresas transnacionais levam as cidades que as acolhem à criação de novos espaços indispensáveis à sua operação, desvalorizando, do mesmo golpe, outros subespaços prematuramente envelhecidos (SANTOS, 1994:129).

E Milton Santos continua:

No período técnico-científico atual, os setores terciários de comando tendem a se concentrar ainda mais geograficamente, beneficiando, ao menos num primeiro momento, as localidades onde o potencial em matéria cinzenta é mais diversificado e maior. Esses lugares são, também, mais atrativos para os pobres. Modernidade e pobreza, participação plena e não-participação são, nas grandes cidades, as duas pontas do processo de modernização contemporânea, sendo, assim, responsáveis pela expansão global do setor terciário (SANTOS, 1994:65).

A concentração geográfica corrobora com a idéia da seletividade da modernização, que se caracteriza pela ampliação do setor terciário que se concentra em lugares mais atrativos. E atrai a formalidade e a informalidade também.

Nas grandes cidades, o Mercado possibilita diversas formas de realização econômica baseadas nas diversidades de rendas, produção, circulação, distribuição e consumo; podemos exemplificar com o sistema de comprar ‘fiado’ realizado pelos mais pobres, baseado na confiança entre comerciante e consumidor.

A cidade, como meio ambiente construído, como um conjunto de ecologias específicas, é tanto a condição de uma divisão do trabalho que acolhe todos os tipos de capital, como a condição de uma cooperação entre as empresas e pessoas, forma de socialização capitalista que é a base da convivência forçada entre atores diversos e de conflitos abertos ou latentes (SANTOS, 1994:105).

A urbanização, e a vida nas cidades, só será possível graças a um processo de cooperação entre as pessoas. A vida urbana induz à criação de meios coletivos, de uma socialização das forças produtivas e de consumo. É uma outra face da divisão do trabalho.

A cidade – o espaço urbano e suas infra-estruturas – será apropriada de forma seletiva e privada. Dessa forma, as desigualdades aumentarão e haverá a necessidade de novo planejamento para eliminar as deseconomias e criar novas economias. Assim, a cidade se alarga, novas desigualdades surgirão e com elas novas necessidades de planejamento se farão necessárias.

O problema da habitação popular também se inclui nesta ótica (do capital social da cidade ser usado diferentemente pelos diversos capitais particulares), e, por isso, se submete, nas suas soluções, às oscilações de conjuntura e não às necessidades estruturais e permanentes da população; o comando fica com o mercado especulativo e não com a problemática da habitação (SANTOS, 1994:137).

No que diz respeito a indicadores financeiros, São Paulo sempre se sobressai quando comparada com outras cidades do país e a sua Região Metropolitana é considerada o centro financeiro, ou seja, o centro dinâmico do Brasil.

Mas isso não significa que toda sua população tenha um elevado índice de qualidade de vida. Contudo, deve-se relacionar dois processos que caminham juntos: crescimento econômico e pauperização de vastas parcelas das classes trabalhadoras.

KOWARICK (1993:33) diz que “as condições de vida dependem da análise da expansão urbana, com seus serviços, infra-estrutura, espaços, relações sociais e níveis de

consumo, aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação do capital”. Ou seja, são diversos fatores conjugados que vão determinar a qualidade de vida de uma população como, por exemplo, acesso à rede de água e esgoto, escolas, creches, empregos, postos de saúde nas proximidades, acesso ao consumo e o nível desse consumo.

É comum ouvirmos as palavras caos e crise para definir as grandes cidades atuais. Esse caos vem contribuindo para o surgimento de novas práticas sociais em busca de um reordenamento das cidades que acarretará em novas formas de hegemonia social. E estas intervenções pontuais e específicas são legitimadas pela restauração da paz no convívio social.

Os novos contingentes populacionais nas grandes metrópoles pressionam por melhores condições sócioespaciais e econômicas. Nas grandes cidades, as periferias são a materialização de mecanismos de exclusão/segregação, tais como habitações insuficientes e de má qualidade, inexistência de infra-estrutura, transporte deficiente, violência, etc.

O mapa 3.1 (Atlas Ambiental/Prefeitura de São Paulo) mostra o número de habitantes por distrito da cidade de São Paulo. Pode-se perceber a maior densidade demográfica nos distritos mais periféricos. Não necessariamente os mais extremos da cidade, visto que nos extremos norte e sul há impedimentos naturais à ocupação, como Serra da Cantareira e as Represas Billings e Guarapiranga.

Há uma grande concentração, também, em alguns distritos mais centrais que pode ser explicada pela existência de vários cortiços e edifícios residenciais.

A área destacada no mapa representa a Favela de Paraisópolis, objeto de estudo desta dissertação. Percebe-se que a densidade populacional da favela está entre 50 e 100 habitantes por hectare. A dificuldade em trabalhar com este dado está no fato de Paraisópolis não estar totalmente inserida no distrito de Vila Andrade. E, também, no fato desse distrito não ser composto unicamente por esta favela.

Através do mapa 3.2 (Atlas Ambiental), de quota residencial, pode-se analisar a concentração habitacional na cidade de São Paulo. Os distritos mais centrais possuem uma área maior para cada habitante, ao contrário do que ocorre nas regiões periféricas.

Pode-se perceber uma elevada discrepância entre os dados dos distritos do Morumbi e de Vila Andrade, em razão do segundo abrigar a Favela de Paraisópolis, onde a concentração de moradias é muito grande, oposto ao que ocorre no Morumbi.

Esta alta densidade demográfica na periferia é ocasionada, entre outros fatores, pela diferenciação na taxa de crescimento populacional da cidade de São Paulo, conforme vemos no Mapa 3.3 (Atlas Ambiental). Há uma coincidência nas áreas que apresentam alta densidade populacional com as áreas de elevado crescimento populacional.

No caso da Favela de Paraisópolis, pode-se constatar que o distrito de Vila Andrade é o que possui a mais alta taxa em comparação com os distritos vizinhos. Isto ocorre pela falta de planejamento familiar, como também pelo alto número de adolescentes grávidas.

Um outro dado que nos ajuda a entender a dinâmica da cidade de São Paulo é o mapa 3.4 (Atlas Ambiental), de renda média domiciliar. Por ele pode-se constatar que as áreas mais periféricas, aquelas mais populosas, possuem as menores rendas médias em um domicílio. As maiores rendas médias estarão nos distritos mais centrais.

Chamamos atenção aqui para o distrito de Vila Andrade, onde a renda média pode ser considerada elevada, mesmo com a presença da favela, que possui rendas mais baixas que a média do distrito. Porém, há vários condomínios de luxo em Vila Andrade, o que ajuda a elevar a sua renda média.

Os mapas 3.5, 3.6 e 3.7 (Atlas da Exclusão Social/Aldaísa Sposatti) constataam a situação de precariedade em que se encontram as regiões mais periféricas em relação às áreas mais centrais da cidade, apesar dessas últimas possuírem muitos cortiços, o que justifica a existência de uma faixa de precariedade nessa região.

O mapa 3.5 nos mostra a população que vive em condições precárias enquanto o mapa 3.6 nos fala da concentração de moradias precárias. Pelos mapas fica clara a discrepância que há entre as diversas regiões da cidade. Quanto mais nos afastamos das áreas centrais, maior fica o índice de precariedade da população e das moradias.

O distrito de Vila Andrade possui altas concentrações de precariedade pelo fato da Favela de Paraisópolis possuir uma alta densidade populacional, falta de acesso aos serviços básicos de infra-estrutura, moradias em condições de risco etc, caracterizando um lugar em precárias condições.

O mapa 3.7, mais especificamente, diz respeito ao acesso à água, um dos itens mais básicos de infra-estrutura. Podemos verificar a discrepância que há entre as áreas mais centrais e as áreas periféricas.

O mapa 3.8 (Atlas Ambiental) é uma síntese do que foi tratado nos mapas anteriores. Trata-se de um perfil socioeconômico da população paulistana. Esse mapa temático foi produzido pela Prefeitura de São Paulo de forma a sintetizar a força de correlação entre as diversas informações. Ele representa uma possibilidade de leitura da cidade sobre um ranking de distritos.

Por ele pode-se notar que a região central da cidade possui um perfil socioeconômico mais elevado que aquele perfil registrado nas regiões mais distantes do centro. Mesmo entre as regiões mais periféricas, as zonas leste e sul da cidade possuem perfis mais baixos quando comparadas com as periferias norte e oeste.

Vila Andrade/Paraisópolis está numa faixa até certo ponto elevada, que não condiz com a realidade expressa na favela. Mas, por se tratar de uma média do distrito, esse valor acaba sendo aceito, em virtude dos já citados condomínios existentes em Vila Andrade.

3.3 – Exclusão/Segregação Espacial

A falta de acesso, por parte dos despossuídos, aos equipamentos e infra-estrutura nas áreas metropolitanas está intimamente ligada às estruturas que criam, mantêm e perpetuam a segregação urbana e, por esta via, às diversas formas de periferização.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 1993:11).

Isto se agrava em virtude de práticas administrativas acentuadamente incrementalistas, pontualizadas, assistencialistas e paternalistas que fragmentam a atuação governamental, imprimindo uma dada organização espacial à cidade. A estrutura desse espaço urbano reflete a condição social de seus habitantes. Há um crescimento desordenado com vazios urbanos em meio a altas taxas de ocupação do solo, mostrando um adensamento da periferia pelos mais pobres. “A distribuição espacial da população espelha no nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas” (KOWARICK, 1993:34).

Podemos dizer que crescimento econômico e pauperização de uma parcela da população são diretamente proporcionais. A população mais pobre sofre as conseqüências do jogo

econômico e a segregação econômica tem uma visibilidade espacial com os pobres morando em condições cada vez piores, em lugares cada vez mais distantes, caracterizando o aparente crescimento desordenado e caótico das cidades – trata-se da segregação sócioespacial.

A população pobre só consegue ocupar lugares precários que aguardam valorização e, em alguns casos, áreas temporariamente desvalorizadas. Este é um dos aspectos de ocupação do espaço na cidade capitalista. A distribuição desigual da renda é, portanto, importante para se entender o acesso diferenciado à terra por parte dos diversos setores sociais.

A cidade pode ser caracterizada pela sua diversidade. *“Esta diversidade não está relacionada a diferentes tempos de ocupação (...). Trata-se de uma variação no mesmo tempo e no mesmo espaço (...). As mansões são contemporâneas das favelas”* (RODRIGUES, 1988b:11-12).

Essa diferenciação entre a riqueza possuída por diferentes pessoas materializa-se em casas melhores, em bairros mais bem servidos de serviços e infra-estrutura, o que garante conforto e bem-estar para os que podem pagar por isso. Já os que não podem pagar são obrigados a morar em submoradias com poucas condições de higiene e habitabilidade, sem nenhum conforto ou bem-estar.

O valor de uma moradia nos remete a pensar na terra, no seu preço, que é dado pelo lugar onde está a moradia. Esse valor não é dado apenas pela terra em si, que é um bem natural. Esta terra foi transformada em mercadoria, pelo modo de produção capitalista, sem que se tivesse que ‘mexer’ nela. Ela possui um valor agregado que pode ser dado por uma rede de esgotos, linha de energia, asfalto etc. Uma terra com acesso a todos esses serviços terá um valor maior que uma terra em iguais condições físicas, mas sem acesso a esses serviços. Este valor é agregado pelo trabalho, portanto, é o trabalho que cria valor.

Entretanto a terra se valoriza mesmo sem trabalho e produz renda mesmo que não esteja em uso, bastando, apenas, possuí-la. Isso ocorre porque a terra é indispensável para se morar, se viver e está se tornando escassa. *“(A terra) é uma mercadoria sem valor, cujo preço é definido pelas regras de valorização do capital em geral, pela produção social”* (RODRIGUES, 1988b:19).

É a produção social da cidade que gera a diferenciação dentro da cidade. A localização de um terreno na cidade acarreta diferentes valores para terrenos com as mesmas características, mesmas dimensões.

A especulação imobiliária maximiza essas situações. É comum encontrarmos terras vazias, ociosas, no meio das cidades. Essas terras, na maior parte das vezes, foram deixadas vazias propositadamente para serem valorizadas ao longo do tempo, gerando mais renda aos seus proprietários. Com o loteamento de áreas vizinhas e a instalação de equipamentos públicos e infra-estrutura, essa área vazia se valoriza, gerando renda ao seu proprietário. Isso ocorre, também, dentro de um mesmo loteamento. Alguns lotes, melhor localizados, com melhores condições topográficas, são colocados à venda posteriormente à comercialização dos demais lotes e a chegada de equipamentos irá valorizar todo o loteamento, gerando, mais uma vez, renda ao seu proprietário.

A especulação imobiliária (...) adotou um método, próprio, para parcelar a terra da cidade. Tal método consistia (e consiste) no seguinte: o novo loteamento nunca era feito em continuidade imediata ao anterior, já provido de serviços públicos. Ao contrário, entre o novo loteamento e o último já equipado, deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completado o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha passa pela área não loteada, trazendo-lhe imediata valorização. O mesmo ocorreria (e ocorre) com os demais serviços públicos: para servir o ponto extremo loteado, passariam por áreas vazias, beneficiárias imediatas do melhoramento público. Dessa forma, transferia-se para o valor da terra, de modo direto e geralmente antecipado, a benfeitoria pública. Ainda hoje, sempre que se chega a um centro secundário da cidade – de Santo Amaro à Penha, indistintamente – e se continua em direção à periferia, o processo é visível (agora também em vários pontos da Grande São Paulo): entre cada loteamento alcançado existe uma área ainda vazia (CARDOSO, Fernando Henrique; CAMARGO, Candido P. Ferreira de; KOWARICK, Lúcio, “Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação” in A Espoliação Urbana – 1993:36-37).

Essa lógica é totalmente perversa. Os que não podem pagar e são empurrados para a periferia, constroem suas próprias casas, conseguem melhorias para o bairro etc. Isso aumentará o preço da terra, valorizando aquelas áreas deixadas vazias, até chegar um ponto em que os moradores terão que sair, pois não conseguirão mais pagar para ali morar, deixando a terra valorizada. Ou seja, pelos proprietários deixarem as terras vazias, a oferta de moradia é baixa e cara e os pobres são obrigados a se instalar em terras distantes e baratas. A ocupação dessas terras valoriza as demais que ainda estão vazias e fazem-nas ficarem inacessíveis para essa parcela da população, que procura, novamente, por terras baratas e distantes. É uma lógica e um ciclo perverso. Aqueles que ajudam a valorizar são os primeiros a serem expulsos, pois não têm como pagar pelo preço da terra valorizado.

Que tipo de milagre é esse que, ao mesmo tempo, reflete um crescimento acelerado e exclui deste crescimento a maioria da classe trabalhadora? Trata-se, certamente, de um santo perverso que com uma mão dá a alguns o que com a outra retira de muitos (KOWARICK, 1993:44).

Pobreza e periferização aparecem como dois termos e duas realidades interligadas. O processo especulativo assegura onexo entre os dois. Com a expansão da cidade, da periferia, os valores do centro tornam-se altos. É assim que a expansão territorial e a especulação se dão paralelamente, uma sendo a causa e o efeito da outra. É um círculo vicioso.

O poder público, que deveria orientar a ocupação do solo, direciona os investimentos de forma à servir aos interesses da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário-construtor, o que “*Indica a incapacidade do poder público de programar formas mais racionais de ocupação do solo*” (KOWARICK, 1993:36).

O poder público pode atuar de diferentes formas em relação ao uso do solo urbano: desapropriando imóveis que sejam de interesse ou de utilidade pública; utilizando terrenos urbanos para seus próprios empreendimentos; estimulando ou desestimulando arranjos determinados pela iniciativa privada; utilizando seu poder de regular as atividades da iniciativa privada.

Os dois últimos itens, nos dias de hoje, mostram um Estado a serviço da iniciativa privada, no que diz respeito à ocupação do solo urbano. Ao invés de o Estado determinar e regular essa ocupação, ele acaba apenas sacramentando, referendando o que já foi feito pela iniciativa privada.

O Estado historicamente assumiu a função de oferecer e administrar os serviços essenciais para a população e instalar a infra-estrutura necessária – estrutura viária, energia, rede de água e esgoto etc – tanto para os moradores das cidades, como para as atividades econômicas, além de administrar esses serviços oferecidos. (...) Essa atuação do Estado é importante, pois disponibiliza para o capital privado as infra-estruturas sem as quais as atividades econômicas não poderiam acontecer (BEGA DOS SANTOS, no prelo).

Esse aprofundamento das contradições urbanas irá acirrar as pressões populares contra o Estado.

SANTOS (1993:95) vai falar em urbanização corporativa. Ela é comandada pelas grandes firmas que utilizam recursos públicos que são direcionados para investimentos

econômicos ao invés de priorizar gastos sociais. Uma das características dessa urbanização corporativa são cidades ocupando vastas superfícies intercaladas de vazios.

As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes (...) Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano (SANTOS, 1993:96).

O autor citado conclui que “o próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para a periferia” (SANTOS, 1993:111).

Todas as obras governamentais relacionadas com os serviços públicos das cidades acabam estimulando novas criações. A construção de um hospital faz surgir em volta laboratórios, por exemplo. Quando se constrói uma escola, papelarias vão se instalar nas proximidades. Isto faz crescer o poder social da cidade.

É o capital – e não sua força de trabalho – que deteriora a vida metropolitana. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. Para os trabalhadores, a cidade é o mundo onde devem procurar desenvolver suas potencialidades coletivas. Entre os dois existe um mundo de diferenças. E um mundo de antagonismos (KOWARICK, 1993:54).

3.4 – Surgimento das Favelas

RODRIGUES (1988b:40) vai dizer que “A favela surge da necessidade do onde e como morar (...) É fruto do empobrecimento da classe trabalhadora (...) Resultado do preço da terra urbana e das edificações a favela exprime a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo urbano de uma parcela dessa classe trabalhadora”.

FERREIRA (1983:615) define favela como “um conjunto de habitações populares toscamente construídas e desprovidas de recursos higiênicos”. Já o IBGE, especifica mais o que significa favela: “(...) é um aglomerado de pelo menos cinquenta domicílios – na maioria das vezes carentes de infra-estrutura – e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores” (IBGE in RODRIGUES, 1988b:36).

Iremos adotar neste trabalho a definição do IBGE para favelas, onde o que importa é o não pertencimento do terreno aos seus reais ocupantes, visto que muitas favelas possuem uma grande parte de suas moradias construídas em alvenaria e com ligações de água e esgoto.

Com a intensificação da industrialização cresce o número de trabalhadores e aumenta o valor dos terrenos. A quantidade de moradias torna-se insuficiente para o tamanho da massa operária composta, principalmente, por imigrantes que passam a ser refém dos interesses do mercado imobiliário.

As ferrovias, no fim dos anos 1930, e as rodovias nos anos 60, levam a uma expansão espacial da industrialização. Novas cidades são formadas, cada qual com a sua periferia. A malha viária não mais comporta os deslocamentos que passam a ser mais longos e intensos, ocorrendo grandes congestionamentos, tornando caótico o cotidiano de deslocamentos nas cidades.

Essa expansão fabril levou consigo seus trabalhadores e favoreceu a formação de bairros pobres e favelas. Outra parte do contingente de moradores das favelas era formado por aqueles que foram expulsos de áreas mais centrais, mais valorizadas.

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilita, de uma lado, altas taxas de exploração do trabalho e, de outro, forjou formas espoliativas que se dão no nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora (KOWARICK, 1993:43-44).

Segundo a Prefeitura de São Paulo (Base Cartográfica Digital das Favelas do Município de São Paulo – 2000) existem 2018 favelas na cidade de São Paulo. A primeira favela, segundo este levantamento, surgiu em 1896, na região do Sacomã, na Zona Sul de São Paulo. É conhecida como Chácara Chacrinha.

Até meados da década de 1950 o ritmo de crescimento das favelas era pequeno. Não passava de 10 por ano. A partir de 1957 intensifica-se a favelização da cidade de São Paulo, quando surgem 28 favelas. Em 1962 criam-se mais 45 e em 1967 mais 94 favelas. Os anos em que houve maior incremento de favelas em São Paulo foi 1972 quando surgiram 150 favelas na cidade e em seguida foi 1977, com 124 novas favelas (Tabela 3.1). “O seu aumento foi constante, principalmente, a partir da década de 1960, acelerou-se ainda mais na primeira metade da década de 70” (RODRIGUES, 1988:15).

Nos últimos anos pode-se perceber um declínio expressivo em relação ao surgimento de novas favelas. Isto não quer dizer que a população favelada não esteja mais crescendo. O que pode estar ocorrendo é o adensamento das favelas já existentes associado a um maior poder de fiscalização por parte do poder público, com o objetivo de tentar impedir que novas favelas surjam na cidade.

A partir de 1991, quando depois de 12 anos o número de novas favelas voltou a crescer, com o surgimento de 91 novas favelas, o declínio foi bastante expressivo, culminando com o aparecimento de apenas 1 favela em 2000.

Tabela 3.1 - Número de favelas por ano de surgimento

1896	1	1958	4	1974	55	1990	91
1935	1	1959	2	1975	94	1991	32
1937	2	1960	15	1976	45	1992	25
1942	3	1961	3	1977	124	1993	9
1943	1	1962	45	1978	40	1994	15
1947	7	1963	7	1979	65	1995	13
1948	1	1964	10	1980	64	1996	10
1949	1	1965	13	1981	68	1997	12
1950	2	1966	12	1982	79	1998	6
1951	1	1967	94	1983	42	1999	3
1952	10	1968	26	1984	40	2000	1
1953	1	1969	30	1985	42	Sem informação	299
1954	2	1970	54	1986	18		
1955	2	1971	30	1987	37		
1956	1	1972	150	1988	28		
1957	28	1973	53	1989	49		

Fonte: Base Cartográfica Digital das Favelas do Município de São Paulo 2000 Prefeitura de São Paulo. Criado pelo autor

A região sul será a que concentra o maior número de favelas, com 1122 no total. Em seguida, a região norte, com 395 favelas. Dentre os distritos da cidade de São Paulo, aquele que concentra o maior número de favelas é o Jardim Ângela, na zona sul, com 153 favelas. Em seguida, temos Cidade Ademar com 144, Grajaú 130 e Capão Redondo 127, todos na zona sul também (Tabelas 3.2 e 3.3).

O distrito de Vila Andrade, além de Paraisópolis tem outras 16 favelas. O Morumbi, possui 5 favelas. Baseado neste levantamento, observamos que a favela de Paraisópolis surgiu em 1937, sendo a terceira da capital paulista, sem contarmos aquelas que não tem informação.

Tabela 3.2 - Distribuição das favelas por região da cidade*

Sul	1122
Norte	395
Leste	294
Sudeste	180
Centro	27

Fonte: Base Cartográfica Digital das Favelas do Município de São Paulo 2000 Prefeitura de São Paulo. Criado pelo autor

*Essa classificação se baseia nas divisões de controle da Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo, as chamadas HABIs.

Tabela 3.3 - Quantidade de favelas por Distrito, segundo as Regiões da HABI*

SUL	
Jardim Ângela	153
Cidade Ademar	144
Grajaú	130
Capão Redondo	127
Jardim São Luís	119
Jardim Ângela	153
Campo Limpo	93

Cidade Dutra	77
Parelheiros	54
Pedreira	54
Raposo Tavares	27
Rio Pequeno	25
Sacomã	24
Vila Sônia	20
Campo Grande	20

Vila Andrade	17
Socorro	14
Morumbi	5
Butantã	4
Santo Amaro	3
Marsilac	1
TOTAL	1122

NORTE	
Brasilândia	83
Jaraguá	47
Pirituba	43
Cachoeirinha	33
Tremembé	30
Jaçanã	24

São Domingos	22
Vila Medeiros	20
Vila Maria	18
Freguesia do Ó	18
Perus	16
Limão	14
Mandaqui	9

Anhanguera	9
Tucuruvi	4
Vila Guilherme	3
Santana	1
Casa Verde	1
TOTAL	395

SUDESTE	
Jabaquara	87
Sapopemba	33
Campo Belo	20
Cursino	14

São Lucas	9
Vila Prudente	8
Aricanduva	5
Saúde	3
Vila Formosa	3

Vila Mariana	3
Carrão	3
Ipiranga	1
TOTAL	180

LESTE	
Lajeado	26
Itaim Paulista	24
Ermelino Matarazzo	22
Jardim Helena	20
São Mateus	18
São Rafael	17
Cangaíba	16

Vila Jacuí	15
Guaianazes	15
Itaquera	15
Ponte Rasa	13
Parque do Carmo	13
Cidade Líder	13
Cidade Tiradentes	13
Penha	11

Vila Curuçá	10
Iguatemi	10
São Miguel	8
Artur Alvim	8
José Bonifácio	7
TOTAL	294

CENTRO	
Jaguareé	9
Vila Leopoldina	4
Jaguará	4
Itaim Bibi	3

Lapa	2
Mooca	1
Pari	1
Santa Cecília	1
Tatuapé	1

Alto de Pinheiros	1
Belém	1
Bom Retiro	1
TOTAL	27

Fonte: Base Cartográfica Digital das Favelas do Município de São Paulo 2000 Prefeitura de São Paulo. Criado pelo autor

** Essa classificação se baseia na divisões de controle da Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo, as chamadas HABIs.*

Com relação à propriedade da terra onde as favelas se localizam, a maior parte é em área municipal – 1122 favelas – seguido por ocupações em áreas particulares – 277 favelas (Tabela 3.4). Paraisópolis se encontra neste último grupo.

Tabela 3.4 - Quantidade de Favelas por propriedade do terreno onde se localizam

Municipal	1272
Particular	277
Particular / Municipal	174
Estatal	26
Municipal / Estatal	18
Estadual	14
Federal	6
Estadual / Municipal	3

Municipal / Federal	3
Particular / Estatal	3
Estadual / Estatal	1
Particular / Federal	1
Sem informação	220

*Fonte: Base Cartográfica Digital das Favelas do Município de São Paulo 2000 – Prefeitura de São Paulo.
Criado pelo autor*

No mapa 3.9 pode-se verificar a distribuição espacial da população favelada, em 1996. Essa distribuição evidencia o que vimos até agora em números. As divisões apresentadas na tabela e neste mapa são baseadas nos Distritos da Cidade de São Paulo. Há uma pequena variação em relação aos dados mostrados nas tabelas e as áreas dos mapas, em virtude de que o mapa apresenta o número percentual da população favelada e não o número de favelas, como nas tabelas anteriores.

É possível constatar que a região sul, que possui o maior número de favelas, possui, também, o maior número de pessoas faveladas, com destaque para os Distritos de Vila Andrade e Pedreira com maior concentração de população favelada no município.

Cabe ressaltar, também, que o Distrito de Vila Andrade possui poucas favelas (17) quando comparado com outros distritos da cidade. Esse dado revela o tamanho das favelas aí existentes. Pedreira, por exemplo, possui 54 favelas.

Nos chama a atenção o Distrito de Jaguaré, outro com a maior taxa de população favelada, comparado com os demais distritos da cidade. Pela divisão da Secretaria de Habitação de São Paulo, o Distrito do Jaguaré pertence à região Centro, que é aquela que possui o menor número de favelas. Das 27 favelas dessa região, 9 estão no Jaguaré. As demais áreas do centro não possuem um número elevado nem de favelas e nem de população favelada. Cabe ressaltar, porém, que nesta região há um elevado número de moradores de rua.

As regiões Norte, Leste e Sudeste possuem alguns distritos que se destacam no número de favelas, mas não no número de população favelada. Em linhas gerais, há um certo espalhamento da população favelada por essas regiões. Há, ainda, uma pequena concentração nos distritos que se localizam na periferia da cidade de São Paulo, na divisa com outros municípios.

3.5 – As favelas e sua relação com a cidade

Historicamente podemos afirmar que há uma relação distante e tensa entre aqueles espaços formais e legalizados das cidades e as favelas. No centro dessa relação há as intervenções públicas, privadas ou filantrópicas sobre as favelas e sua população. Porém, essas intervenções contribuem pouco, ou nada, para que haja uma alteração desse cenário, que é caracterizado pela discriminação dos favelados e segmentação dos espaços urbanos.

FERNANDES (2005) cita Bauman (1999) ao falar dos espaços proibidos, que serão aqueles lugares construídos pelas elites, para ela mesma, num processo de auto-segregação, visando uma suposta melhora em qualidade de vida. A proliferação dos condomínios de luxo na Região Metropolitana de São Paulo exemplifica esta afirmação.

Enquanto ambientes de socialização primária, os condomínios auto-segregados são, ademais, estímulos à geração de anticiadãos, estreitando horizontes convivenciais de adolescentes e jovens, contribuindo para inculcar em seu imaginário uma idéia de cidade que, de certo modo, significa a dissolução da cidade enquanto um espaço de encontro, ainda que esse encontro seja tenso e conflituoso (SOUZA, 200:27 apud FERNANDES, 2005:43).

Há uma visão de que os moradores das favelas, com suas práticas sociais, sejam potencialmente criminosos por burlarem as leis, invadirem terrenos, não pagarem contas de luz, IPTU etc.

A partir do surgimento das primeiras favelas, era comum associá-las à criminalidade e à migração. As grandes cidades e as metrópoles, onde as favelas se concentram, eram atrativas para as pessoas que moravam no interior, pois a idéia corrente era a de prosperidade, do emprego. Mas muitos não conseguiam atingir esses objetivos e, sem ter como pagar um aluguel, acabavam tendo que morar em favelas.

Com o passar dos anos a definição de favela muda. Elas já contam com alguma infraestrutura, algumas casas são feitas de alvenaria e as vielas estreitas convivem com ruas mais largas para dar passagem aos automóveis. Mas, uma definição que permanece é quanto à propriedade da terra: continua sendo área invadida, onde os moradores não são os legítimos donos. É uma ocupação das terras juridicamente ilegal.

A idéia de a favela ser sinônimo de criminalidade e consequência da migração também vai perdendo força, com o passar dos anos. Não que na favela não haja violência, mas não é algo muito discrepante do que acontece em qualquer outro bairro. E os moradores das favelas não são apenas migrantes. Os migrantes estão em toda a cidade e, se ainda são maioria nas favelas, já existem muitas pessoas que nasceram na própria cidade e que nelas estão morando, consequência da perda de poder aquisitivo das pessoas e do aumento do valor da mercadoria moradia, que vai empurrando os mais pobres para os piores locais de moradia. Muitos dos migrantes que hoje moram nas favelas moravam em outros bairros antes de irem para a favela.

No início dos anos 80, Kowarick constatou, em São Paulo, que a idéia de a favela ser a habitação do migrante que chegava à cidade já não era verdadeira. Quem morava na favela era quem já havia tido um nível de vida melhor.

A favela abriga famílias de baixa renda. É o trabalhador braçal que vê no mercado sua força de trabalho com valores irrisórios. Quase sempre uma mão de obra não especializada que encontra serviço na construção civil ou ainda em serviços autônomos, como ambulantes, jardineiros, vigilantes etc. As mulheres, via de regra, são empregadas domésticas.

A favela é vista, por alguns autores, como uma solução e não um problema, salientando-se aspectos como localização, não pagamento de aluguel, economia dos gastos com transporte, criatividade arquitetônica, etc. E por ser uma ocupação ilegal, a moradia na favela é mais barata, pois se paga apenas a benfeitoria, excluindo-se o valor do terreno.

Muitas vezes, quem mora nas favelas não é visto como cidadão urbano, pois ele não possui muitos dos direitos básicos e não têm condições de lutar por eles. Ser cidadão urbano abre possibilidades para reivindicar melhorias nos bairros. Como ocupa a terra alheia, o favelado é definido por sua ilegalidade, como usurpador. E como tal, é visto como inferior, numa ótica cheia de preconceitos e discriminação. “*A favela é percebida como um atestado potencial de má conduta*” (KOWARICK, 1993:93).

Surgiram na periferia das cidades em áreas de baixa densidade demográfica e próximo aos bairros onde vivia a população de baixa renda, mas, também, próximo às regiões mais centrais, na vizinhança dos empregos e serviços. E a população de alta renda vai se instalando nas periferias, nos condomínios fechados.

Assim, não podemos mais associar o termo periferia à favela. Em muitas grandes cidades os contingentes de empobrecidos ocupam espaços intercalares do tecido urbano, o que faz entender que nem sempre a pobreza localiza-se nos anéis mais externos de uma metrópole.

Da mesma forma como os mais pobres habitam áreas no centro da cidade, a periferia geográfica está sendo ocupada pela classe média (ou mesmo a classe mais abastada) que parte em busca de “qualidade de vida” nos pontos mais afastados.

“*Independente do ‘lugar’ geográfico em que os periferizados se encontrem, o essencial é enfrentar o desafio de desmontar as estruturas que mantém a pobreza*” (PAVIANI, 1998:183).

A periferia pobre, hoje, está infiltrada em todo o tecido metropolitano e se qualifica desta forma por intermédio de diferenciações das ações no âmbito do trabalho, educação, moradia

e cidadania, por exemplo. Assim, os favelados estando próximos ao centro estão próximos ao local de trabalho.

Quando surge, na década de 1930, Paraisópolis está na periferia da cidade de São Paulo, em uma área pouco ocupada. Com o crescimento da cidade, hoje ela está encravada no meio de casas e condomínios de alto padrão do bairro do Morumbi.

O crescimento das favelas está intimamente relacionado ao modelo econômico brasileiro. Segundo RODRIGUES (1981:18) *“esse crescimento é resultado de um processo acelerado de empobrecimento da classe trabalhadora e de um crescimento urbano especulativo”*.

Este modelo visa a concentração de renda e faz com que a classe trabalhadora viva com baixos salários. Esses fatores, aliado ao preço da terra urbana e à escassez de habitação para a população pobre, expulsam essa população para áreas periféricas ou, nos dias atuais, para os vazios urbanos.

Os problemas habitacionais, entre os quais a favela, devem ser entendidos no âmbito de processos sócio-econômicos e políticos abrangentes, que determinam a produção do espaço de uma cidade e refletem sobre a terra urbana a segregação que caracteriza a excludente dinâmica das classes sociais (KOWARICK, 1993:83).

As favelas vão surgir, entre outros locais, próximas às vias de transporte coletivo e em terrenos desfavoráveis, geralmente onde não “contaminem” a paisagem urbana, não esquecendo que podem provocar a desvalorização das áreas em seu entorno. E é o capital, portanto, que acaba determinando onde surgirá uma favela, pois ela surge, também, em virtude do preço da terra urbana que está sendo constantemente redefinido.

A favela torna-se um problema na medida em que, com a expansão da cidade, a área que ocupa começa a valorizar. Ou são as vias expressas e prédios públicos que reclamam o espaço tomado pelos barracos – e é preciso removê-los – ou é a lógica da especulação imobiliária que leva o investidor privado a tomar a iniciativa da operação ‘limpeza’ – e como a última fonte do direito é a propriedade, o favelado junta seus trastes e vai se instalar em outro lugar, até que o crescimento da metrópole que ele ajuda a construir o expulsa novamente (KOWARICK, 1993:162).

Já vimos que a produção social da cidade, a produção do espaço urbano, tem vários agentes. Um desses agentes é o Estado, que assume papel fundamental, pois ele é responsável pela *“distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivos necessários à vida nas*

ciudades” (RODRIGUES, 1988b:20). Entre esses equipamentos temos escolas, postos de saúde, redes de água e luz, espaços de lazer, sistema viário etc.

Apesar de as favelas serem juridicamente ilegais, o poder público, incapaz de resolver o problema do déficit habitacional, cria programas de urbanização de favelas com o intuito de dotar o lugar de infra-estrutura urbana e equipamentos públicos coletivos, a fim de melhorar as condições de higiene e habitabilidade para os moradores.

O Estado trabalha com duas propostas principais para resolver a questão da existência das favelas, na forma em que se encontram. Uma dessas propostas é a remoção da favela e a liberação da área. Assim, se evita a necessidade de obras públicas e também se preservam vidas que estão morando em áreas de risco.

Esta remoção tem por objetivo liberar a área para outros usos e/ou valorizar a área próxima pois, sem dúvida, a existência de uma favela deprecia os terrenos no seu entorno. É comum a transferência das favelas para a construção de obras viárias, por exemplo. Na Favela de Paraisópolis há um grande contingente populacional oriundo da Favela Águas Espraiadas, removida para a construção da avenida de mesmo nome.

Atualmente, o poder público não vê como única saída a remoção. Esta remoção só ocorre em caso de áreas de risco ou de ocupações recentes. Nas demais áreas, há a regularização do local e sua urbanização.

Esta urbanização melhora a aparência da área e cria novas possibilidades de organização desse espaço urbano. Mas, além disso, ela altera a dinâmica do preço da terra nas imediações, aumentando-o. Quando a valorização urbana atinge as áreas onde as favelas se localizam inicia-se um processo de remoção das favelas. Porém, algumas já estão com alta densidade populacional, tornando-se difícil (e às vezes impossível) removê-las. A área valorizada passa a circundá-la. É o que ocorre na Favela de Paraisópolis em relação ao bairro do Morumbi. Isso acaba por gerar uma desvalorização do lugar.

Uma outra possibilidade de atuação do poder público é a construção de casas populares em uma área da favela, visando sua população. Mas é comum o número de casas construídas ser insuficiente e só uma parte dos moradores da favela ser transferida. Então, podem surgir novas moradias na área desocupada, fazendo com que a favela volte a crescer.

A urbanização das favelas conta com a construção de equipamentos públicos e serviços de infra-estrutura básica que visam garantir condições mínimas de habitabilidade.

O programa de construção de casas populares obriga o morador da favela a aumentar sua renda, pois ele terá que pagar por essa moradia. Se ele não puder pagar, pode ser expulso e, neste caso, irá migrar para uma outra favela.

Percebe-se, então, que as três propostas do Estado visam, principalmente, mas veladamente, uma valorização das terras urbanas sob o argumento de estar resolvendo o déficit habitacional e melhorando as condições de moradia para a população mais pobre, moradora das favelas.

RODRIGUES (1981:48-49) vai apontar três fatores contraditórios e interdependentes na atuação do poder público:

- *Social: minorar as disparidades de condições de vida, mas que envolve necessidades maiores de reprodução da força de trabalho e de atuação no urbano.*
- *Econômico: valorização do solo urbano, transferindo para áreas menos valorizadas, melhorando a paisagem, introduzindo melhoramentos públicos que numa economia de escala atende à necessidade de expansão da cidade.*
- *Político: atendimento das reivindicações da população pobre que clama por melhores condições de vida e da parcela proprietária da terra urbana que solicita a atuação para uma melhoria dos padrões urbanos e valorização da terra.*

Morar faz parte das necessidades básicas do indivíduo, assim como o vestir ou o alimentar. As características do morar mudam, os tipos de moradias, os locais de moradia etc. E o morar implica em ocupar espaço, “*pois não é possível viver sem ocupar espaço*” (RODRIGUES, 1988b:11). Não importa se em uma favela, sob a ponte ou em imensas casas, sempre se está ocupando espaço.

Pobre dentre os pobres, os favelados – camada superespoliada da classe trabalhadora – estão particularmente sujeitos aos usos e abusos de um sistema cujo crescimento tem se realizado através da exclusão daqueles que constroem riquezas que não são suas (KOWARICK, 1993:97).

A cidade é o local de reprodução de classes do mundo capitalista. Ao mesmo tempo em que há lugares onde a alta tecnologia é utilizada para a construção de dutos que transportarão água, por exemplo, há lugares que não têm água, ou que a água está contaminada. Muitos em seus automóveis particulares e outros muitos, parados nas ruas à espera de poucos ônibus lotados. Casas grandes bem construídas e equipadas contrastando com barracos de madeira. Fartura de comida para uns e a sua falta para muitos.

Os moradores da cidade são, concomitantemente, agentes ativos e passivos deste processo. A cidade abriga ricos e pobres em um mesmo espaço. E eles precisam um do outro e se complementam. Os pobres, a serviço dos ricos, ajudam estes últimos a aumentarem suas rendas. E os ricos, ao aumentarem suas rendas com a ajuda dos pobres, deixam estes mais pobres ainda. Isso aumenta a disparidade entre ricos e pobres.

Na questão habitacional isso fica evidente na especulação imobiliária. Aos mais pobres são deixadas as piores áreas para morar, mais afastadas do centro e dos serviços, da infraestrutura. E é o mercado imobiliário que empurra os pobres para essas áreas que, ao ocuparem-nas, estarão valorizando-as, pois os serviços e infraestrutura também ali chegarão. Essa valorização só interessa aos mais ricos, que lucram com essa valorização.

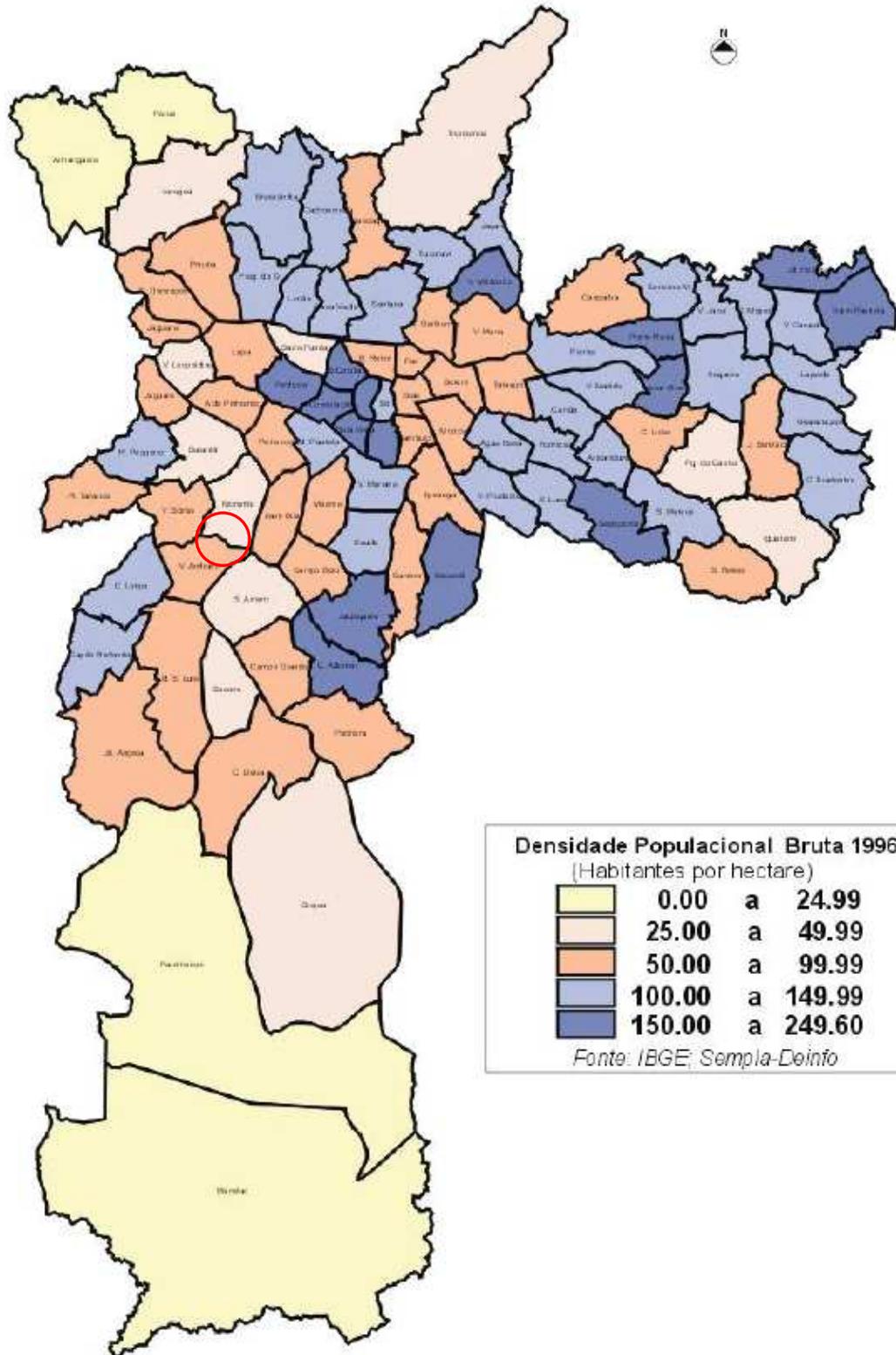
E o Estado, através do poder público, muitas vezes se omite nesta relação. Ele apenas serve as áreas mais distantes de serviços e infraestrutura e acaba valorizando esta e outras áreas em seu entorno. Sob uma outra ótica, essa atuação do Estado pode ser analisada como ‘a serviço dos mais ricos’, pois valoriza a área destes ao dotar de serviços e infraestrutura as áreas mais distantes.

O poder público serve, também, como mediador de conflitos entre assalariados (que vendem a sua força de trabalho) e os capitalistas, que possuem os modos de produção. Porém, não podemos dizer que esse poder público é totalmente neutro. Suas posições, suas decisões, sempre acarretam conseqüências distintas para os variados grupos que vivenciam a cidade. E essas conseqüências nem sempre agradam a todos esses grupos.

Os pobres, na maioria das vezes, acabam sendo prejudicados no favorecimento a outros grupos sociais. Esses grupos tiram proveito da sua condição social e aumentam sua renda, gerando um ciclo de desigualdade sócioespacial na cidade que só tende a aumentar.

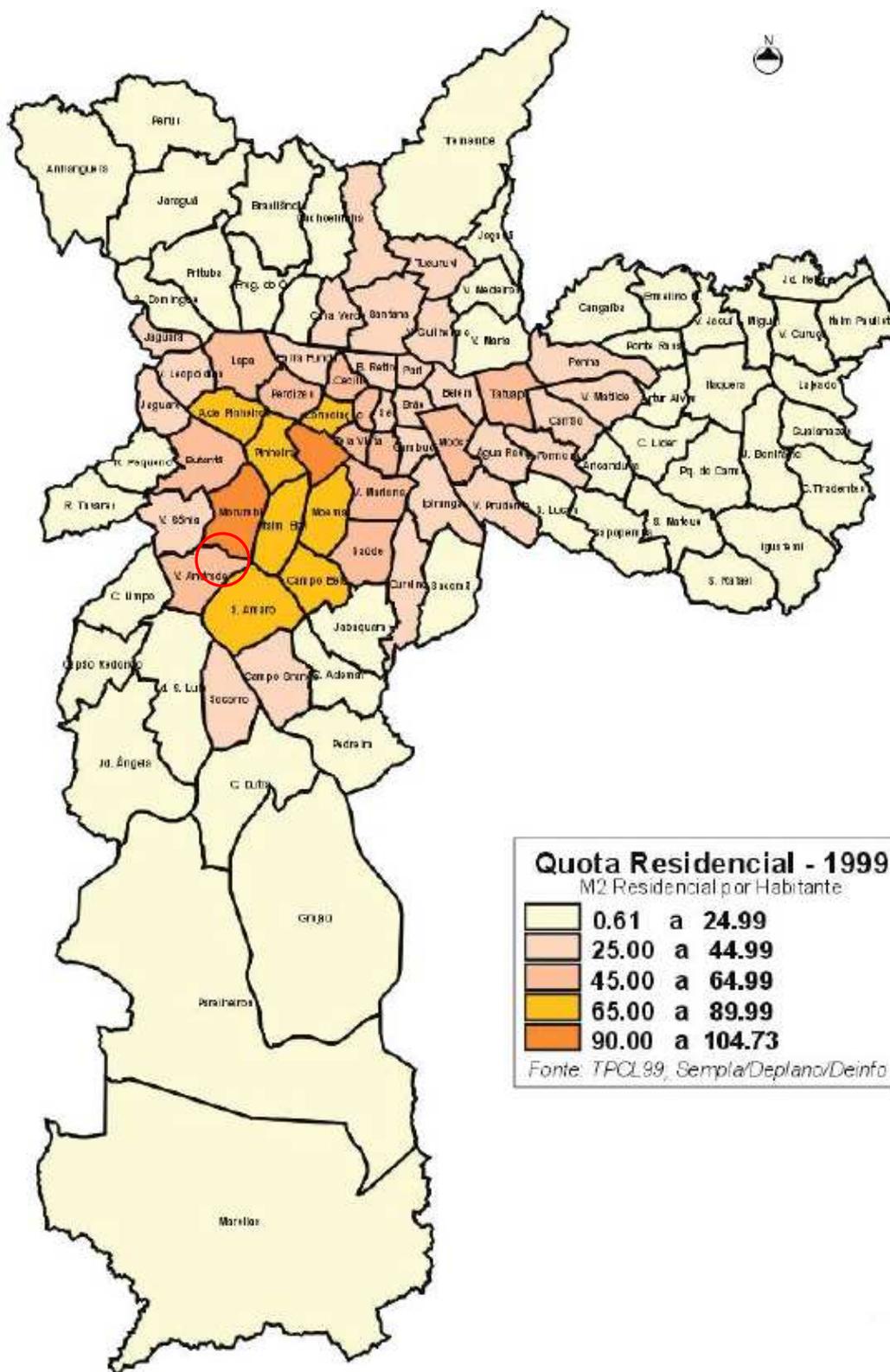
Um outro exemplo da complementaridade entre ricos e pobres pode ser visto nas relações de trabalho. Os pobres, em virtude da escassez de empregos, vendem sua força de trabalho por salários menores. Isso favorece o setor empresarial, pois o gasto com os trabalhadores é menor e, conseqüentemente, o seu lucro maior. Isso se torna um ciclo também, pois os pobres não conseguirão acumular investimentos a ponto de tornarem-se proprietários e os proprietários terão cada vez mais capital acumulado.

Mapa 3.1 Densidade Populacional Bruta 1996 – Cidade de São Paulo



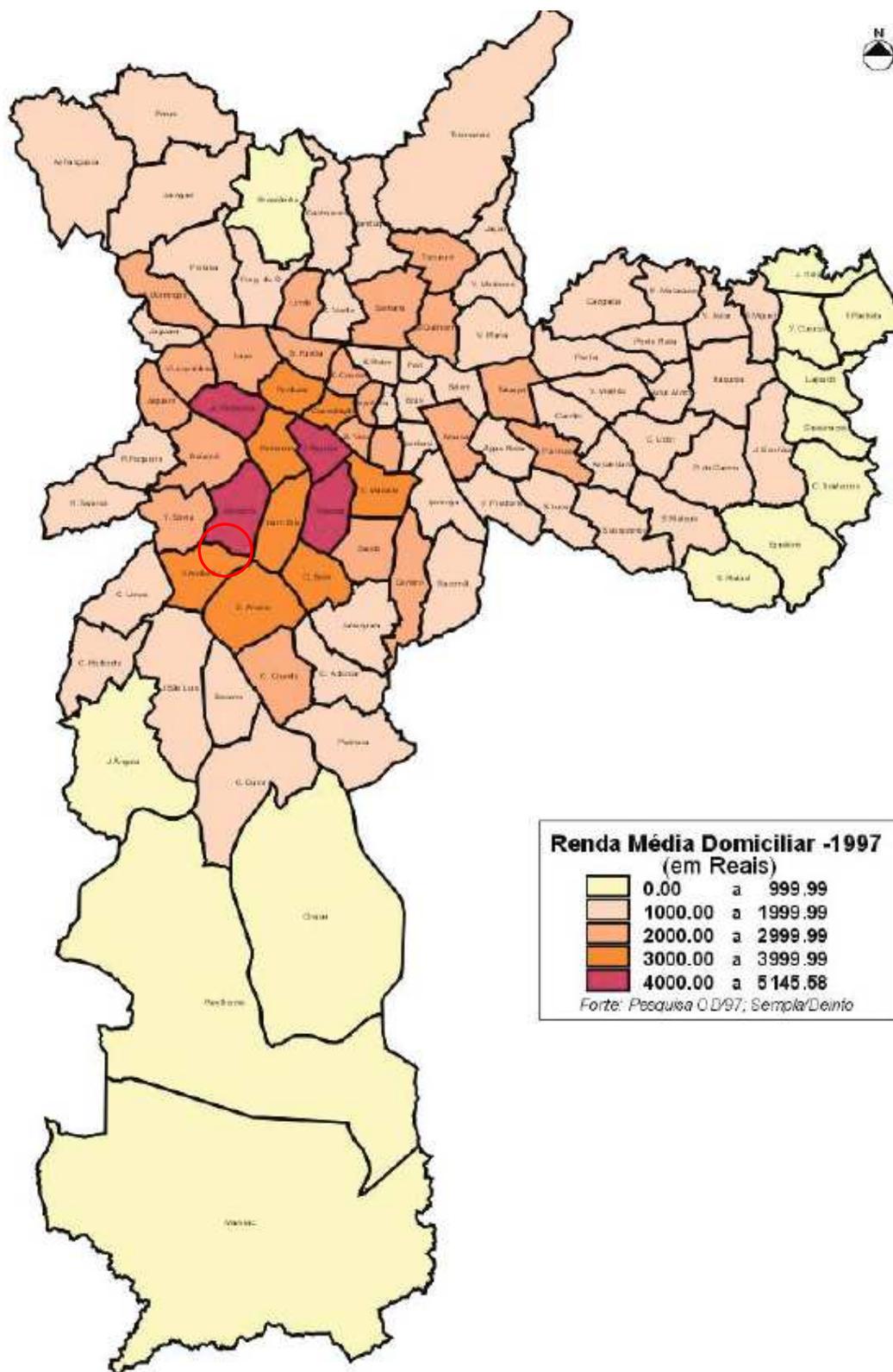
Fonte: Atlas Ambiental do Município de São Paulo / IBGE; Sempla-Deinfo

Mapa 3.2 Quota Residencial – 1999
m² residencial por habitante



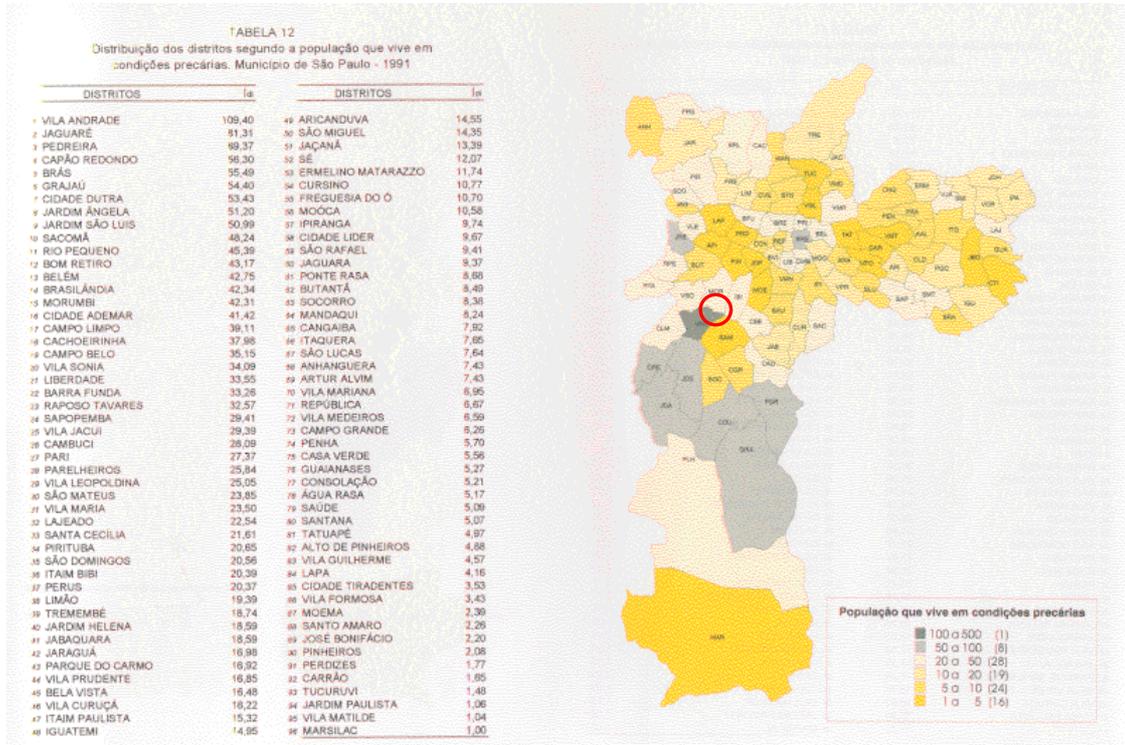
Fonte: Atlas Ambiental do Município de São Paulo / IBGE; Sempla-Deinfo

Mapa 3.4 Renda Média Domiciliar – 1997 (em Reais)



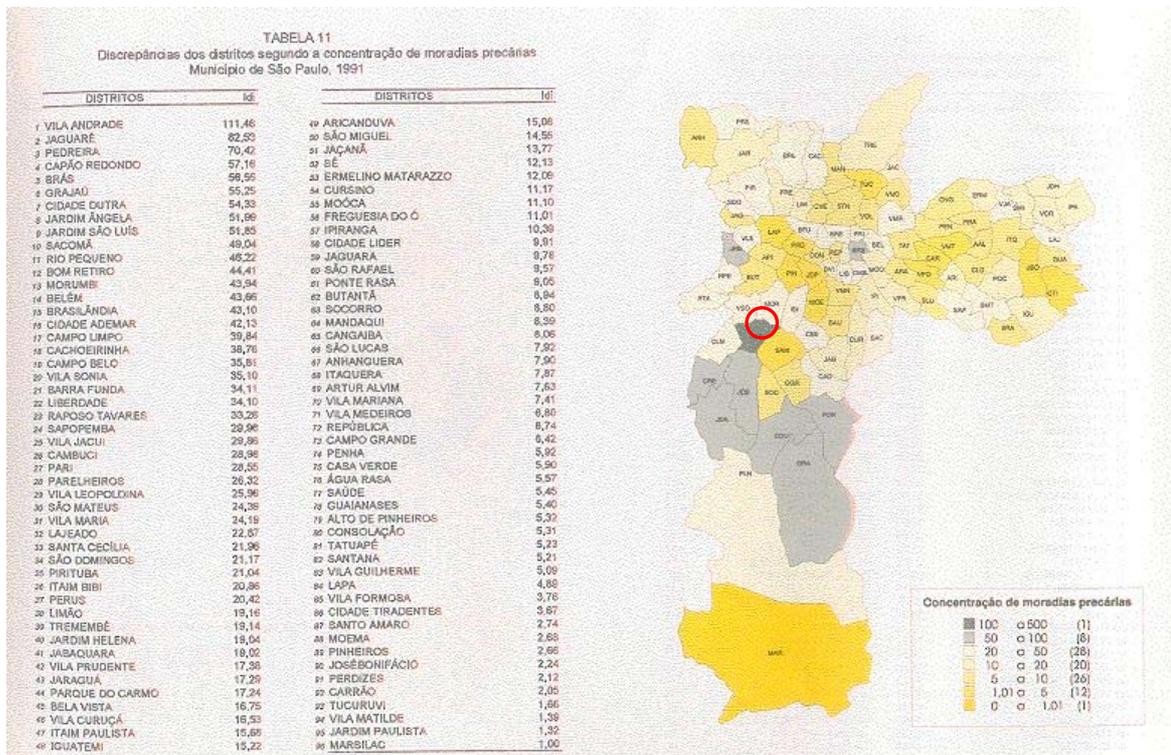
Fonte: Atlas Ambiental do Município de São Paulo / IBGE; Sempla-Deinfo

Mapa 3.5 População que vive em condições precárias



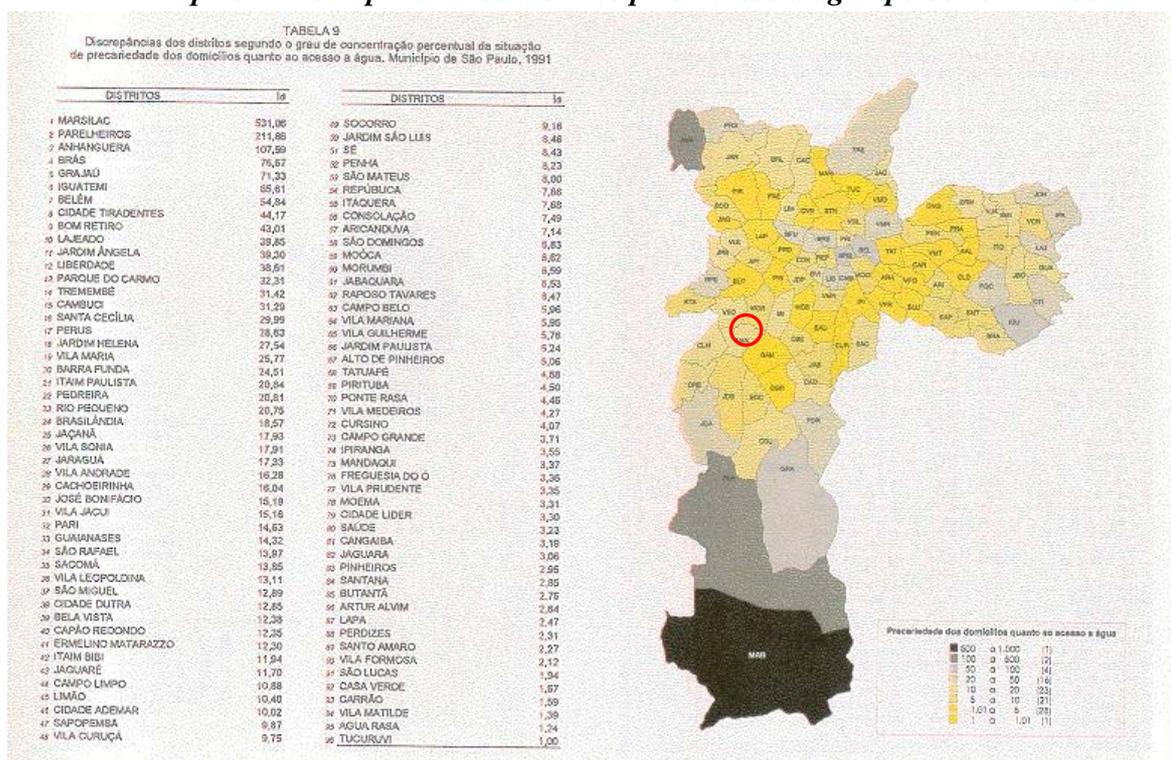
Fonte: SPOSATI, Aldaiza (coord); Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo, 1996.

Mapa 3.6 Concentração de moradias precárias



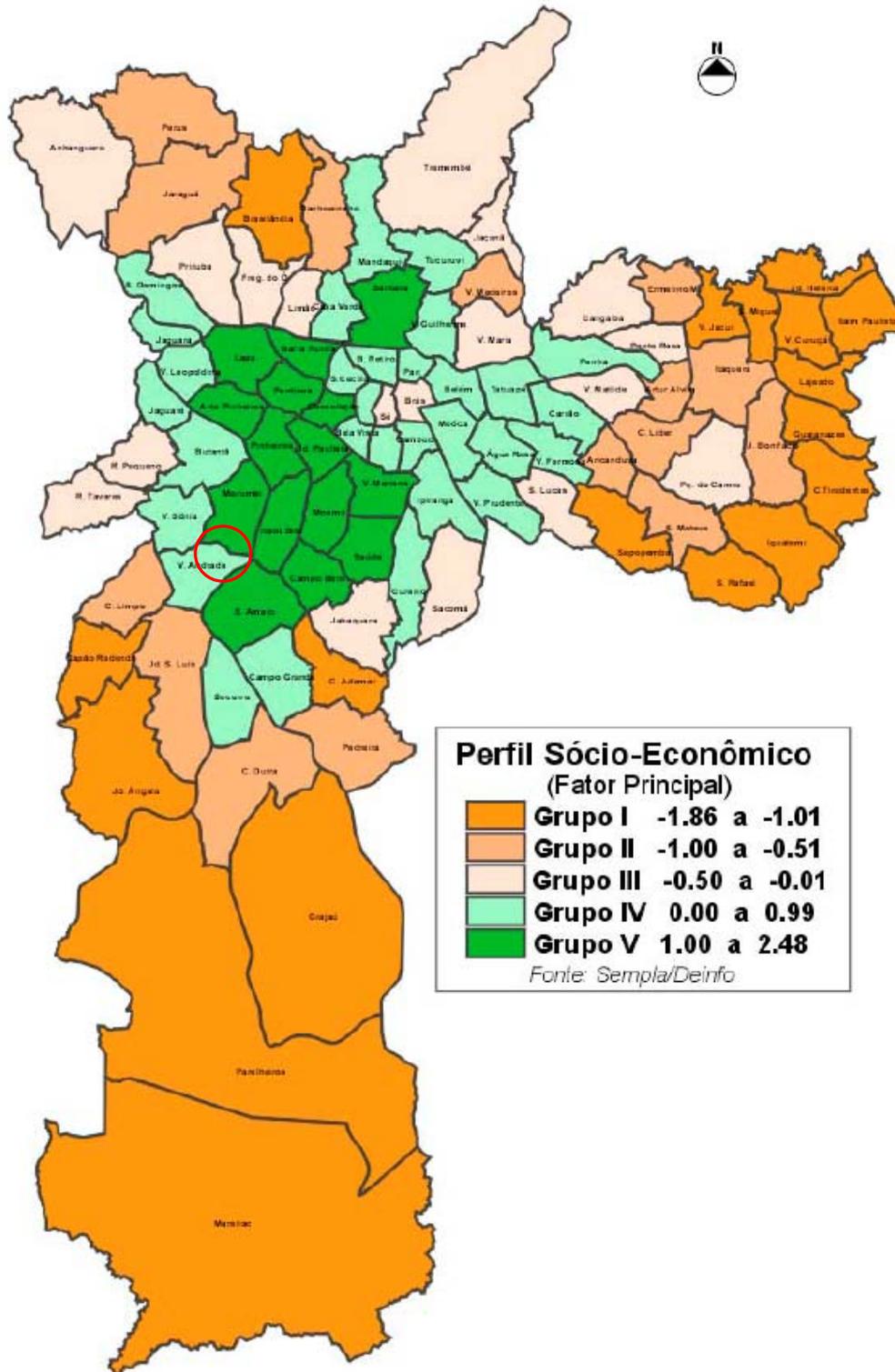
Fonte: SPOSATI, Aldaiza (coord); Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo, 1996.

Mapa 3.7 Discrepância dos distritos pelo acesso à água pelos domicílios



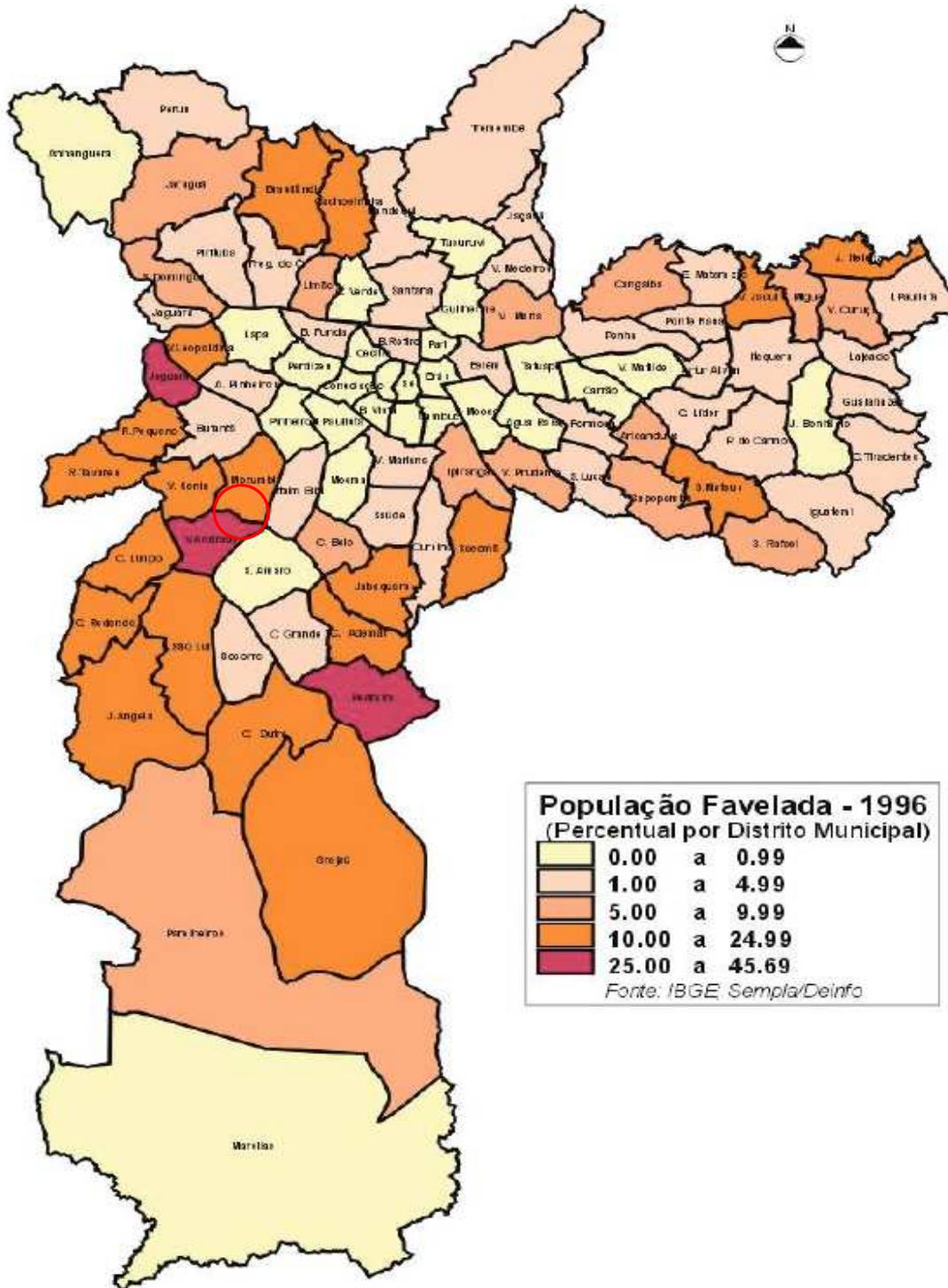
Fonte: SPOSATI, Aldaiza (coord); Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo, 1996.

Mapa 3.8 Perfil Socioeconômico



Fonte: Atlas Ambiental do Município de São Paulo / IBGE; Sempla-Deinfo

Mapa 3.9 População Favelada – 1996
(percentual por distrito municipal)



Fonte: Atlas Ambiental do Município de São Paulo / IBGE; Sempla-Deinfo

Capítulo IV – Paraisópolis e Morumbi

4.1 – Histórico

A ocupação da Favela de Paraisópolis teve origem em um loteamento aprovado em meados de 1919 em parte da antiga Fazenda Morumbi, de propriedade da Família Diederichsen, que foi loteada e comercializada por Affonso de Oliveira Santos com um projeto de parcelamento que definia 2.200 lotes, uma malha viária ortogonal (quadrados regulares de 100m x 200m, ruas com 10m de largura e lotes de 500m²), desconforme e contrário à morfologia ondulada da região do Morumbi, que na época tinha acessos precários e características rurais. Era um empreendimento voltado à elite e as primeiras ocupações aconteceram a partir do final da década de 1930 (Planta 4.1 - Loteamento original - 1919).

A grilagem fez com que muitos lotes fossem vendidos mais de uma vez, gerando disputa judicial pela área. Enquanto os proprietários aguardavam na justiça a reintegração da posse de suas terras, as mesmas iam sendo ocupadas por moradores clandestinos. Segundo José Rolin, presidente da União de Moradores da Favela de Paraisópolis, “a Paraisópolis tem três donos: o proprietário legítimo do lote, aquele que diz ser o dono e aquele que efetivamente ocupa a terra”.

A grande ocupação populacional ocorreu entre os anos de 1960 e 1970. Nessa época a região do Morumbi valorizava e os conflitos pela posse da terra se acirravam, pois os donos legítimos perceberam que seus lotes estavam sendo ocupados ou vendidos ilegalmente.

Desde então a área vem sendo paulatinamente ocupada mas, em 1994, houve outro grande fluxo populacional em decorrência, principalmente, da expulsão de famílias de outras áreas, principalmente das favelas de Águas Espraiadas e Real Parque.

4.2 – Características gerais da Favela de Paraisópolis

Uma parte da caracterização aqui contida foi baseada em dados de um estudo encomendado pela Prefeitura de São Paulo, com vistas à urbanização da Favela de Paraisópolis. Tal estudo foi realizado pela própria prefeitura, através de sua Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano-SEHAB/Superintendência de Habitação Popular-HABI, em conjunto com as empresas HagaPlan e Sondotécnica S.A. Foram utilizados dados extraídos de um trabalho de Ronaldo Almeida e Tiaraju D’Andrea específico sobre a Favela de Paraisópolis.

A ocupação de Paraisópolis ocorre a partir da malha viária estrutural que originou o loteamento. Há uma forte densidade ocupacional das quadras com geometria regular, ao longo das linhas de drenagem pluvial e nos talvegues e cabeceiras de drenagem. Partindo dessas vias principais desenvolve-se uma complexa rede de vielas e acessos de pedestres em direção ao interior das quadras (Fotos 4.1 e 4.2).

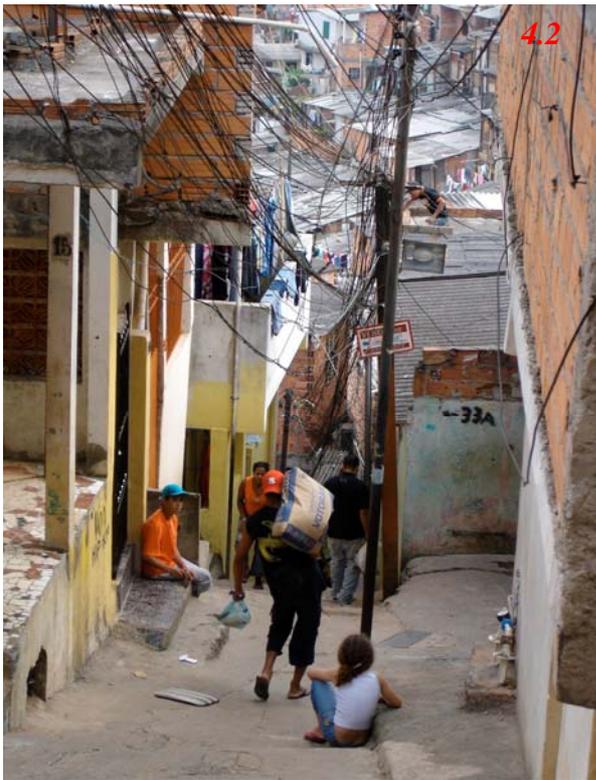
O sistema de acessos em Paraisópolis tem como principal ligação o sentido Norte-Sul feito pela Rua Pasquale Gallupi, apoiada pelas ruas Ernest Renam e Iratinga. O sentido Leste-Oeste cumpre o papel de vias de penetração e interligação com o sistema viário oficial: as ruas Melchior Giola, Herbert Spencer e Rudolf Lotze.

O uso do solo é, predominantemente, residencial. Mas há, especialmente nas principais vias um uso misto entre comércio, serviços e residências (Planta 4.2 - Uso do solo).

Há uma grande carência de equipamentos de lazer e cultura, bem como ausência de áreas verdes e arborização urbana. De modo geral, pode-se afirmar que as relações de convívio e lazer entre os moradores ocorrem nas ruas, becos e vielas. As crianças utilizam os córregos como áreas de lazer, enquanto os adultos utilizam bares, forrós e igrejas para terem um convívio social.

O relevo é formado por planícies inundáveis circundadas por colinas suaves e cabeceiras de drenagem (Planta 4.3 - Drenagem), que tem no trecho compreendido entre as ruas Melchior Giola, Pasquale Gallupi e Ernest Renan o principal divisor de águas.

Em função da topografia local da área onde se insere a Favela de Paraisópolis, há quatro microbacias que conduzem as águas originárias da favela: Antonico, Brejo, Grotão e Grotinho. Suas características são semelhantes, tais como elevada densidade, pouca permeabilidade e declividades acentuadas. Em vários trechos dos fundos de vale, observa-se a existência de edificações construídas sobre cursos d'água, diminuindo a seção útil de escoamento e constituindo elemento de obstrução, de acúmulo de detritos e resíduos sólidos domésticos lançados inadvertidamente, acarretando inundações (Fotos 4.3 e 4.4).



Fotos 4.1 e 4.2 – Vuelas



Foto 4.3 – Ocupação sobre córrego



Foto 4.4 – Ocupações nas áreas de córrego

Os fundos de vale são insalubres e degradados e são também receptores dos efluentes domésticos. Mesmo havendo em alguns trechos redes coletoras de esgoto, essas redes têm seu lançamento também nos cursos d'água.

A parte baixa da sub-bacia do Grotinho tem sofrido regularmente com inundações devido às más condições da galeria existente junto ao aterro do curso d'água próximo ao cemitério do Morumbi. Estas duas situações contribuem para o represamento da água, que chega a uma altura de cerca de 2,00m.

A sub-bacia do Brejo tem seu curso d'água bastante obstruído e invadido pelas edificações, além de apresentar uma declividade relativamente baixa, o que faz com que o alagamento nesta região ocorra com frequência.

A sub-bacia do Antonico, cujo talvegue no interior da favela tem uma extensão aproximada de 1,5 km, apresenta diversos pontos de alagamento, estando os principais junto às travessias das vias. As obras de drenagem são de dimensões insuficientes e encontram-se assoreadas e obstruídas.

A sub-bacia Grotão tem características semelhantes à do Grotinho, com o seu curso d'água a jusante obstruído e confinado pelo aterro do campo de futebol, ocasionando também diversos alagamentos no seu entorno.

Sob os aspectos ambientais, além da ocupação e manuseio inadequado do solo para a ocupação habitacional, destaca-se como importante foco de pressão, a ocupação das linhas de drenagem, que recebem a quase totalidade de efluentes domésticos da favela. Essa situação atrai roedores e favorece o assoreamento e estrangulamento dos pontos de extravasão dos canais de drenagem, causando enchentes que, especificamente nos casos do Grotão e Grotinho, colocam várias famílias em situação de risco.

Paraisópolis caracteriza-se por ser a segunda maior favela da cidade de São Paulo com quase 80 mil habitantes (Fonte: União de Moradores). Ela é, também, a segunda favela mais antiga deste município (1937), segundo dados da Prefeitura local.

Uma outra característica dessa favela é sua localização em meio às mansões e grandes condomínios de luxo do bairro do Morumbi. *“A favela de Paraisópolis é um contexto de pobreza geograficamente circunscrito por uma região de altíssima renda”* (ALMEIDA & D'ANDREA, 2005:195) (Fotos 4.5, 4.6 e 4.7).



Foto 4.5 – Contraste entre Favela de Paraisópolis e casas do bairro do Morumbi



Foto 4.6 – Contraste entre Favela de Paraisópolis e casas do bairro do Morumbi



Foto 4.7 – Contraste entre Favela de Paraisópolis e casas do bairro do Morumbi

Será essa localização que irá facilitar aos moradores de Paraisópolis terem acesso a uma série de projetos sociais que visam melhorar o bem estar de sua população.

“Essa situação de contigüidade espacial representa para a população favelada um fluxo de recursos materiais não só por via das relações de trabalho mas também por meio do assistencialismo, o que lhe propicia um maior acesso à proteção social e ao consumo” (ALMEIDA & D’ANDREA, 2004:96).

O que vai caracterizar Paraisópolis como uma favela, propriamente dita é, grosso modo, a propriedade da terra, a sua densa aglomeração populacional, e a forma de ocupação em desacordo com a legislação de uso e ocupação do solo, o que, juntos, vão gerar problemas habitacionais e de infra-estrutura. Mesmo assim, ela possui uma estrutura organizacional aparentemente semelhante à de muitos bairros da cidade (às vezes até superior). A maior parte de suas construções são de alvenaria, com poucas moradias de madeira (Planta 4.4 - Padrão construtivo) (Fotos 4.8, 4.9, 4.10 e 4.11). Poucas vias são de terra, a maioria delas asfaltadas ou, pelo menos, cimentadas, no caso das vielas e becos.



Foto 4.8 – Ocupação populacional com construções em alvenaria



Foto 4.9 – Ocupação populacional com construções em alvenaria

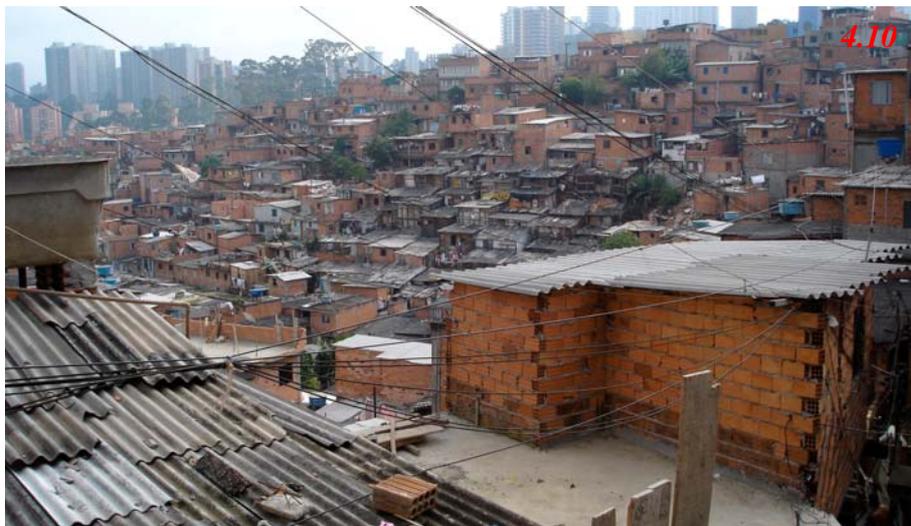


Foto 4.10 – Ocupação populacional com construções em alvenaria e em madeira

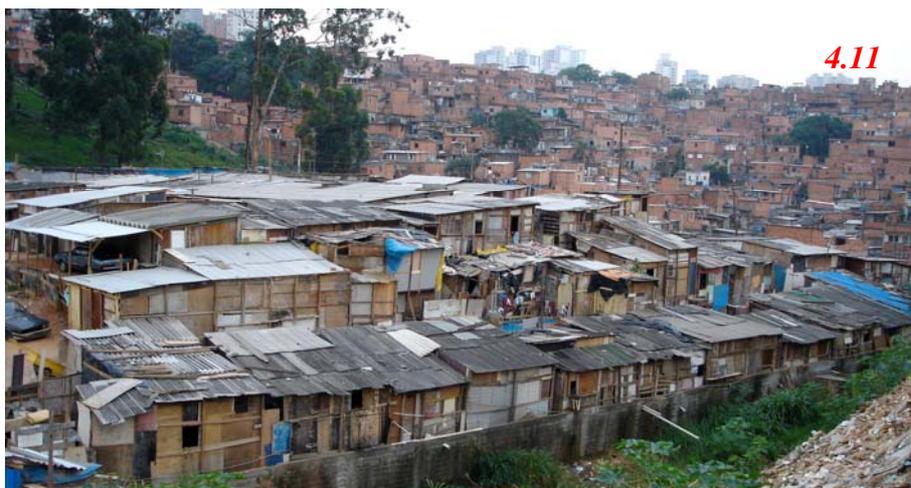


Foto 4.11 – Ocupação populacional com construções em alvenaria e em madeira

Paraisópolis é formada, basicamente, por nordestinos (80%). E apenas 7% da população não tinha parentes na favela quando de sua chegada (ALMEIDA & D'ANDREA, 2005). Ou seja, muitos moradores chegam até Paraisópolis através de algum parente, ou mesmo amigo, já estabelecido na favela, o que torna a adaptação e o acesso a empregos mais fácil, minimizando carências e solucionando problemas.

Esse tipo de relação interfere na organização do espaço da favela, uma vez que os novos migrantes irão morar próximo do parente e/ou amigo que o recepcionou, muitas vezes em casas construídas na forma de “puxados” (Fotos 4.12 e 4.13). Chamou nossa atenção certos guetos dentro da favela onde predominam moradores com a mesma origem, como Garanhuns (PE).

“(...) essas interações familiares, de vizinhança e entre conterrâneos são desdobramentos do contexto de migração, e nelas se encontram sistemas de reciprocidade estruturados sob normas sociais cuja regra principal é a relação de confiança” (ALMEIDA & D’ANDREA, 2004:98).



Foto 4.12 – Construção para aumento da casa na forma de “puxados”



Foto 4.13 – Construções para aumento das casas na forma de “puxados”

Essas características conferem a Paraisópolis um certo capital social que torna a favela um lugar de relativa ascensão social. Em comparação com outras favelas de São Paulo, as condições ali são melhores em muitos aspectos, especialmente no tocante ao emprego, ao baixo índice de criminalidade e ao acesso a serviços, como veremos adiante. E, por isso, foi comum ouvir de moradores que ‘Paraisópolis é um lugar bom para morar’.

4.3 – Trabalho de Campo

Uma parte deste trabalho consistiu em visitas à Favela de Paraisópolis e conversas com moradores. Conversas informais, sem um roteiro pré-definido de perguntas. E nessas conversas com anônimos havia de tudo. Havia aqueles que falavam muito, aqueles que falavam pouco, os que simplesmente respondiam às perguntas, outros que sempre iam além nas suas respostas além de muitos outros casos. E sempre uma conversa servia de subsídio para uma outra conversa, com uma outra pessoa. E servia também para entender algo que não havia ficado muito claro em conversa anterior.

E, dentro de todas as conversas, o que ressaltou para mim foi a simplicidade das pessoas, a humildade e a receptividade muito grande de todos. Sempre muito solícitos e dispostos a ajudar.

Iremos abordar os resultados dessas conversas organizados por temas comuns, como violência, saúde, moradia, comércio, serviços etc.

4.3.1 – Violência

Sem dúvida é um dos temas mais delicados, mais difícil de se tratar. As conversas com os moradores mostraram opiniões divididas. Muitos disseram que é um lugar seguro. Mas muitos, também, disseram que é violento. Porém, todos concordam em um ponto: a Favela de Paraisópolis já foi mais segura.

Na década de 1980, segundo o relato de um policial, havia um grupo de comerciantes que “tomavam conta da Paraisópolis e não deixavam que a violência ali se instalasse”. Eles funcionavam como uma espécie de ‘polícia’ dentro da favela. Até mesmo para alguém iniciar uma atividade comercial tinha que conversar com esse grupo de comerciantes para ser autorizado. Essa atuação fez diminuir a violência e ganhou a simpatia dos moradores. A favela desenvolveu uma relação de temor e gratidão com o grupo de comerciantes.

Qualquer problema que ocorria, os moradores recorriam a esses comerciantes que, ao saberem, por exemplo, de algum crime cometido por algum morador, esse era repreendido. Se ocorresse novamente, ele tinha que sair da favela. Ainda segundo o policial, esses comerciantes, sem dúvida, ajudavam a coibir a violência e, conseqüentemente, a ação da polícia, que pouco entrava na favela. E o policial conclui: “Eles (os comerciantes) fazem um bem à população, dão segurança. Isso é bom? É bom! Mas como policial, como instituição, eu não posso aceitar. Eles não têm um poder legítimo, um poder legal. É uma atuação ilegal, mas eficiente”.

A Paraisópolis de então caracterizava-se por ser uma favela muito grande, populosa e com baixos índices de violência, o que lhe dava notoriedade. Aos poucos foram surgindo os diversos projetos sociais e Paraisópolis, ao contrário de muitas outras favelas, aparecia no noticiário pelas ações benéficas e não por casos de violência.

Trata-se, porém, de uma pacificação instável, pois a qualquer momento podem ocorrer confrontos com novos grupos. Assim é que muitos especulam que sem o domínio ou pacificação desse grupo de comerciantes, a favela não seria um lugar viável para se morar ou manter um negócio.

Essa paz aguçou a cobiça de bandidos e fez com que quadrilhas tentassem ali se instalar ao longo dos anos. Há dois anos o clima de calma começou a transformar-se, pois houve uma investida mais forte por parte de organizações criminosas.

Essas organizações, externas à favela, visavam o tráfico de drogas, visto que o mercado consumidor em potencial na Paraisópolis é muito grande, em virtude do grande contingente populacional, sobretudo de jovens. Foi quando ocorreram algumas chacinas. O alvo era o grupo de comerciantes que defendiam a favela. Diante das ameaças e de algumas mortes, um dos supostos líderes dos comerciantes mudou-se da favela, segundo alguns moradores e policiais.

Após essas disputas, o clima de insegurança aumentou entre os moradores. Mesmo diante desse quadro de violência, os moradores são unânimes em dizer que não há assaltos às casas ou nas ruas. O que assusta mesmo são os assassinatos. Um comerciante de uma assistência técnica de produtos eletrônicos disse: “Na minha loja aqui na Paraisópolis nunca mexeram comigo ou entraram aqui. Na antiga, em outro bairro da zona sul, fui assaltado 6 vezes em 7 anos. Já estou há 6 anos em Paraisópolis”.

Foi freqüente a declaração de que Paraisópolis “é violenta para quem procura violência” ou ainda “segura para quem fica no seu espaço”. Alguns dizem que a “violência assusta e não

pode nem falar”, com medo de represálias. Um comerciante preferiu não falar comigo na porta do seu estabelecimento quando toquei no assunto da violência. Ele me chamou para dentro para podermos conversar melhor.

4.3.2 – Comércio/Serviços

O comércio na Favela de Paraisópolis é outro tema que merece destaque, pois trata-se de uma atividade rica em variedades e quantidades. É destinado ao atendimento, quase exclusivo, da população local e configura forte dinâmica sócio-econômica, suprimindo, muitas vezes, o consumo de bens e serviços básicos (pequenas mercearias, lojas, padarias, etc) (Foto 4.14).

Há inúmeros bares e muitos com música ao vivo nos finais de semana, funcionando como uma opção de lazer para os jovens. Há vários mercados, quitandas, sacolões, varejões, mercearias, padarias, açougues, granjas, farmácias que atendem perfeitamente às necessidades dos moradores. Inclusive há uma rede de mercados no interior da favela. Uma mesma pessoa possui três mercados dentro da favela, todos obedecendo a um mesmo padrão de organização nas gôndolas, com leitor óptico de preços e circuito interno de TV para segurança.



Foto 4.14 – Vista rua comercial

Existem, também, muitas papelarias, bazares, lojas de artigos diversos. Há locais para acesso à internet, cópias reprográficas, revelação de filmes fotográficos, vídeo locadoras e até mesmo uma empresa que faz entregas expressas de documentos e encomendas.

Na impossibilidade de preparar sua própria comida em casa, o morador de Paraisópolis pode fazer sua refeição em alguns dos restaurantes que existem na favela. Tem uma pizzaria, com mais de 12 anos de existência, que faz muitas entregas em casas e condomínios do Morumbi inclusive, pela qualidade de sua pizza.

Em Paraisópolis pode-se comprar botijão de gás ou mesmo um fogão nas lojas de móveis existentes. Toda mobília de uma casa pode ser comprada nas lojas dentro da favela. E os utensílios quebrados, ou com defeitos, também podem ser consertados nas lojas de assistência técnica. Desde consertos de mesa até automóveis, passando por televisores, geladeiras, telefones, aparelhos de DVDs etc.

Talvez em função da expansão constante da favela existem muitas lojas de material de construção, “do básico ao acabamento”, como dizia uma placa em frente a uma delas.

Um dos estabelecimento que me chamou a atenção era uma casa com uma grande área livre em sua parte da frente, que serve de salão de festas para “aniversários, batizados etc”, mediante pagamento de um aluguel.

Existem vários salões de beleza que fazem todo tipo de serviço que se possa executar em um salão de beleza. Há várias costureiras que anunciam seus serviços com placas nas portas de suas casas. Mas, sem dúvida alguma, a que mais me chamou a atenção foi uma loja de vestidos de noiva. Sua dona mora há 25 anos em Paraisópolis e sempre costurou, inclusive vestidos de noiva. A procura foi crescendo e ela resolveu abrir a loja, que inclusive aluga vestidos, há seis anos. Segundo a proprietária, sempre há demanda para seus produtos.

Essa gama de atividades faz com que muitos moradores de Paraisópolis trabalhem dentro da própria favela, não havendo a necessidade de deslocamentos. Mas, se esse deslocamento para fora da favela for necessário, há uma rede de transportes. Em uma das entradas da favela há uma linha de ônibus municipal que leva até o centro da cidade. No interior da favela circulam vans que fazem o trajeto até bairros próximos. A maior parte dos motoristas dessas vans mora na própria Paraisópolis. Nas proximidades da favela circulam outras linhas de ônibus com destino a vários pontos da cidade.

4.3.3 – Urbanização de Paraisópolis

Um dos maiores problemas apontados pelos moradores da Favela de Paraisópolis é a urbanização do bairro, a execução de obras de infra-estrutura básica, enfim, a organização física do espaço.

Na década de 1950 a região do Morumbi era um vazio com vários pequenos loteamentos ainda não ocupados. Havia poucas casas, distante uma das outras. Essa região era de difícil acesso devido à dificuldade de travessia do Rio Pinheiros e isso contribuiu para uma baixa densidade. Muitos desses loteamentos já estavam vendidos, mas não ocupados, à espera de uma valorização da região e da implementação de redes de serviços e infra-estrutura.

Em um desses loteamentos surgiu a Favela de Paraisópolis. Trata-se, portanto, de uma ocupação em área particular. O loteamento original já possuía ruas abertas e algumas poucas casas de alto padrão. A ocupação foi seguindo o traçado das ruas e o tamanho das quadras. Só o tamanho dos lotes não era respeitado.

Hoje, a região do Morumbi está totalmente ocupada, predominantemente por casas e condomínios de alto padrão. E, no meio dessas casas e condomínios existe a Favela de Paraisópolis, onde os moradores não têm escritura dos seus imóveis, a ligação de luz não atinge todas as residências, bem como as redes de água e esgoto (foto 4.15).



Foto 4.15 – Casas da Favela e condomínios lado a lado

Muitas casas possuem relógios de medição de consumo de energia e outras tantas fazem uso de ligações clandestinas (Fotos 4.16, 4.17 e 4.18). Algumas dessas ligações são consentidas, ou seja, o morador de outra residência autoriza a extensão de energia que sai do medidor de sua moradia. Neste caso, a conta de energia é dividida entre as casas (Planta 4.5 - Cadastro de energia elétrica e iluminação pública).

A área ocupada pela Paraisópolis conta com rede de distribuição de água e medição individual somente nos domicílios adjacentes às vias principais. Os domicílios internos às quadras são abastecidos de forma clandestina, salvo algumas exceções que se encontram servidas por rede oficial da Sabesp, com medidores individuais de água (Planta 4.6 - Cadastro rede de água).

Ainda com respeito à rede de água, segundo informações passadas por um funcionário da empresa responsável pela medição, são em torno de 10 mil leituras, ou seja, são aproximadamente 10 mil medidores. Ainda segundo esse funcionário, em parte desses relógios não é possível realizar a medição, em razão de estarem avariados.



Foto 4.16 – Fios de eletricidade na forma de “gatos”



Foto 4.17 – Fios de eletricidade na forma de “gatos”



Foto 4.18 – Detalhe da ligação clandestina saindo do poste

O que ocorre, também, é o compartilhamento da rede de água potável com um mesmo medidor que atende dezenas de moradias.

Grande parte das vias oficiais abertas possuem rede coletora de esgoto, entretanto, boa parte dos domicílios, tanto os que fazem frente às vias públicas quanto os localizados no fundo (interior das quadras), não estão interligados ao sistema de coleta de esgotos da Sabesp. Essa rede atende somente 5% da população de forma oficial (Planta 4.7 - Cadastro rede de esgoto).

No interior das quadras existem domicílios que são atendidos por canais e tubulações implantados precariamente pelos próprios moradores e, via de regra, os efluentes são lançados de forma clandestina na rede oficial da Sabesp ou em galerias de águas pluviais. Existem, ainda, os domicílios que utilizam fossa séptica para despejo de efluentes de esgoto, causando contaminação do solo. Todos os efluentes de esgoto captados de forma regular ou irregular pela rede coletora da Sabesp são lançados *in natura* nos cursos d'água.

Os esgotos são despejados nos córregos que cortam a favela. Muitas casas foram construídas sobre esses córregos e dificultam sua passagem. O lixo jogado nas margens contribui para a diminuição da vazão dos córregos e entupimento das galerias de águas pluviais.

Outra preocupação é a respeito do lixo produzido e a sua coleta. A limpeza pública funciona com serviço de coleta regular que é feita três vezes por semana, mas somente na malha formal. A coleta de lixo no interior das quadras depende da participação dos moradores, pois precisam caminhar até uma das ruas principais para ali depositar seu lixo. Nesses locais há um acúmulo muito grande de todo o tipo de lixo, desde sobras de construção até restos de alimentos, passando por plásticos, papéis, móveis velhos etc.

Esse lixo, despejado nos córregos exala cheiro forte e fétido além de provocar doenças graves, principalmente em crianças. Uma das grandes queixas dos moradores de Paraisópolis no tocante à infra-estrutura básica é com relação ao lixo e esgoto.

A Favela de Paraisópolis possui uma densidade de construção muito alta. Em cada quadra 'regular' de 2 hectares concebida para a construção de 40 moradias, hoje há em torno de 350. Existem edificações de até quatro pavimentos para a acomodação de novas famílias. Cada pavimento pode ser destinado a uma família diferente, possuindo entrada separada. Muitas dessas entradas são na forma de escadas, situadas nas estreitas calçadas (Foto 4.19, 4.20, 4.21 e 4.22).

4.19



Foto 4.19 – Casas construídas em mais de um pavimento. No detalhe, escada de acesso

4.20



Foto 4.20 – Casas construídas em mais de um pavimento



Fotos 4.21 – Casas construídas em mais de um pavimento

Além dessas construções nas calçadas, muitas casas avançam nas ruas e passagens, o que dificulta a locomoção, gerando descontentamento na maioria dos moradores (Foto 4.22).

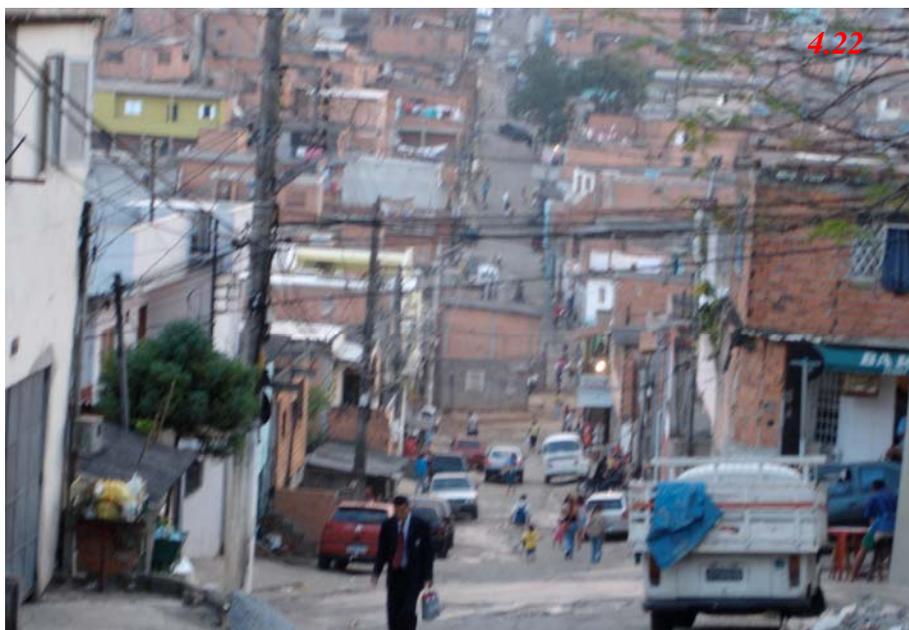


Foto 4.22 – Casa construída no meio da rua. Sob ela passa um córrego

O trânsito em Paraisópolis também é motivo de reclamações. As ruas são estreitas e não há disciplina de tráfego. Muitos carros estacionam dos dois lados das estreitas vias, o que dificulta a passagem de veículos. Em virtude das calçadas serem pequenas e estarem em precárias condições, os pedestres são obrigados a andarem pelas ruas, o que também dificulta a passagem dos veículos.

Outro ponto que gera transtornos na questão do trânsito é a presença constante de adolescentes dirigindo motos e colocando em risco os moradores, pela alta velocidade com que trafegam.

A questão do trânsito vem sendo discutida por moradores e entidades que possuem projetos na Favela de Paraisópolis. Entre as idéias, há um consenso da necessidade de se disciplinar o trânsito e educar os motoristas. Isso só pode ser feito com o auxílio da Prefeitura através da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) – setor responsável pela organização viária em São Paulo. Uma das idéias é implantar ruas com mão de direção única, proibição de estacionar em determinados locais etc. Tudo isso aliado a uma fiscalização constante.

Outro fator que contribui para o caos no trânsito em Paraisópolis é externo. Uma das ruas que tangenciam a favela é utilizada como rota de saída dos moradores do Morumbi para fugir do trânsito da Avenida Giovanni Gronchi e acessar a Avenida Morumbi e Marginal Pinheiros. Uma outra rota alternativa passa por dentro da favela e desemboca, em acesso direto, na Marginal Pinheiros. Cogitou-se inclusive de transformá-la em uma larga avenida para facilitar o tráfego nesta rota alternativa mas, diante da dificuldade em relação à desapropriação e ao processo de remoção, a idéia foi abandonada.

4.3.4 – Emprego

Na pesquisa de campo a questão do emprego foi muito lembrada pela maioria dos moradores da Favela de Paraisópolis. E neste ponto as respostas também foram contraditórias. Enquanto alguns afirmaram que há poucos desempregados, outros diziam o contrário, que há muitos. Para algumas das pessoas ouvidas, a questão do desemprego não existe só em Paraisópolis, mas em todo lugar, porém, lá é um pouco pior, pois acreditam que sejam discriminados por morar em uma favela.

Muitos dos moradores trabalham dentro da própria favela, em um dos vários estabelecimentos comerciais existentes lá, conforme explicitado anteriormente. Esses

estabelecimentos, por serem numerosos, empregam um alto contingente de trabalhadores, o que ajuda a diminuir o número de desempregados dentro da favela. Os projetos sociais existentes, também ajudam a combater o desemprego na medida em que utilizam a mão-de-obra dos moradores de Paraisópolis. Isto também ocorre com transporte público, utilizando vans operadas por moradores da própria favela.

Essa relação fortalece o vínculo entre as pessoas da favela, pois ao ir no mercado, padaria etc, o morador conhece quem o atende e esse atendente conhece os clientes e seus hábitos e preferências, melhorando o atendimento. O fato de os proprietários do comércio também serem moradores da favela gera uma relação de confiança entre proprietário e consumidor, pois o primeiro permite que o consumidor faça as suas compras e pague em outra oportunidade.

Um outro pólo gerador de emprego para os moradores de Paraisópolis é o bairro do Morumbi. Muitos deles trabalham nas casas e condomínios de alto padrão, seja como seguranças, caseiros, empregadas domésticas, motoristas, jardineiros etc. Quando alguém consegue emprego nessas casas e cria uma relação de confiança com os patrões, passa a indicar outros moradores da favela para trabalharem nessa e em outras casas, na medida em que for preciso. Para os moradores do Morumbi trata-se de uma mão de obra mais barata, ao menos em relação à economia que se faz com o gasto com transporte.

Grandes empreendimentos surgidos na região também funcionam como pólos geradores de emprego. Um hipermercado que funciona próximo da favela empregou um grande número de moradores entre os seus funcionários. Conta a favor, também, a economia com o gasto com transporte de funcionários, como já citado.

O presidente da União de Moradores reforça a opinião já citada a respeito do índice de desemprego muito baixo, quando comparado com outros lugares. Mas isso não quer dizer que todos estejam empregados, ou ainda, que aqueles que estão empregados possuem empregos com bons salários. Muitos não possuem carteira assinada e têm mais de um emprego, para poder completar o orçamento familiar. É comum, também, a renda da família ser composta por várias pessoas, mesmo que uma delas trabalhe na própria casa, por conta própria, seja costurando ou fazendo e vendendo sorvetes, por exemplo.

Há, ainda, muitos que são vendedores ambulantes nas avenidas e bairros próximos. Outros são ambulantes dentro da própria favela. E, infelizmente, nas avenidas próximas, muitas crianças estão nos semáforos pedindo dinheiro ou vendendo doces e balas para poder ajudar em

casa. É comum ver nas proximidades do Estádio do Morumbi, em dias de jogos, crianças pegando latas de alumínio vazias para depois vendê-las e assim ajudar em casa.

Segundo dados de pesquisa realizada em Paraisópolis por ALMEIDA & D'ANDREA (2005:199-200), 80% dos entrevistados respondem que “sim” ao serem indagados se estão ou não trabalhando, ao passo que 20% declaram-se desempregados. Porém, continuam eles, 99,6% da população declara exercer algum tipo de atividade remunerada, conforme a Tabela 4.1, principalmente serviços manuais de baixa qualificação, variando entre o comércio e a prestação de serviços (principalmente domésticos), havendo pouquíssimo emprego industrial (Tabela 4.2)

Tabela 4.1 – Tipo de atividade nos últimos cinco anos

	Freqüência	Porcentual
Ocupação/emprego	17.947	71,7
Atividade por conta própria	2.252	9,0
Bicos	4.737	18,9
Nenhuma atividade/ocupação	94	0,4
Total	25.030	100,0

Fonte:ALMEIDA, Ronald. & D'ANDREA, Tiaraju. 2005. *Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo in MARQUES, Eduardo. & TORRES, Haroldo (org). São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais.*

Tabela 4.2 – Grupos ocupacionais dos trabalhadores de Paraisópolis

	F	%			
Desempregados	5.182	20,7	Limpeza e zeladoria (exceto domésticas)	3.071	12,3
Ajudantes na construção civil	553	2,2	Higiene e beleza pessoal	303	1,2
Profissionais da construção civil	2.814	11,2	Alimentação e hospedagem	1.304	5,2
Comércio estabelecido/proprietários	562	2,2	Serviços de escritório	866	3,5
Comércio estabelecido/empregados	553	2,2	Pequenos artesãos	362	1,4
Comércio ambulante	1.288	5,1	Operários	135	0,5
Serviços domésticos	4.753	19,0	Educação e lazer	415	1,7
Manutenção de autos	249	1,0	Reciclagem	171	0,7
Segurança e transporte	2.446	9,8	Total	25.030	100,0

F: Freqüência

Fonte:ALMEIDA, Ronald. & D'ANDREA, Tiaraju. 2005. *Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo in MARQUES, Eduardo. & TORRES, Haroldo (org). São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais.*

Pode-se verificar que 20% das ocupações concentram-se em serviços domésticos, 12% em serviços de limpeza e zeladoria, 13% na construção civil e manutenção predial e 10% em serviços de segurança e transporte. Essas ocupações correspondem a mais da metade do emprego da população de Paraisópolis e estão ligadas às necessidades do entorno rico.

4.3.5 – Projetos Sociais

A Favela de Paraisópolis é assistida por uma série de projetos sociais. Há um grande número de ONGs e instituições que prestam algum tipo de serviço à comunidade. Esses projetos atuam em diferentes frentes e são classificados pela população como “de grande importância”.

O mais comentado pelos moradores é o Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis, mantido pelo Hospital Israelita Albert Einstein, que tem sede nas proximidades da favela.

Neste programa são atendidas 10 mil crianças, previamente cadastradas. No início do Projeto as crianças eram atendidas no próprio Hospital Israelita Albert Einstein mas, estudos internos verificaram um grande número de reinternações das crianças oriundas de Paraisópolis. Surgiu, então, a idéia de construir o Complexo Einstein em Paraisópolis, para atendimento preventivo também.

Acoplado a este há um programa de acompanhamento à gestantes e, quando a criança nasce ela já é automaticamente cadastrada.

Num primeiro momento, era dada prioridade às crianças que moravam na parte mais pobre da favela. Segundo a Assistente Social Elizabeth, que me recebeu, a restrição de idade ocorre para poder atenderem um maior número de crianças. Segundo ela, a partir dos oito anos a frequência com que a criança volta ao ambulatório é menor.

No Programa Einstein na Comunidade, além desse atendimento às gestantes e às crianças, há biblioteca para uso da população, cursos de informática, esportes e creche. Nesta creche o atendimento é feito para crianças de zero a seis anos, mediante avaliação sócio-econômica.

Um outro projeto existente na Paraisópolis e bem recebido pela população é o mantido pelo Mosteiro São Geraldo de São Paulo, que possui uma escola na região do Morumbi. Na Paraisópolis o Mosteiro São Geraldo mantém uma creche e um centro comunitário, além de gabinetes dentários e farmácia.

Em 2003, através de uma parceria com a BOVESPA, foi construída uma quadra de tênis e esportes onde as crianças da favela recebem aulas totalmente gratuitas. A única exigência é estarem na escola. A idéia do espaço surgiu de um praticante de tênis que possui quadras para alugar na região do Morumbi. Muitos dos seus funcionários, inclusive pegadores de bola, são moradores da Favela de Paraisópolis. Daí a idéia de levar o esporte para a favela.

Recentemente foi firmado um acordo com o *Hipermercado Carrefour* do Morumbi para a doação de alimentos. Pelas informações recebidas, segundo normas do estabelecimento, frutas, verduras e legumes só podem ficar expostos por três dias na loja. Após esse prazo eles são retirados e doados. Os moradores da favela, através da União de Moradores, são beneficiados. Ela coleta os produtos e os repassa a entidades, dentro da própria da favela, que distribuem cestas básicas. Além dos vegetais, o hipermercado doa produtos que tiveram problemas com embalagem. Por exemplo, um pacote de arroz rasgado é retirado das gôndolas e repassado aos moradores.

Desde o início deste ano há uma nova entidade funcionando dentro da Favela de Paraisópolis. Chama-se Ponto de Luz e surgiu a partir de uma família, apoiada por um grupo de amigos, que distribuía refeições no centro de São Paulo. Diante do aumento da procura e da falta de segurança, resolveram criar uma sede onde pudessem realizar suas atividades.

Nos espaço construído há local para preparar e servir refeições, ministrar cursos de bordado e atendimento odontológico gratuito. Há, também, distribuição de enxovais para grávidas. O curioso é que o espaço pode ser considerado ocioso, pois a procura está baixa em virtude de poucos conhecerem o espaço. Os idealizadores do projeto solicitaram auxílio das demais entidades para receberem os moradores e também solicitaram sugestões sobre a melhor forma de atuação.

A contigüidade com o Morumbi traz benefícios na área social também. Diversos condomínios realizam coleta de roupas e alimentos entre seus moradores em benefício da favela.

A contrapartida dessas iniciativas assistencialistas é prevenir aquele que do ponto de vista das classes privilegiadas é o maior problema dos lugares pobres: a violência. Cursos oferecidos por ONGs e associações de fora do bairro, para além de seus resultados materiais, modificam a visão de mundo do favelado. Se em outras comunidades o assédio do tráfico aos jovens é bem sucedido sobretudo em virtude da falta de políticas sociais a eles destinadas, em Paraisópolis esse grupo etário é alvo de algumas ações que contribuem para atenuar a situação de risco que caracteriza as localidades mais pobres da metrópole (ALMEIDA & D'ANDREA, 2004:100-101)

4.3.6 – Morumbi

Sem dúvida a parte do trabalho de campo que mais trouxe dificuldades foi com relação às entrevistas no bairro do Morumbi. Consegui conversar apenas com vigilantes, empregados, nunca com os moradores e proprietários das residências. As respostas sempre foram as mesmas: ou não havia ninguém ou estavam ocupados.

Entre as pessoas com quem conversei todos disseram que o local era tranquilo, mesmo sendo próximo da favela. Não havia notícias de assaltos, invasão de domicílios, ameaças, intimidações, etc. Algumas dessas pessoas eram moradoras de Paraisópolis, que trabalham nas casas do Morumbi.

Diante da dificuldade em conversar com os moradores do Morumbi e da importância desse contato para a realização desta dissertação, tive que utilizar de outros meios para ter esse contato.

Através de um *site* de relacionamentos baseados em comunidades, o *Orkut*, pude fazer parte de uma comunidade chamada “Morumbi”. Nesta comunidade criei um fórum de discussões sobre a Favela de Paraisópolis, perguntando o que achavam, quais eram as impressões que tinham a respeito da favela, de seus moradores.

Recebi algumas respostas que passaram a ser a única referência sobre os moradores do Morumbi. Um dos relatos foi de uma garota que estudava em uma escola particular mas teve que mudar para uma escola pública, onde a maioria dos alunos são moradores da Favela de Paraisópolis. Ela diz que é bom estudar nesta escola, mesmo sendo pública e que foi muito bem recebida pelos demais alunos, que não se importam com o fato de ela ter uma condição financeira melhor e morar em um apartamento de padrão mais elevado. Segundo essa garota, a experiência que ela está vivenciando é muito boa e irá marcá-la.

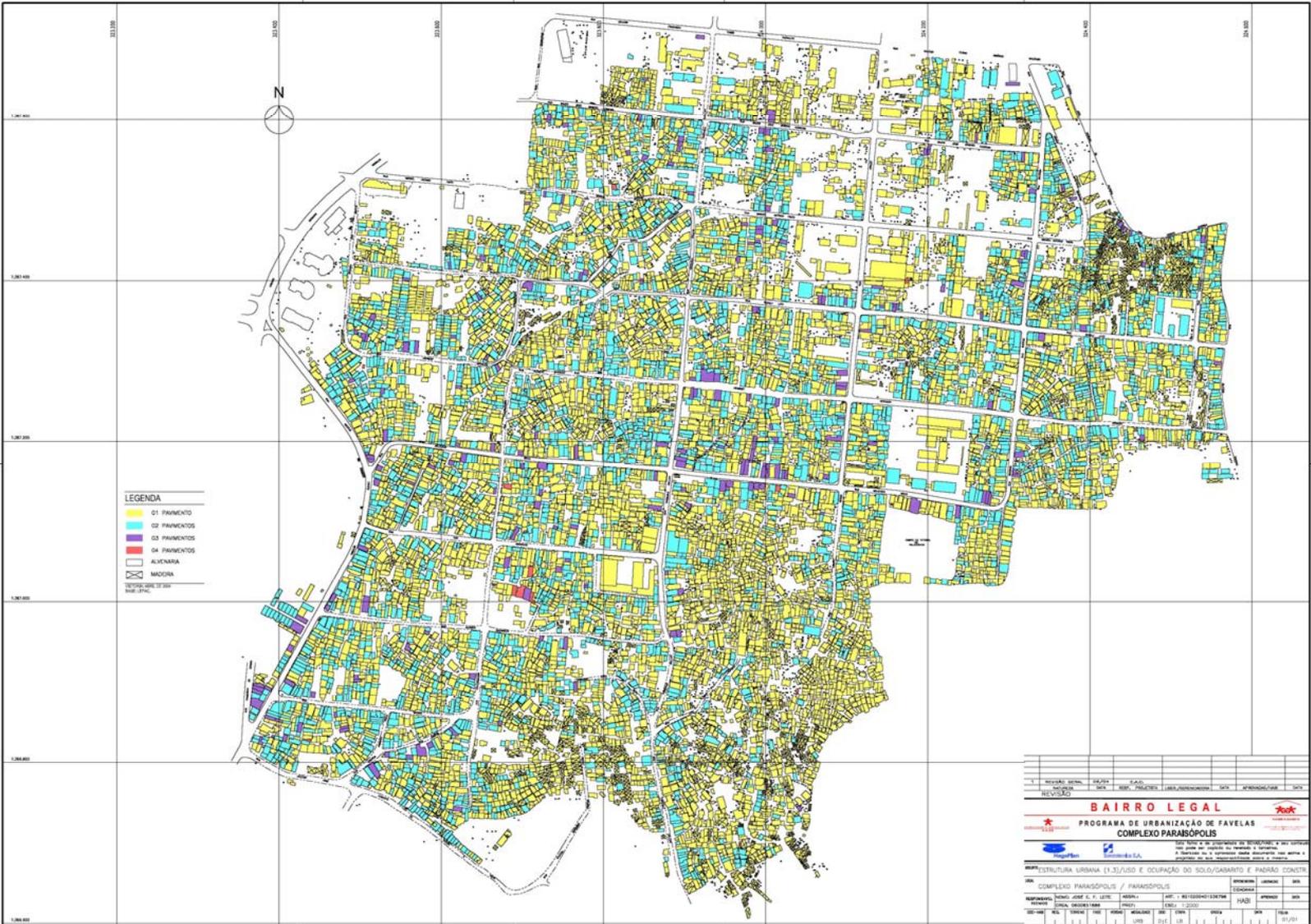
Uma outra pessoa diz que há problemas “como em qualquer lugar em que pessoas muito pobres vivem ao lado de uma riqueza muito grande”. Ela diz que os moradores de Paraisópolis conseguem trabalho na própria região e que têm sofrido com as trocas de poderes na região. Que há vários meses grupos tentam ocupar o local para tomar conta dos pontos de venda de drogas, mas que nenhum conseguiu se firmar.

Uma outra garota disse que não gosta de morar perto da favela e que já foi assaltada duas vezes na rua. Na rua onde ela mora, o guarda noturno mora na favela, assim como alguns funcionários da loja em que ela trabalha. E, segundo ela, essas pessoas dizem que não gosta de

morar na Paraisópolis. O que os assustam é o tipo de violência, como os assassinatos. Um desses funcionários, contou ela, inclusive disse que tinha amizade com os “trombadinhas” para “não correr riscos”. Contou também que já entraram na casa dela e roubaram as bicicletas.

Uma professora que trabalha na Paraisópolis e mora no Morumbi disse que a favela “tem diversos tipos de formação moral, diversas etnias e diversos meios de organização. Como não contam com quase nenhum apoio intenso do Governo, tentam suprir suas necessidades criando comércios, transportes, escolas, ongs, enfim, tudo que possa contribuir para uma melhoria de vida de todos os moradores. A maioria tem, sim, uma enorme vontade de vencer – e o que nos passam em conversas particulares é o desejo de sair de lá, alegando alto grau de violência”.

Uma moradora do Morumbi há 17 anos também me escreveu e disse que toda a mão-de-obra de sua casa mora na Favela de Paraisópolis. Ela chama a atenção para a movimentação de moradores da favela, em direção ao Morumbi, para trabalharem, durante a manhã. Ela tem laços de amizade com os moradores da favela, a ponto de freqüentar churrascos e festas de aniversário em Paraisópolis. Segundo ela, as casas “são equipadas com os últimos lançamentos eletrônicos e eletrodomésticos da linha branca”. Ela disse que “a favela tinha um ‘prefeito/presidente’ que administrava o local com ‘mão de ferro’. Os moradores da região não eram vítimas da violência por marginais moradores da favela. Essa espécie de ‘lenda’ sobre o comando de Paraisópolis era facilmente constata pela ausência de incidentes de violência na região”. Ela termina dizendo que, “fora a violência escancarada, a favela não me incomoda”. Cita, também, que amigas delas ficam admiradas ao saberem que ela freqüenta a favela sem problemas.



- LEGENDA**
- D1 FRAGMENTOS
 - D2 FRAGMENTOS
 - D3 FRAGMENTOS
 - D4 FRAGMENTOS
 - ALVENARIA
 - MADERA

1.1		2.1		3.1		4.1		5.1		6.1		7.1		8.1		9.1		10.1	
1.2		2.2		3.2		4.2		5.2		6.2		7.2		8.2		9.2		10.2	
1.3		2.3		3.3		4.3		5.3		6.3		7.3		8.3		9.3		10.3	
1.4		2.4		3.4		4.4		5.4		6.4		7.4		8.4		9.4		10.4	
1.5		2.5		3.5		4.5		5.5		6.5		7.5		8.5		9.5		10.5	
1.6		2.6		3.6		4.6		5.6		6.6		7.6		8.6		9.6		10.6	
1.7		2.7		3.7		4.7		5.7		6.7		7.7		8.7		9.7		10.7	
1.8		2.8		3.8		4.8		5.8		6.8		7.8		8.8		9.8		10.8	
1.9		2.9		3.9		4.9		5.9		6.9		7.9		8.9		9.9		10.9	
1.10		2.10		3.10		4.10		5.10		6.10		7.10		8.10		9.10		10.10	

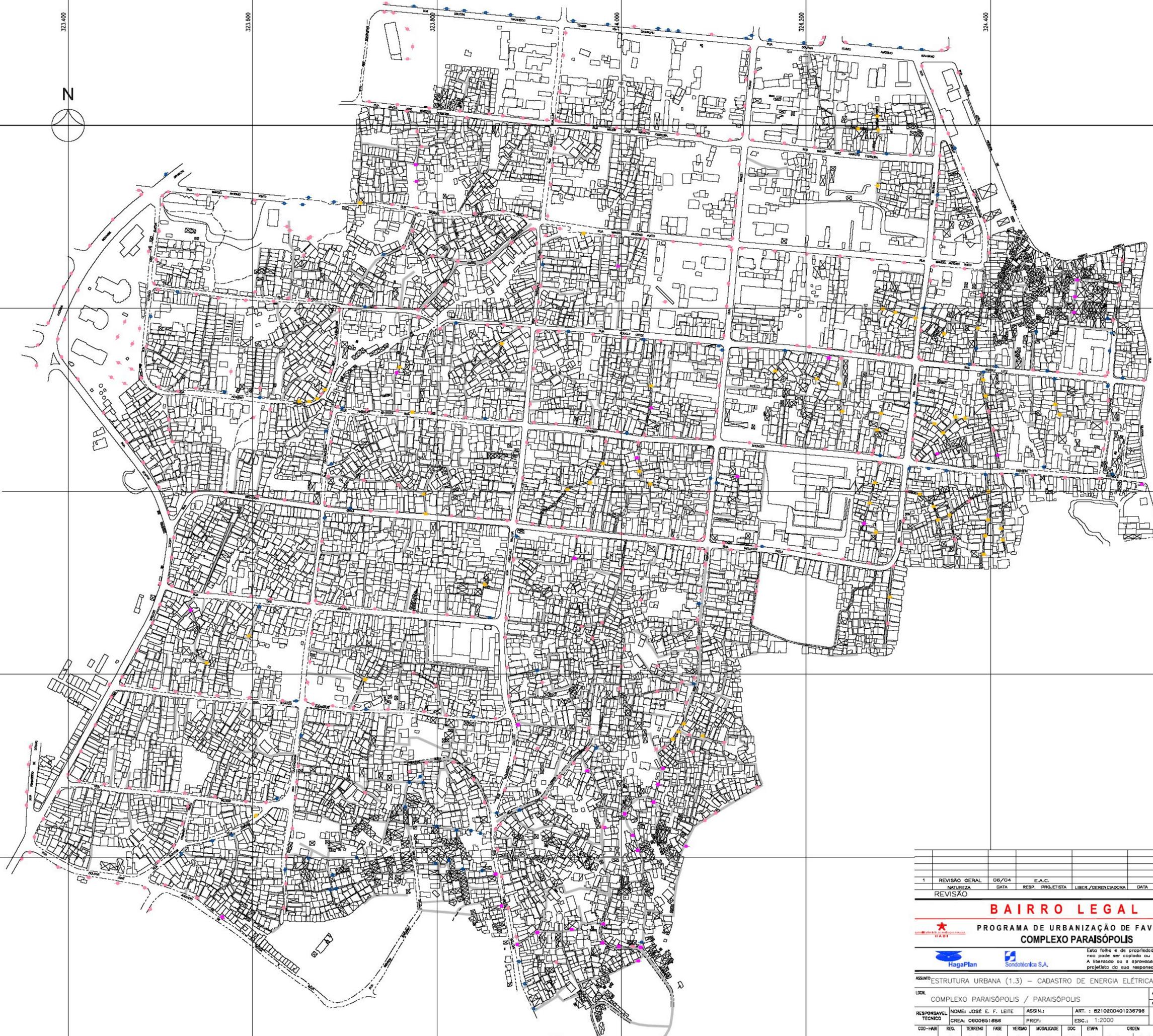
BAIRRO LEGAL

PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

COMPLEXO PARAISSÓPOLIS

ESTRUTURA URBANA (LAYOUT E OCUPAÇÃO DO SOLO/GABARITO E PADRÃO CONSTRUTIVO)

COMPLEXO PARAISSÓPOLIS / PARAISSÓPOLIS		PROPOSTA	URBANA	DATA
APROVADA	EMENDADA	REVISADA	DATA	PROPOSTA
REVISÃO	DATA	PROPOSTA	DATA	PROPOSTA
PROPOSTA	DATA	PROPOSTA	DATA	PROPOSTA



LEGENDA

- VIELAS
- POSTE CIMENTO C/ ILUMINAÇÃO
- POSTE CIMENTO S/ ILUMINAÇÃO
- POSTE MADEIRA C/ ILUMINAÇÃO
- POSTE MADEIRA S/ ILUMINAÇÃO

NOTA: FOI VERIFICADO O CADASTRO DA ELETRIPAULO, BASE LEPAC E ATUALIZADO COM VISTORIA EM CAMPO ABRIL / MAIO 2004. BASE: LEPAC.

REVISÃO	REVISÃO GERAL	DATA	RESP.	PROJETISTA	LIBER./GERENCIADORA	DATA	APROVAÇÃO/HABI	DATA
1	REVISÃO GERAL	06/04	E.A.C.					

BAIRRO LEGAL

PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

COMPLEXO PARAISÓPOLIS

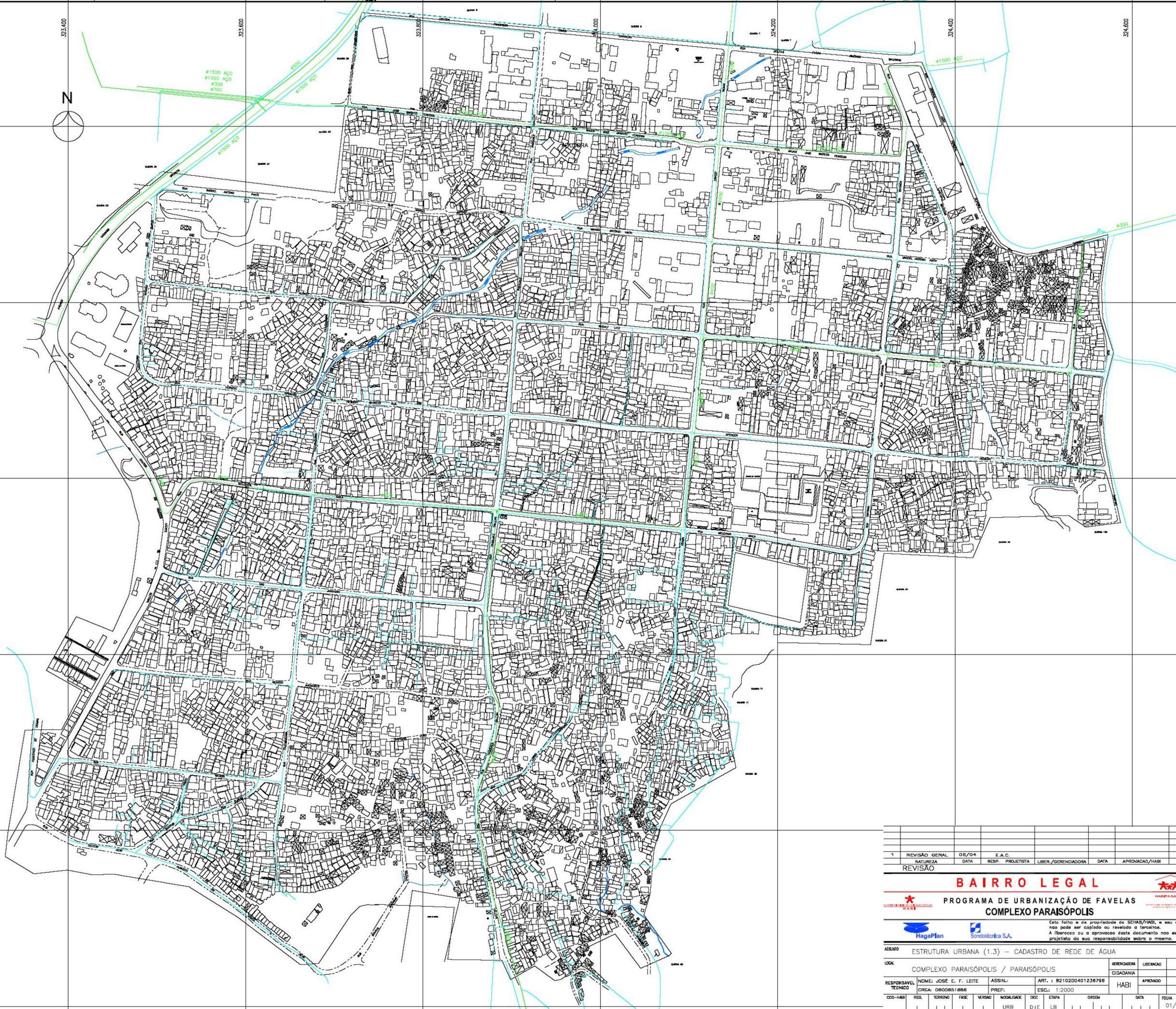
Esta folha e de propriedade da SEHAB/HABI, e seu conteúdo não pode ser copiado ou revelado a terceiros. A liberação ou a aprovação deste documento não exime o projetista da sua responsabilidade sobre o mesmo.

ASSUNTO: ESTRUTURA URBANA (1.3) - CADASTRO DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

LOCAL	GERENCIADORA	LIBERAÇÃO	DATA
COMPLEXO PARAISÓPOLIS / PARAISÓPOLIS	HABI		

RESPONSÁVEL TÉCNICO	NOME	ASSIN.	ART.	APROVADO	DATA
	JOSÉ E. F. LEITE		8210200401236796		

COD-HABI	RES.	TERRENO	FASE	VERSÃO	MODALIDADE	DOC	ETAPA	ORDEM	DATA	FOLHA
					URB	D/E	LB			01/01



LEGENDA

- REDE DE ÁGUA (Ø75e32mm)
- ADUTORA

FONTE: CADASTRO DA REDE COLETORA DE ÁGUA
 BASE: LEFAC
 NOTAS: VER CADERNO DE ANEXOS

REVISÃO	NATUREZA	DATA	RESP.	PROJETISTA	LIBER./GERENCIADORA	DATA	APROVAÇÃO/HABI	DATA
1	REVISÃO GERAL	08/04	E.A.C.					

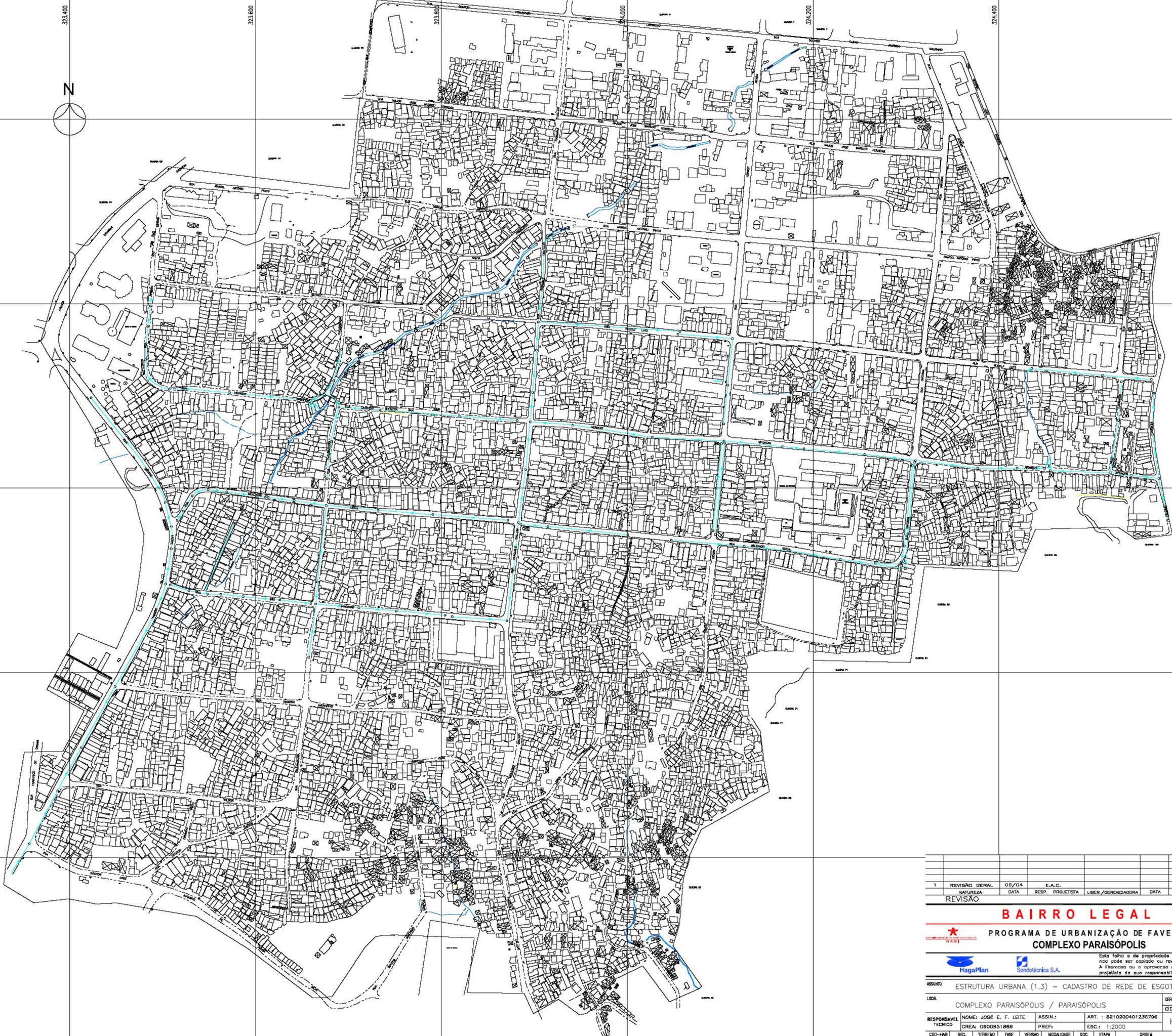
BAIRRO LEGAL

PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

COMPLEXO PARAISÓPOLIS

Esta folha e de propriedade da SENAS/HABLI, e seu conteúdo não pode ser copiado ou revelado a terceiros. A liberação ou a aprovação deste documento não exime o projetista da sua responsabilidade sobre o mesmo.

ASSUNTO: ESTRUTURA URBANA (1.3) - CADASTRO DE REDE DE ÁGUA									
LOCAL: COMPLEXO PARAISÓPOLIS / PARAISÓPOLIS							GERENCIADORA	LIBERADORA	DATA
RESPONSÁVEL TÉCNICO: NOME: JOSÉ E. F. LEITE							CIDADANIA	APROVADO	DATA
CRSA: 0600851886							HABI		
COD-HAB	RES.	TORRENO	FASE	VERSÃO	MOD/IDEX	DOC	ETAPA	ORDEM	FOLHA
					URB	D/E	LB		01/01



LEGENDA

- POÇO DE VISITA
- REDE DE ESGOTO

FONTE: CADASTRO DA REDE COLETORA DE ÁGUA
 BASE: LEPAC
 NOTA:
 1- VER CADERNO DE ANEXOS
 2- TODA TUBULAÇÃO DE ESGOTO SERÁ Ø150mm

REVISÃO	NATUREZA	DATA	RESP.	PROJETISTA	LIBER./GERENCIADORA	DATA	APROVAÇÃO/HABI	DATA
1	REVISÃO GERAL	05/04	E.A.C.					

BAIRRO LEGAL

PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS
COMPLEXO PARAISÓPOLIS

Esta folha é de propriedade da SEMAB/HABI, e seu conteúdo não pode ser copiado ou revelado a terceiros. A liberação ou a aprovação deste documento não exime o projetista de sua responsabilidade sobre o mesmo.

ASSUNTO: ESTRUTURA URBANA (1.3) - CADASTRO DE REDE DE ESGOTO										
LOCAL: COMPLEXO PARAISÓPOLIS / PARAISÓPOLIS								GERENCIADORA	LIBERADORA	DATA
RESPONSÁVEL TÉCNICO: NOME: JOSÉ E. F. LEITE; ASSIN.: ART.: 8210200401236796; CREA: 0600851866; PREF.: MODALIDADE: DOC: ETAPA: ORDEM: DATA: FOLHA: 01/01								CIDADANIA	APROVADO	DATA
COD-HABI	REC.	TORRENO	FASE	VERSAO	MODALIDADE	DOC	ETAPA	ORDEM	DATA	FOLHA
					URB	D/E	LB			01/01

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procuramos compreender os aspectos da organização do espaço urbano. Analisamos as diferentes formas de atuação dos agentes nessa organização do espaço e suas relações. E para essa análise escolhemos a Favela de Paraisópolis.

Vimos que a organização do espaço urbano capitalista é definida pelos interesses e atuações de alguns agentes: Estado, Mercado e Sociedade. E que essas atuações se entrelaçam, ficam condicionadas umas às outras e são reguladas por normas que, via de regra, refletem o interesse dominante. Esses agentes têm em comum o interesse pela apropriação da renda da terra.

O setor empresarial (Mercado) busca as terras para se instalar e procura por terrenos amplos, bem localizados e baratos. Porém, há um conflito com os proprietários fundiários, que visam um maior valor para as suas terras. Isso faz com que o preço dos imóveis seja elevado para os trabalhadores, gerando assim uma pressão por salários mais elevados.

As terras da periferia urbana são, também, alvo de atenção dos especuladores imobiliários, pois essas terras serão aquelas necessárias para a expansão urbana das cidades. Essa expansão dependerá da demanda de terras e de habitações e do aparecimento de novas camadas sociais.

O Estado atua visando criar condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações e acaba criando mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação.

Neste contexto há o surgimento e posterior adensamento da favela de Paraisópolis, que ocorre pela dificuldade de acesso à terra e moradia na cidade de São Paulo. Há, então, a ocupação de terras particulares. Essa ocupação é desordenada e sem levar em consideração padrões técnicos e/ou urbanísticos fazendo com que fundos de vale sejam transformados em moradia por muitos, ligações clandestinas de água, luz e esgoto surjam diariamente, as ruas não possuem a largura mínima exigida pela legislação, falta de escolas e postos de saúde para a população etc. Todos esses fatores são reflexo da (quase) ausência do poder público para disciplinar o uso e ocupação do solo urbano.

Paraisópolis, com seus quase 80 mil habitantes, é a segunda maior favela de São Paulo e possui uma rede assistencial formada por empresas, instituições particulares, igrejas entre outros muito ampla, que desenvolve projetos sociais na favela. É o chamado Terceiro Setor, cada vez

mais atuante em diversos locais. Muita da especificidade de Paraisópolis em relação a outras favelas da RMSP advém das atuações desses atores e associações.

Muitos desses agentes do Terceiro Setor possuem sede na própria favela ou em seu entorno e irão surgir da necessidade de melhorar as condições de vida de uma parcela mais pobre da população. O poder público deveria ser o responsável por essas ações, mas não o faz devido, principalmente, à falta de recursos e políticas públicas eficientes voltadas a essa população.

O Terceiro Setor, portanto, tenta ocupar essa lacuna deixada pelo Estado e oferece serviços básicos como saúde, educação entre outros, atuando com incentivos fiscais do poder público em áreas pontuais e com serviços pontuais, também. Haverá uma seletividade no acesso a esses serviços oferecidos.

Ou seja, o Estado deixa de atender a uma grande parcela da população e de receber impostos que deveriam reverter a toda população, mas só uma pequena parcela dessa população é beneficiada através da atuação do Terceiro Setor.

Essa atitude acaba gerando uma segregação maior ainda do que a já existente, em relação aos pobres da cidade, pois o poder público tem o dever de dar um atendimento igual e de qualidade para todos os cidadãos e, como isso não ocorre, incentiva as empresas a substituí-lo. As empresas não irão atuar em todas as áreas onde o atendimento é deficitário, mas somente em alguns setores e em alguns lugares por elas escolhidos, decidindo até quando continuarão atuando no lugar. Há que se encontrar uma alternativa mais igualitária para que todos possam ser atendidos, bem, da mesma forma.

Como vimos no decorrer deste trabalho, o Hospital Israelita Albert Einstein presta um atendimento a aproximadamente 10 mil crianças que moram em Paraisópolis. As demais crianças que ultrapassam esse número ou que não moram na favela são excluídas. Elas ficam, portanto, sem o atendimento do poder público e sem o atendimento da empresa beneficiada com os incentivos fiscais. Assim, essa associação entre o poder público e as Empresas não resolve o problema de forma geral, mas sim pontualmente, não alterando a realidade nacional, que continua a mesma.

A organização espacial é feita através da atuação do poder público, das entidades que estão dentro da favela e dos seus moradores. A presença do poder público, figura praticamente ausente, ocorre de uma forma mais indireta, ou seja, determinando normas para a atuação do Terceiro Setor na favela.

A atuação da Sociedade na organização desse espaço ocorre de três formas. Primeiro através das entidades de cunho assistencial juntamente com a associação de moradores, representando a segunda forma de atuação da chamada Sociedade Civil organizada. Os moradores da favela, embora não tenham muito poder de decisão sobre a atuação das entidades, são um dos agentes produtores de espaço urbano, mesmo que sejam pouco ouvidos para a tomada das principais decisões, como por exemplo, a respeito do setor em que determinada empresa irá atuar.

O Mercado age dentro da favela também a partir das entidades. Utilizando-se dos mecanismos relacionados aos benefícios fiscais, muitas empresas desenvolvem projetos assistencialistas para os moradores da favela, principalmente na área de saúde e educação. São poucos os projetos que visam a prevenção de doenças, por exemplo. Há, portanto, uma ocupação do espaço pelas empresas, na forma de entidades, substituindo o poder público.

Com a atuação das empresas estimulada pelos incentivos fiscais, o Estado, através de seus governantes, vai perdendo o domínio sobre a organização do espaço para essas empresas, pois serão elas que irão definir onde e como atuar. Ou seja, irão atuar apenas na área e da forma que mais lhe convir.

A dúvida que fica é a intenção dessas empresas em prestarem o atendimento. Será que sem os benefícios fiscais e títulos de filantropia iriam prestar esse atendimento, apenas como caridade?

Uma outra dúvida, que este tema e esse tipo de relacionamento entre poder público e Mercado provoca, é sobre o que aconteceria caso todas essas empresas que possuem benefícios fiscais não os tivessem, ou seja, pagassem todos os impostos. O Estado teria um incremento de receitas, mas será que se iria investir nas áreas onde essas empresas atuam, a ponto de suprir totalmente a necessidade da população? Corre-se o risco desse serviço não ser oferecido à população, nem pelo poder público e nem pelas empresas.

Uma outra conclusão que podemos tirar dos trabalhos realizados é sobre o assistencialismo. Pelas visitas e trabalhos de campo realizados, o assistencialismo puro e simples não é o melhor caminho. E esta visão é compartilhada por algumas das pessoas que trabalham em projetos dentro da própria Favela da Paraisópolis.

Acreditam que os moradores acabam ficando mal acostumados ao receberem tudo o que precisam. Um exemplo é a questão relacionada ao alto número de adolescentes grávidas

enfrentado pelas instituições. Ficar grávida acaba não sendo um problema para a adolescente, pois ela sabe que, durante a gravidez, irá ganhar um enxoval completo de uma determinada instituição, além de ter o acompanhamento médico do Programa do Hospital Albert Einstein. Depois que a criança nascer, a mesma vai continuar recebendo o atendimento do Einstein e a mãe vai receber uma cesta básica da Igreja. A criança ainda terá um atendimento de alguma creche mantida por outra instituição. Ou seja, a criança e mãe serão assistidas por todos os lados.

Essa situação justifica a existência da discussão de que é preciso criar mecanismos e projetos que auxiliem na conscientização do morador em relação ao problema que está enfrentando, para que não só valorize o que está recebendo, mas assuma as suas responsabilidades, como no caso da adolescente grávida, que poderia trabalhar também e não simplesmente ficar recebendo uma ajuda que pode levar ao acomodamento e à não conscientização, ou não esclarecimento, dos problemas relacionados a uma gravidez precoce na adolescência.

Assim, temos uma visão da atuação dos moradores perante os projetos desenvolvidos na Paraisópolis. A maioria da população relaciona-se com os projetos passivamente, não interferindo na organização e realização dos mesmos. Mas, mesmo sendo agentes passivos, terão participação na organização do espaço geográfico, pois fazem parte dele. E esses moradores serão os primeiros a sofrer as conseqüências dessa organização do espaço que terá como agentes mais fortes o Estado, através do poder público, e o Mercado, ou seja, aqueles que detém os meios para manipular o espaço.

Além disso, de acordo com Roberto Lobato Corrêa, atuam como produtores do espaço urbano, substituindo o capitalismo imobiliário ao criar os seus próprios mecanismos de apropriação da terra urbana, inclusive para a compra e venda da mesma.

Uma outra questão analisada neste trabalho é com relação ao surgimento de favelas. Diante da falta de moradia para uma parcela significativa da população elas surgem como uma solução para aqueles que não têm outros lugares para construir suas casas. E as favelas serão marcadas pelas condições precárias de habitabilidade e ausência de serviços públicos.

Fica caracterizada, também, a diferença no acesso aos serviços por parte da população. Os moradores das áreas mais pobres ficam sujeitos aos serviços de pior qualidade, quando estes existem.

Ainda que em Paraisópolis exista um leque de possibilidades de trabalho e estudo, cabe lembrar que a oferta existente não absorve a enorme demanda do bairro, e boa parte da população não consegue ser incluída no mercado de trabalho formal e nos projetos assistenciais. Entretanto, em relação a outras favelas e a grande parte da periferia de São Paulo, pode-se afirmar que Paraisópolis é um local de dinamismo econômico e com assistência social. Do ponto de vista dos moradores, mudar-se para Paraisópolis pode significar uma ascensão relativa. Ser pobre ali é melhor que ser pobre em uma periferia geograficamente distante e com poucos vínculos sociais.

A superação de estigmas, o resgate da auto-estima e a valorização do espaço público são caminhos indispensáveis para a construção de uma cidade harmônica entre seus diversos atores sociais. Talvez possamos afirmar que esses objetivos estão presentes nos projetos sociais desenvolvidos pelo Terceiro Setor. Mas não sei se podemos afirmar que esses objetivos estão sendo alcançados plenamente em Paraisópolis.

A população de Paraisópolis ainda sofre com o preconceito por serem moradores de uma favela. E o espaço público praticamente não existe na favela, não havendo áreas de lazer e existindo apenas algumas escolas e centro de saúde.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ronaldo de. & D'ANDREA, Tiaraju. 2004. "Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana" in *Revista Novos Estudos CEBRAP n° 68 – março 2004*. CEBRAP, São Paulo.
- ALMEIDA, Ronaldo de. & D'ANDREA, Tiaraju. 2005. "Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo" in *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdade Sociais* (orgs) MARQUES, Eduardo. & TORRES, Haroldo. Editora Senac, São Paulo.
- ANTAS JR., Ricardo Mendes. 2002. *Espaço Geográfico: fonte material e não formal do direito*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. Tese de Doutorado.
- BEGA DOS SANTOS, Regina Célia. prelo. *Movimentos Sociais Urbanos*. EDUNESP, São Paulo.
- BOBBIO, Norberto. 1987. *Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política*. Paz e Terra Política, Rio de Janeiro.
- CAMARGO, Mariângela Franco. [et al]. 2001. *Gestão do Terceiro Setor no Brasil*, Editora Futura, São Paulo.
- CARLOS, Eliseo Saverio. 1994. *A vida nas cidades*. Contexto, São Paulo.
- CORRÊA, Roberto Lobato. 1993. *O Espaço Urbano*. 2ª edição. Editora Ática, São Paulo.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. 2000. *Terceiro Setor: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. Ed. Senac, São Paulo.
- FERNANDES, Rubem César. 1994. *Privado porém Público: o Terceiro Setor na América Latina*. Relume-Dumará, São Paulo.
- FISZBEYN, Giuliana. 2001. *Urbanização na Favela de Paraisópolis – Região do Grotinho*. Trabalho Final de Graduação – UNISANTOS – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

- ISNARD, Hildebert. 1982. *O espaço geográfico*. Coimbra, Almedina.
- KOWARICK, Lúcio. 1993. *A Espoliação Urbana*. 2ª edição. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- LISANDRO, Adimar. 2001. *As territorialidades do Terceiro Setor na Favela de Paraisópolis*.
Monografia de Conclusão de Curso – Geografia – UNIP/SP.
- MELO NETO, Francisco Paulo de. & FRÓES, César. 2001, *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro*. Ed. Qualitymark, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Herbert Lopes de. 2003. *As Redes de Solidariedade na Favela de Paraisópolis, em São Paulo*. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Geografia. Monografia de Conclusão de Curso.
- PAVIANNI, Aldo. 1998. “A lógica da periferização” in *Território, Globalização e Fragmentação*, (orgs) SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; & SILVEIRA, Maria Laura. Hucitec, São Paulo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2000. *Atlas Ambiental do Município de São Paulo*. CD ROM.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2003. *Base Cartográfica Digital das Favelas do Município de São Paulo*. CD ROM.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2004. *Relatório de Caracterização do Complexo Paraisópolis*. CD ROM.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. 1981. *Processo Migratório e Situação do Trabalho da População Favelada de São Paulo*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. Dissertação de Mestrado.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. 1988. *Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. Tese de Doutorado.

- RODRIGUES, Arlete Moysés. 1988b. *Moradia nas cidades brasileiras*. Contexto – EDUSP, São Paulo.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. 1999. “As novas articulações e formas de pressão da sociedade civil na metrópole” in *Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. SOUZA, Maria Adélia de & SILVEIRA, Maria Laura. Hucitec, São Paulo.
- SANTOS, Milton. 1979. *Espaço e Sociedade*. Ed. Vozes, São Paulo.
- SANTOS, Milton. 1981. *Manual de Geografia Urbana*. Hucitec, São Paulo.
- SANTOS, Milton. 1987. *O Espaço do Cidadão*. Nobel, São Paulo.
- SANTOS, Milton; 1990. *Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo*. Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo.
- SANTOS, Milton. 1993. *A urbanização brasileira*. Hucitec, São Paulo.
- SANTOS, Milton. 1994. *Por uma econômica política da cidade: o caso de São Paulo*. Hucitec, São Paulo.
- SANTOS, Milton. 1996. “O Retorno do Território” in *Território, Globalização e Fragmentação*, (orgs) SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; & SILVEIRA, Maria Laura. Hucitec, São Paulo.
- SANTOS, Milton. 1997. “Da política dos Estados à política das empresas”. In *Cadernos da Escola do Legislativo*. São Paulo.
- SANTOS, Milton. 1999. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo – Razão e Emoção*. Hucitec, São Paulo.
- SINGER, Paul. 1998. *Por uma economia política da urbanização*. Editora Contexto, São Paulo.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. 1997. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 4ª edição. Ed. Cortez, São Paulo.

SPOSSATI, Aldaisa; 1996. *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo*. EDUC, São Paulo.

VALLADARES, Licia do Prado (org); 1983. *Repensando a habitação no Brasil*. Zahar Editores, Rio de Janeiro.

Sites:

http://www.mp.pe.gov.br/procuradoria/caops/caop_fundacoes_novo/legislacao/lei_9532.htm

<https://www.ipea.gov.br>

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=350181>

<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=26090&tid=17995456>

<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=26090&tid=9764862>